



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A REVOLTA DE AUGUSTO SANTA CRUZ: *DRAMA* E POLÍTICA NA
PARAHYBA (1911-1912)**

Giulianne Chrishina Barros dos Anjos

CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL DE 2009

GIULIANNE CHRISHINA BARROS DOS ANJOS

**A REVOLTA DE AUGUSTO SANTA CRUZ: *DRAMA* E POLÍTICA NA
PARAHYBA (1911-1912)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

**CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL DE 2009**

GIULIANNE CHRISHINA BARROS DOS ANJOS

**A REVOLTA DE AUGUSTO SANTA CRUZ: DRAMA E POLÍTICA NA
PARAHYBA (1911-1912)**

Avaliado em: ____ / ____ / ____.

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG
Orientador

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino – PPGH/UFPB
Examinador Externo

Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato – PPGH/UFCG
Examinador Interno

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro –UFCG
Suplente Externo

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – PPGH/UFCG
Suplente Interno

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

Dedicatória

À minha mamãe Celene.
À minha mãe Tonha.
A meus irmãos Gilney e Giulia.
Aos meus amigos.

Agradecimentos

Durante todo o transcorrer da produção deste trabalho, vivi momentos de muita alegria, mas também de tristezas e preocupações, sendo que o mais importante é que tive pessoas inesquecíveis com quem dividi-los. Por isso, cabe aqui agradecê-las.

Primeiro a Deus, companhia e refúgio em todos os instantes, que me possibilita conviver com todos que aqui agradeço.

À minha família, especialmente minhas mães Celene e Tonha e meus irmãos Gilney e Giulia.

Aos meus amigos do peito: Júlio, Danielly e Edcarla, por serem capazes de me fazer sentir, mesmo à distância, o seu carinho, a sua confiança e incentivo.

À Railane, amiga de todas as horas, cúmplice, companheira em todas as aventuras e no meu amadurecimento profissional. Nossas incursões no mundo da teoria, das futilidades e das insanidades mentais são realmente inesquecíveis.

À minha amiga Daniela, companheira durante o mestrado, por ter me demonstrado, diariamente, o significado do companheirismo e da afetividade nas relações humanas.

Às minhas amigas Érika e Elaine, pela companhia constante nos momentos de farra, importantíssimos durante este período.

À minha amiga Itaçyara, Ita e Denis, pela hospitalidade em João Pessoa, durante a pesquisa.

A meu amigo Júnior Flor, pelo suporte teórico e pela amizade incondicional.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, pela companhia e disponibilidade.

Ao professor Gervácio Batista Aranha, por aceitar me acompanhar na elaboração deste trabalho, me dando orientações que levarei para toda minha vida profissional.

Às professoras Monique Cittadino e Lucinete Fortunato, por aceitarem contribuir com a avaliação do trabalho.

Aos funcionários do Arquivo do Jornal A União, do Espaço Cultural e do IHGP, pela cooperação durante a pesquisa.

A todos os amigos recentes que enriqueceram meus dias.

Obrigada a todos!

Resumo

Este trabalho objetiva analisar as representações construídas sobre um conflito armado que convulsionou o Estado da Paraíba durante 1911 e 1912. Enfocamos aqui, a partir do viés teórico da “Teatralização do Poder”, a revolta liderada por Augusto Santa Cruz, conflito que transpôs as fronteiras da Paraíba, tendo sido transformado em um grande “teatro”, no qual o papel de Santa Cruz transitava do herói revolucionário para o de um sanguinário. O roteiro dessa peça política foi exposto por editoriais, reportagens, entrevistas e manifestos, presentes nos textos dos jornais *A União e Estado da Paraíba*. Tais textos são marcadamente dramáticos, e alguns intensamente metafóricos, nos quais a eloquência parece justamente ser o trunfo maior, sendo assim problematizamos a eloquência destes textos, que visava impactar e sensibilizar aqueles que os lessem e que nos conduz a percorrer o trajeto dos discursos políticos imersos na dramatização. As ações de Santa Cruz foram envoltas por jogos de palavras, de cena, que nos permitiram perceber como a política é vivenciada muitas vezes no campo da pura teatralização. Como fontes, além dos referidos jornais, utilizamos também o jornal *O Norte* e algumas referências bibliográficas sobre o tema, que contribuíram para que compreendêssemos a multiplicidade de significados conferidos à revolta de Augusto Santa Cruz.

Palavras-chave: política, Augusto Santa Cruz, teatralização.

Abstract

This study aims to examine the representations made about an armed conflict that convulse the State of Paraíba in 1911 and 1912. Focus here, from the theoretical bias of the “Dramatizations of Power”, the rebellion led by Augusto Santa Cruz, conflict over the borders of Paraíba, was transformed into one big “theater” in which the role of Santa Cruz down the revolutionary hero to a bloody. The roadmap of this policy piece was exposed by editorial, reports, interviews and manifestos, texts in the newspaper *A União* and *Estado da Parahyba*. These texts are highly dramatic, and some intensely metaphorical, in which the pronunciation just seems to be the greatest asset and therefore question the eloquence of these texts, which aimed to raise awareness and impact those who read and that leads us to go the path of political speeches immersed in the drama. Shares of Santa Cruz were surrounded by sets of words, the scene we have, therefore, understand how politics is often experienced in the field of pure dramatization. As sources, in addition to those newspapers, the newspaper also use *O Norte* and some references on the subject, which helped to understand the multiplicity of meanings given to the uprising of Augusto Santa Cruz.

Key-Words: policy, Augusto Santa Cruz, dramatization.

Sumário

Dedicatória	I
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Introdução	01
1. O “Guerreiro Togado” e seu Movimento: as primeiras impressões de um drama.	11
1.1 Dos alicerces teóricos.	12
1.2 Alagoa do Monteiro e a política paraibana: antecedentes do conflito.	19
1.3 Manifestos e Representações em favor “da liberdade e da democracia”.	33
2. De Herói a Sanguinário: a Imprensa delimita os papéis na revolta de Augusto Santa Cruz.	42
2.1 O cenário político anterior à revolta: os debates por intermédio da imprensa.	43
2.2 As representações do <i>A União</i> e do <i>Estado da Parahyba</i> sobre o conflito em 1911: a construção de um teatro de heróis, mártires e sanguinários.	48
2.3 A revolta de Augusto Santa Cruz entre ironias, sátiras e dramatizações.	63
3. A Campanha Eleitoral na Paraíba em 1912: as “Salvações Hermistas” como pano de fundo para as ações armadas de Augusto Santa Cruz.	73
3.1 As “Salvações Hermistas” e a escolha dos candidatos ao governo da Paraíba.....	74
3.2 A campanha eleitoral na Paraíba em 1912: da defesa da ordem e do progresso à salvação da opressão.	83
Considerações Finais	115
Referências Bibliográficas	120

Introdução

Produzir um texto historiográfico é percorrer um longo caminho de busca por fontes e referenciais teóricos que embasem nossas pesquisas. É entrar em contato com pessoas de um outro tempo, com vivências, muitas vezes, bastante diferentes das nossas, algo que nos coloca diante de uma multiplicidade de pensamentos, de formas de ver a vida, de significar as relações sociais. Mas, ao adentrarmos por este caminho, também podemos nos reconhecer em alguns aspectos das vidas dos homens e mulheres que estejamos estudando e, assim, percebemos o processo de continuidades e descontinuidades que envolve a história.

Neste trabalho, tentamos seguir alguns *rastros* deixados pelas pessoas que vivenciaram um conflito armado que convulsionou o Estado da Paraíba, em 1911 e 1912, o qual teve como líder o coronel-bacharel Augusto Santa Cruz, natural de Alagoa do Monteiro, que, em meio ao seu desprestígio político, se revoltou contra os governantes paraibanos. Tomamos emprestada aqui a noção de *rastro* discutida por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, volume III. O autor parte da premissa de que “Se os arquivos podem ser ditos instituídos, e os documentos, coletados e conservados, é com o pressuposto de que o passado deixou um rastro, erigido por monumentos e documentos como testemunho do passado. Mas que significa deixar um rastro?” (RICOEUR, 1997, p. 200)

Para Ricoeur, o *rastro* é o vestígio, é a marca deixada pela ação de alguém. É, portanto, a indicação da passagem de algo, sem, no entanto, nos revelar o que passou. Diante da impossibilidade de refazer a passagem, ou seja, de presenciar a ação que deixou o *rastro*, resta ao historiador segui-lo, pois o *rastro* permanece e nos liga ao momento em que a ação ocorreu. São os *rastros* que permitem ao historiador visualizar as ações dos homens no passado, ações que só podem ser apreendidas por meio dos vestígios que se mantêm preservados.

O documento assume significância por conter estes *rastros* que possibilitam ao historiador se deparar com as diversas realizações humanas no tempo, e com as representações a elas conferidas. No âmbito deste trabalho, nos preocupamos em discutir a revolta em suas múltiplas significações. Partimos da premissa de que diversas foram as representações conferidas à revolta de Augusto Santa Cruz, entendendo que as representações referem-se à forma como as pessoas compreendem a si e aos outros, à forma como conferem

significados a sua vivência, sendo através delas que ocorrem os processos de identificação, reconhecimento, inclusão e exclusão.

Os primeiros *rastros* que encontramos sobre o movimento liderado por Augusto Santa Cruz foram organizados e publicados no livro *Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. A leitura deste livro foi o primeiro passo para compreendermos como as caracterizações da revolta de Augusto Santa Cruz transitavam de um movimento “revolucionário”, para atos de um “sanguinário”, pois o autor, Pedro Nunes Filho, historiciza a trajetória política de Augusto Santa Cruz, bem como a revolta liderada por ele.

Foi através da obra de Nunes que estabelecemos o primeiro contato com o tema, sendo que ela se configura como de fundamental importância, na medida em que algumas informações sobre o conflito só encontramos neste livro. Daí apresentarmos primeiro uma análise geral sobre a forma como Pedro Nunes construiu sua narrativa sobre a revolta, percebendo como o autor a representou.

Baseando-se na memória de alguns entrevistados e em jornais e documentos da época, a narrativa construída por Pedro Nunes nasceu do desejo que o autor nutria de registrar em livro a história que crescera ouvindo seu pai contar. Trata-se de uma história que ainda não tinha despertado o interesse de historiadores, até porque, na própria região, palco do conflito, poucos são os que têm conhecimento da sua ocorrência. Mas, mesmo não fazendo parte da memória “oficial” da região, essa história continuou viva nas lembranças de algumas pessoas, lembranças que vão sendo “transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (POLLAK, 1989, p. 8)

Passados oitenta anos da ocorrência dos fatos, Pedro Nunes estava ciente de que muitas das fontes dessa história estavam na iminência de desaparecerem, como de fato aconteceu, na medida em que alguns de seus entrevistados faleceram antes mesmo da publicação do livro. Neste sentido, a intenção maior do autor com o livro era contribuir com a memória da região, uma vez que tendo vivido no cariri ocidental paraibano, ele via-se envolvido pela história, como se percebe na sua fala

Filho da região, envolvido nos sentimentos do povo, confesso ao leitor que nem sempre consegui manter uma posição de equidistância, de imparcialidade. Há ocasiões em que o autor se envolve, opina, posiciona-se, mas em momento algum troca a verdade pela fantasia, mantendo-se rigorosamente fiel ao que leu nos documentos e ouviu nos depoimentos que lhe foram dados. Não sendo escritor, esforcei-me para, dentro dos limites de minhas possibilidades, organizar e documentar fatos históricos que reputo importantes para a memória da região. (NUNES, 1997, p. 29)

Indo além, esta intenção do autor se configura como um testemunho da “vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos.”

(POLLAK, 1989, p. 8) Percebemos ainda, através desta fala de Nunes, que o autor parece não compreender suficientemente a fronteira entre História e Memória que envolve seu trabalho, uma vez que diz contribuir para a memória da região por meio do que considera ser o resgate dos fatos históricos. Ora, ocorre que é justamente o contrário que o autor faz, pois é através da memória de seus depoentes que ele construiu a trama que envolveu a revolta de Santa Cruz, não deixando de contribuir com a memória, na medida em que registra os relatos de seus depoentes.

No entanto, é notório que não podemos cobrar do autor os rigores metodológicos próprios a uma produção historiográfica, haja vista que Pedro Nunes não é historiador de profissão, sendo bacharel em Direito. Mas concomitante a isso, cabe-nos problematizar seu texto, a imagem construída para Augusto Santa Cruz, investigar em quais elementos se baseia.

Informações sobre alguns dos antecedentes do conflito só encontramos em *Guerreiro Togado*, fruto da pesquisa de cinco anos do autor. Algumas destas informações serão usadas no decorrer da nossa dissertação, na medida em que enxerguemos serem plausíveis de veracidade, diante do confronto com outras fontes. De imediato, queremos nos concentrar na própria visão geral de Nunes sobre a revolta, compreender os traços recorrentes em sua obra, a caracterização que fez do conflito e de Augusto Santa Cruz.

Assim, passemos a elencar alguns pontos que se sobressaem na narrativa de Pedro Nunes. De início, podemos dizer que o autor se preocupa em caracterizar o recorte temporal e o espaço físico em que a revolta ocorre. Para isso, evidencia que o período foi marcado pelas secas, migração e messianismo, ao dizer que

Para melhor compreender os movimentos políticos reinantes no interior do Nordeste, como é o caso (...) da ação armada do Bacharel Santa Cruz, no Cariri paraibano, é necessário ressaltar que de 1877 a 1915, o Nordeste brasileiro foi atingido por secas devastadoras. (...) Foi a época das grandes migrações, (...). [Outros se refugiaram] na religião, no messianismo ..." (NUNES, 1996, 47- 49)

Algo bastante corrente na literatura, pois secas, migração e messianismo são fenômenos associados ao "Nordeste, isto é, como marcas ou caras frequentemente utilizadas quando se trata de representar socialmente o que é 'ser nordestino'." (ANTUNES, 2002, p. 125)

Apesar de ser um período de secas, com relação à região de Alagoa do Monteiro, Nunes chama atenção para a importância que o ciclo do algodão teve para seu desenvolvimento econômico. É ao enfatizar este aspecto que percebemos que a narrativa carrega um pouco de nostalgia, pois ao focar o declínio da produção algodoeira, principalmente a partir dos anos de 1950, o autor diz que no município foram "ficando apenas as marcas do progresso na

fachada dos casarões, na imponência das fazendas que marcaram época, nos currais de pau-a-pique, no mobiliário rústico das casas de residência, ..." (NUNES, 1997, p. 74)

Percebemos que sob o olhar do presente que Pedro Nunes dirige ao tempo da revolta, ou seja, ao passado, mesclam-se as suas impressões, sobre a região, fruto de sua vivência nela e aquelas que resultam de suas lembranças fornecidas pela tradição oral. Assim, cruza-se uma imagem do presente que reflete uma região saudosa do porte que já teve e uma imagem do passado que remete a um tempo de efervescência econômica. Isto não está explícito no texto, estando, portanto, no seu *não-dito*, correspondendo ao fato de que "há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido." (POLLAK, 1989, p. 9)

Em meio a isso, o autor visualiza Santa Cruz como um homem "dotado de inteligência, coragem e ousadia" (NUNES, 1997, p. 82), advindo daí a sua pretensão de destituir o Alvarismo¹ do comando político do Estado. Os relatos do autor sobre a personalidade de Augusto Santa Cruz se contradizem, pois ora o caracteriza quase como um "revolucionário", como se percebe a seguir

O exercício da politicagem togada induzia magistrados a tomar decisões ao sabor de seus interesses políticos, revoltando pessoas irrequietas como Augusto Santa Cruz que, não obstante os erros cometidos, teve o mérito de sacudir o Cariri paraibano, onde o povo acomodara-se à liderança de chefes políticos viciados, acostumados a tirar candidatos do bolso do colete e a comandar eleições, ... (NUNES, 1997, p. 88)

Ora diz que Augusto Santa Cruz "era a encarnação do coronelismo prepotente, arbitrário e despótico, acostumado a resolver tudo à bala." (NUNES, 1997, p. 101) Na verdade, o que Pedro Nunes percebe posteriormente é que a personalidade de Augusto Santa Cruz era por si só contraditória, expondo que "Se por um lado mostrava-se temperamental e explosivo, por outro, era também afável, acolhedor, brando, um homem de finíssimo trato." (NUNES, 1997, p. 227)

Diante destas falas de Pedro Nunes sobre Augusto Santa Cruz, percebemos que a caracterização feita pelo autor apresenta traços semelhantes aos que estão comumente presentes, principalmente, na literatura regionalista nordestina que enfoca as práticas coronelísticas. Este entendimento se alicerça na análise que a historiadora Maria Lucinete Fortunato (2008) faz sobre a construção da imagem do coronel como símbolo do poder local no chamado "Romance de 1930 no Nordeste".

Neste sentido, a autora evidencia que autores como José Lins do Rego, Jorge Amado e Dias Gomes constroem imagens de diferentes formas para o coronel, o que acaba por produzir vários tipos de coronéis. Assim, quando Pedro Nunes significa a personalidade de Augusto

¹ Alvarismo era o grupo político liderado por Álvaro Machado, que esteve à frente das decisões político-governamentais na Paraíba por cerca de vinte anos (1892-1912).

Santa Cruz como sendo contraditória, o autor está implicitamente e/ou talvez inconscientemente, corroborando no seu texto com as formulações literárias sobre a imagem do coronel, nas quais, segundo Fortunato (2008),

(...) o coronel que até um determinado momento histórico se configurava como símbolo cuja referência seria a patente da Guarda Nacional, quando começa a ser constituído com o objetivo de representar ou de encarnar o poder local, passa a ser uma figura permeada por contradições e ambigüidades, podendo ser, ao mesmo tempo, o coronel do atraso e o coronel modernizador; o coronel que pratica a violência e que pacifica; o coronel que é bondoso e que é cruel; o amante carinhoso e o marido poderoso e dominador; o pai que tudo faz para construir o futuro dos filhos, mas que possui total controle sobre a vida destes; (...) (p. 219)

Esta ambigüidade da personalidade de Augusto Santa Cruz é constantemente reiterada em várias passagens do livro de Pedro Nunes, passagens como esta: “Formado na escola dos velhos coronéis do sertão a cuja ação política se opunha, sem deles se diferenciar muito, Santa Cruz, homem, obstinado e teimoso, tinha sempre um raciocínio linear, qualquer que fosse a situação.” (NUNES, 1997, p. 284) Além de corroborar novamente com formas de “ver e dizer” o coronel já instituídas – não só pela literatura, como também por textos de historiadores e cientistas sociais² – esta passagem específica se coaduna ainda com o ideário, que circula na literatura local, de que o monteirense é marcado por um senso nato de justiça e obstinação, consciente de seus deveres e objetivos, que não mede esforços para concretizá-los. Como se percebe na fala de José Rafael de Menezes (1993)

Todo patriarca monteirense é um homem lúcido e confiante, astuto e bem humorado, com seu senso do tempo e sua consciência histórica. Principalmente bem dotado de uma energia vital que começa com a virilidade e se expressa com uma vontade lúcida de brigar por seus objetivos. (p. 18)

Diante destas questões que levantamos sobre a narrativa de Pedro Nunes, chegamos ao ponto que acreditamos ser de convergência, que é a construção de uma memória escrita profundamente comprometida com a edificação de uma identidade social. São as representações que as pessoas constroem acerca dos diversos âmbitos de suas vidas que atuam na produção de suas identidades.

Falamos em identidades, no plural, porque a crença na existência de uma identidade fixa, imutável, tem entrado em franco declínio, já que as discussões atuais giram em torno da análise do processo em que construímos nossas identidades de acordo com as diferentes situações nas quais nos vemos inseridos. A respeito disto, Lucilia de Almeida Neves Delgado esclarece que “as identidades podem ser renováveis e, na maior parte das vezes, encontram-se demarcadas pelo reconhecimento e pela constatação das diferenças. (...) Nesse sentido, as identidades, que são também representações, constituem-se através da polaridade eu/outro.”

² Ver em FORTUNATO (2008).

(DELGADO, 2006, p. 61-62) As identidades são, portanto, formadas através da relação com a alteridade, da comparação do eu com o outro.

Tal como as identidades, a memória também é marcada por estar em constante renovação. Existe uma forte relação entre memória e identidade social. A memória, operação que reúne todo um acervo de informações e materiais que salvaguardam o passado, contribui para reforçar ou rechaçar laços de pertencimento. Segundo Michel Pollak, suas funções essenciais são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, ...” (POLLAK, 1989, p. 9)

A memória se configura como um processo que seleciona, que organiza os fatos, as experiências, algo que parte das preocupações reinantes no momento em que ela está sendo organizada, estruturada. Quando se trata de uma memória herdada – ou seja, memória de um período que não se viveu, mas com o qual se identifica –, como é o caso da narrativa de Pedro Nunes, a ligação com o sentimento de identidade é ainda mais estreita.

É recorrendo à memória que tanto indivíduos como comunidades constroem continuamente “o sentido da imagem de si, para si e para os outros.” (POLLAK, 1992, p. 24), alicerçando, assim, suas identidades. Em outras palavras, Pedro Nunes recolhe aqueles traços que acredita serem característicos do grupo social em que está inserido, por meio da memória. Através de suas lembranças e daqueles que entrevistou, ele compreende que a revolta de Augusto Santa Cruz, por mais contradições e desvarios que tenha tido, foi “um movimento de rebeldia numa região que cultivava, e ainda hoje cultiva, o silêncio, o conformismo e a aceitação de decisões contrárias a seus interesses políticos e econômicos, ...” (NUNES, 1997, p. 333)

Pedro Nunes parece acreditar que os habitantes de Monteiro mesmo possuindo um senso nato de luta, de astúcia, a cidade parece no decorrer de sua história, por enfrentar “a ação perniciosa daqueles que se apropriam do dinheiro público destinado a combater o desespero, a miséria e a erradicar a pobreza crônica, endêmica.” (NUNES, 1997, p. 333) Desta forma, entendemos que Augusto Santa Cruz representaria para o autor, mesmo com seus erros, um pequeno receptáculo desse monteirense obstinado. Suas ações não serviriam como exemplo, mas sua obstinação sim. Daí que conservar a memória destas ações teria como mérito maior possibilitar que a população monteirense se apercebesse da sua obstinação latente, da sua capacidade e necessidade de reivindicar, de defender fortemente seus interesses.

Assim, implicitamente o autor empreende a reconstrução de uma memória simultaneamente à reconstrução de uma identidade social. Ao fazer o passado ressurgir no

presente, ele o faz com interesses que se vinculam ao tempo da sua escrita. Isto nos remete ao conceito de rememoração, tal como afirma Gagnebin (1997)

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (p. 91)

A identidade conferida ao homem monteirense seria, portanto, a de um homem forte, lutador, mas que se deixou esmorecer pelas dificuldades da vida. O que não significa que tenha perdido a capacidade de confiar em sua força de vontade, mas sim que necessita ser estimulado, retirado de sua passividade momentânea, o que deveria ocorrer através do “campo das idéias, pela conscientização política, pelo despertar para projetos do bem-comum, enfim pela educação.” (NUNES, 1997, p. 336)

A produção das identidades ocorre, portanto, em meio ao desenrolar do processo de seleção e salvaguarda do passado, no qual a memória atua juntamente com a história. Elas são os suportes que permitem ao ser humano reunir as referências necessárias para seu auto-reconhecimento como pessoa e como membro de uma comunidade, para a percepção de seu presente a partir da distinção com seu passado. Desta forma, apesar das diferenças existentes entre história e memória, é a participação na construção da identidade e na representação do passado que as aproxima, pois como salienta Delgado (2006)

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processar diacrônico e sincrônico da vida em sociedade. (p. 45)

Assim, na medida em que a memória fornece elementos para que os homens construam suas identidades, não só individuais, mas também dentro de uma coletividade, ela também possibilita que o homem atue enquanto agente da construção da história, algo que, como demonstrado, percebemos marcadamente na obra de Pedro Nunes. História e memória estão, enfim, inseridas no processo contínuo do auto-reconhecimento individual e coletivo.

O livro de Pedro Nunes foi, portanto, o que nos despertou para o estudo sobre a revolta de Augusto Santa Cruz. Após sua leitura, seguimos em busca das fontes originais consultadas por Nunes, aquelas, é claro, que se mantêm preservadas e que nos foram possíveis consultar durante o tempo disponível para a pesquisa deste trabalho. Neste sentido, tentamos seguir os *rastros* sobre o conflito existentes principalmente nas edições dos jornais *A União e Estado da Parahyba*, dos anos de 1911 e 1912.

A leitura dos textos destes jornais nos levou a buscar nortear nosso trabalho com alguns dos pressupostos teóricos sistematizados no primeiro capítulo da dissertação. Desta forma,

com relação aos aportes teóricos, nossa discussão se refere principalmente à ênfase no conceito de *representação* proposto por Roger Chartier, e na chamada “Teatralização do Poder”, através da leitura de autores como Georges Balandier, José Murilo de Carvalho, Clifford Geertz e Gervácio Batista Aranha, que enfocam em seus trabalhos o simbolismo e a dramatização presentes nas ações políticas. Além destes autores, também utilizamos a discussão exposta por Raul Girardet, que nos oferece uma análise sobre os mitos presentes no campo da política, dos quais enfocamos o mito da *conspiração* e o mito do *herói*.

Ainda no primeiro capítulo, focalizamos o ambiente político local em Alagoa do Monteiro, historicizando a trajetória política de Augusto Santa Cruz, em meio ao transcórreo do Alvarismo, compreendendo assim o contexto político que se desenrolava na Paraíba durante as duas primeiras décadas da República Velha³. Desta forma, a intenção é mostrar que o nascedouro do conflito se deu no desenrolar da década de 1900, em meio às disputas pelo poder local, na medida em que o então presidente do Estado, João Machado, retirou qualquer apoio a Augusto Santa Cruz, em prol do seu rival local Pedro Bezerra. É interessante aqui explorarmos o fato de que Pedro Bezerra era um antigo venancista⁴, sendo que o apoio do Alvarismo à sua liderança pode ser inserido no processo de retomada do poder que os antigos venancistas vinham realizando a partir da influência de Epiácio Pessoa, e de uma espécie de “infiltração” no grupo alvarista.

Linda Lewin discute, em *Política e Parentela na Paraíba*, este processo, mostrando como os alvaristas foram paulatinamente tendo que ceder espaço para os antigos venancistas, ao mesmo tempo em que o Alvarismo caminhava para o colapso. Além de Linda, há, entre outros, a análise de Eliete Gurjão, em *Morte e Vida das Oligarquias*, sobre o processo de afirmação das oligarquias no contexto paraibano. Faremos uso também da discussão de Raymundo Faoro em seu livro *Os Donos do Poder*, volume 2, em que esmiúça o sistema político brasileiro na República Velha, além de outros clássicos que discutem a política neste período, como *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal e *A República Velha*, de Edgard Carone. Com relação ao contexto local que se desenrolava em Alagoa do Monteiro, o diálogo será prioritariamente com Pedro Nunes Filho em *Guerreiro Togado*.

Em seguida, mostramos, principalmente através da análise dos manifestos publicados por Augusto Santa Cruz e por seu irmão Miguel⁵, que o conflito de 1911 se configurou como uma tentativa de Augusto de mostrar aos chefes políticos do Estado que ainda detinha força

³ Também chamada de Primeira República, compreendendo o período que vai de 1889 a 1930.

⁴ Os venancistas eram aqueles que seguiam as orientações políticas de Venâncio Neiva, primeiro a governar a Paraíba sob a república, como será visto posteriormente.

⁵ Estes manifestos foram publicados no jornal *Estado da Parahyba*.

política, ao mesmo tempo em que humilhava as autoridades monteirenses. O conflito neste momento resultou, então, muito mais do desejo de Augusto Santa Cruz de se vingar da perseguição que dizia estar sofrendo, e não da intenção de combate ininterrupto à oligarquia alvarista.

Já no segundo capítulo, o cerne da discussão são os discursos dos jornais *A União* e *Estado da Parahyba*, percebendo como o conflito para aqueles que faziam oposição ao Alvarismo, ou seja, os membros do Partido Democrata, representava a mais legítima forma de revolta contra os mandos e desmandos dos partidários de Álvaro Machado, pois os democratas diziam que os alvaristas sobrepujavam a população paraibana. O porta-voz da oposição era o jornal *Estado da Parahyba*, que apresentava Augusto Santa Cruz como sendo um “revolucionário” que buscava livrar a Paraíba do despotismo do Alvarismo.

Para os situacionistas, o porta-voz era o jornal *A União*, que caracterizava a revolta como a demonstração das “loucuras de um sanguinário ávido por poder.” Assim, a discussão gira em torno dos diferentes enunciados feitos acerca do confronto armado de 1911, nos quais o drama, a ironia e mesmo a sátira envolviam tanto a defesa como a condenação às ações de Augusto Santa Cruz. Assim, continuamos discutindo na perspectiva da “Teatralização do Poder”, para entender como os discursos político-partidários buscaram construir, retoricamente falando, uma razão de ser para o conflito.

No terceiro capítulo, o conflito é analisado a partir de sua inserção na campanha eleitoral de 1912, campanha destinada à sucessão presidencial no governo do Estado. Desta forma, analisamos como as ações de Augusto Santa Cruz foram significadas por opositores e governistas, por meio dos textos do *A União* e *Estado da Parahyba*. Inserindo-se na conjuntura política nacional, no âmbito das “Salvações Hermistas”, as ações de Augusto Santa Cruz e sua gente passam de revolta armada à campanha política, em prol da candidatura opositora do coronel militar Rego Barros, campanha feita também por meio do uso de armas e invasões a várias cidades paraibanas.

Nesta empreitada, Augusto Santa Cruz se aliou a outro coronel preterido pelos oligarcas estaduais, que foi Franklin Dantas da cidade de Teixeira, o que reitera a importância de destinarmos atenção especial para o processo de mudanças pelo qual vinha passando a oligarquia alvarista. Analisamos como os textos dos jornais, durante toda a campanha, eram produzidos para sensibilizar e arregimentar aliados, partindo sempre da desconstrução simbólica do candidato ou do grupo opositor, compreendendo assim o lugar destinado à atuação de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas neste processo. Percebemos, enfim, como as representações conferidas às ações armadas de Augusto Santa Cruz foram, tanto em 1911,

como em 1912, envolvidas por enunciados dramáticos que nos permitem perceber o quão teatralizado era o cenário político paraibano de inícios do século XX.

1. O “Guerreiro Togado” e seu Movimento: as primeiras impressões de um drama.

Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a “teatrocracia”. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos.

(Georges Balandier)

Esta afirmação de Georges Balandier é fundamental para compreendermos o ambiente político que vigorava em Alagoa do Monteiro no início do século XX e que alicerçou o conflito armado que convulsionou o Estado da Paraíba em 1911 e 1912. A busca por compreender o funcionamento da política paraibana, neste período, e, principalmente, pela análise das diferentes representações construídas acerca da revolta liderada por Augusto Santa Cruz, nos levou a perceber este movimento como estando profundamente marcado por trocas de acusações entre a oposição e a situação na Paraíba de meados da República Velha. Estas acusações eram elaboradas a partir de jogos de palavras, sátiras, dramas, que nos conduzem a alicerçar nossa análise no viés teórico da “teatralização do poder”, ou seja, nos atendo em aspectos das ações políticas que nos remetem a encenações teatrais, a uma política um tanto quanto de espetáculo.

Percebemos que o movimento armado que Augusto Santa Cruz empreendeu, em contraposição ao governo do Estado da Paraíba, foi permeado por diversas representações ao longo de sua duração. Estas representações advinham do próprio Augusto Santa Cruz, de seus aliados e de seus inimigos políticos, reelaboradas paulatinamente, na medida em que entravam em cena novas motivações, ao mesmo tempo em que novos objetivos eram almejados. Neste sentido, além de discutirmos os redimensionamentos que a história política tem vivido nos últimos anos, entre os quais a ênfase na chamada “teatralização do poder”, nos voltamos, neste capítulo, para a apresentação do ambiente físico e político no qual se desenrolou o conflito.

Analisamos aqui também as representações que o próprio Augusto Santa Cruz produziu sobre o movimento, as quais estão materializadas em dois manifestos, e também a que seu irmão Miguel construiu, igualmente em um manifesto, que segue a mesma linha do raciocínio

de Augusto. Trata-se de analisar estes textos explorando-os nos seus aspectos dramáticos e eloquentes.

1.1 Dos alicerces teóricos.

No campo historiográfico, predominou do século XIX até as primeiras décadas do século XX uma história política que se concentrava no estudo do Estado, de suas instituições, principalmente a partir dos feitos dos grandes homens, ou seja, de reis, diplomatas, militares, etc. É diretamente a este tipo de produção historiográfica que a Escola dos Annales, que surge em 1929, com Lucien Febvre e Marc Bloch, dirige suas críticas mais contundentes.

A partir dos Annales, ao invés do estudo das iniciativas individuais – prioritariamente de políticos –, busca-se a análise dos comportamentos coletivos, principalmente no âmbito da longa duração. Embora não tendo sido totalmente avessa à esfera política, os historiadores da Escola dos Annales priorizaram os níveis social e econômico em suas análises. Neste contexto, entendia-se que “a história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor”. (RÉMOND, 1996, p. 19-20)

A renovação intensa pela qual a história política passa, nas últimas décadas do século XX, se insere em um processo relacionado tanto com as mudanças políticas do fim do século, como com as mudanças no olhar do historiador para com o político. Percebe-se que

a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais [Além disso,] a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. (RÉMOND, 1996, p. 23-24)

Paulatinamente ocorreu um crescimento do interesse da sociedade, de forma geral, pelo campo da política. Acompanhando este movimento, temos que dizer que no âmbito historiográfico, seguindo o que nos coloca René Rémond em seu *Por Uma História Política*, o processo de renovação da história política advém de obras produzidas no decorrer de todo século XX⁶, algumas, inclusive, de autores que não eram historiadores de profissão. Isso demonstra que este processo foi marcado pela interdisciplinaridade, ou seja, por um fecundo

⁶ Neste contexto, René Rémond atua como pioneiro, já que, ainda na década de 1950, ele publica vários artigos, nos quais estão presentes os estudos dos comportamentos, dos modos de expressão, dos discursos; estudos estes livres da mera perspectiva factual positivista. Ver TERTART (2000).

contato com as outras ciências, como a Sociologia, Direito, Antropologia, Psicologia, Linguística, etc. Acompanhou-se, assim, a tendência de interdisciplinaridade, que fora instituída a partir dos Annales.

Este contato com as outras ciências e também com as perspectivas teóricas da história cultural foi fundamental para formulações de novas questões, para a afirmação de novos conceitos, enfim, para a análise das novas formas assumidas pelos movimentos políticos, do papel da mídia nos eventos da política, com a atenção se voltando para a crença na credibilidade de imagens e discursos, uma vez que

o uso dos meios de comunicações de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com o fazer crer, com imagens computadorizadas ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade, foi um elemento que pôs na ordem do dia as questões relativas ao imaginário. Mais do que outros campos, foi possível retornar às mesmas fontes com outros olhos, formulando novas questões. (PESAVENTO, 2003, p. 75-76)

O imaginário diz respeito aos ritos, às crenças, aos valores que organizam a vida das pessoas, que organizam “o mundo, produzindo a coesão ou conflito”. (PESAVENTO, 2003, p. 43) Ele consiste na rede de representações que construímos sobre nossas práticas, bem como sobre as práticas das outras pessoas.

Quando falamos nas representações que foram conferidas especificamente ao movimento de Augusto Santa Cruz, nos referimos às formas como ele foi percebido, entendido pelas pessoas, envolvendo, assim, os discursos contra e a favor. Partimos aqui, da conceituação de representação feita por Roger Chartier, através da qual entendemos que estudar as representações significa buscar perceber como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p. 17) Ou seja, trata-se de perseguir os significados atribuídos ao movimento de Augusto Santa Cruz, as diferentes formas como ele foi pensado pelos grupos sociais envolvidos, as quais produziram discursos e práticas contrários que intencionavam enunciar as *reais* pretensões da revolta.

A partir da discussão que faz em “Textos, Impressos, Leituras”⁷, Chartier nos ajuda a pensar sobre os processos que envolvem a produção e circulação dos textos⁸ e que visam impingir-los de um sentido, o qual, sendo historicamente produzido, é passível de problematização. O autor nos lembra que nenhum texto existe sem o suporte que lhe legitima e que lhe leva ao leitor, ou seja, sem as estratégias de escrita, as intenções do autor, bem como os processos de editoração e publicação.

⁷ Ver CHARTIER (1990, p. 121-139)

⁸ Além disso, podemos dizer que o centro da discussão de Chartier é a ideia de que o ato de ler, a leitura deve ser compreendida como uma prática criativa, como um processo de invenção de significados para além do que está posto no texto.

É neste sentido que, ao analisarmos os textos que buscaram representar as intenções do conflito que estudamos, nos ateremos nos mecanismos utilizados para produzir significados, opiniões tanto contra como a favor. Evidenciando, assim, que características, que elementos da escrita destes textos eram usados em profusão, buscando principalmente sensibilizar e arrebanhar para si o *status* de enunciados verdadeiros. Isso se dá pelo fato de que “numerosos textos têm por objectivo (sic) anular-se enquanto discurso e produzir na prática comportamentos ou condutas tidos por legítimos e úteis.” (CHARTIER, 1990, p. 135)

Desta forma, as representações produzidas sobre a revolta, seja pela Imprensa, por Santa Cruz, ou quaisquer outras, não se referem a uma cópia fiel do que realmente aconteceu, pois elas “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 1990, p. 17)

Michel de Certeau também nos fornece elementos para pensar nesta perspectiva, pois em seu texto *A Escrita da História*⁹, ele salienta que todo trabalho historiográfico se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, sendo em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineiam os interesses, que os documentos e as questões propostas se organizam. Trazendo esta idéia para o campo das representações de forma geral, podemos dizer que elas são elaboradas a partir do lugar social ocupado por seus produtores, ou seja, a partir das redes de sociabilidade, de relacionamento que estes estabelecem e que lhes servem como sistema de referência para interpretar o mundo ao seu redor, ensejando a produção de determinados significados, em detrimento de outros.

Em meio a esse pressuposto, portanto, não objetivamos apreender os “verdadeiros” motivos, a “verdadeira” história da revolta, que cada grupo buscou apresentar a sua maneira, mas sim compreender a partir de que elementos, de que estratégias ela foi pensada, com quais interesses, enfim, que identidades e representações foram a ela conferidas. O que nos move a produzir este trabalho é, portanto, o desejo de estudar os mecanismos por meio dos quais a revolta de Augusto Santa Cruz ora foi entendida como um movimento “revolucionário”, ora como atos de um sanguinário, mecanismos esses permeados pelo uso da *dramatização política*.

Para tal, é necessário que percebamos que o *político* “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraiza e se

⁹ Ver CERTEAU (2000).

reflete ao mesmo tempo.” (RONSAVALLON, 1995, p. 12) É partindo deste pressuposto que muitos dos textos historiográficos produzidos sobre os comportamentos políticos de diversos atores sociais têm se fixado na análise de suas representações imaginárias, principalmente em torno de toda uma simbologia que as permeiam, em meio a rituais, à fabricação de mitos e ao uso constante de requintes dramáticos em seus discursos. Essa preocupação com o simbolismo e com o imaginário remete à aproximação entre história e antropologia.

Muitos trabalhos dentro do campo da história política têm se preocupado com a definição de uma cultura política. A ampla utilização do conceito de cultura política está, intimamente, relacionada à antropologia. Segundo Carneiro e Kuschinr (1999), cultura política é um conceito multidisciplinar que surgiu a partir do desejo de se estudar a política levando em conta os aspectos comportamentais, subjetivos das orientações políticas.

Esta noção de cultura política atenta para o fato de que as pessoas definem seus comportamentos políticos de acordo com os diferentes espaços em que transitam – família, escola, trabalho. Tal noção diz respeito às relações que envolvem o Estado e os indivíduos, consistindo, assim, em “ ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.” (GOMES, 2007, p. 47- 48)

A análise da cultura política proporciona ao historiador vislumbrar diferentes possibilidades de relacionamento, de práticas políticas, uma vez que permite perceber a heterogeneidade, existente muitas vezes, de significados conferidos a um mesmo ator ou momento político, pois, como coloca Monique Cittadino (2007),

(...) o conceito de cultura política ampliou-se, denotando a possibilidade de existência de uma multiplicidade de culturas políticas, confluentes ou conflitantes, e expandiram-se as possibilidades de estudos e abordagens como percebe-se pelos trabalhos envolvendo a cultura política no antigo regime, a cultura política marcando o comportamento de grupos minoritários e excluídos, a cultura política como chave de entendimento das relações de gênero.(...) (p. 53 – 54)

Enfim, diversas culturas políticas podem coexistir, se suceder no desenrolar da vivência humana. Além do fomento às discussões em torno do conceito de cultura política, a relação fecunda que a História tem estabelecido com a Antropologia, vem possibilitando a realização de muitos estudos que evidenciam os aspectos simbólicos que envolvem o funcionamento da política, seja nos regimes democráticos, seja nos autoritários.

Isto tem contribuído para a percepção de que a vida cotidiana dos homens em sociedade é permeada por ritos de teatralidade, sendo a política notadamente caracterizada por manifestações simbólicas imbuídas de uma carga dramática que salta aos olhos, não obstante

atuar nos “bastidores”. É a chamada “teatrocracia”, expressão cunhada por Nicolau Evreinov, sobre o qual o antropólogo Georges Balandier (1982) coloca que “Sua tese, expressa a partir de ilustrações extremamente variadas, monta um tribunal teatral para todas as manifestações da existência social, notadamente as do poder: os atores políticos devem ‘pagar seu tributo cotidiano à teatralidade’.” (p. 5)

O uso de técnicas dramáticas na política relaciona-se às estratégias imaginárias produzidas principalmente com o objetivo de conquistar e conservar o poder. Neste sentido, o governante deve figurar como uma espécie de *ator político*, necessitando possuir uma imagem que reflita justamente o que seus governados desejam ver nele, sua aceitação firma-se, assim, em ilusões imaginárias, na medida em que

O grande ator político comanda o real através do imaginário. (...) O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada: o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1982, p. 6-7)

Balandier chama atenção ainda para o fato de que, em meio a essa produção constante de imagens e símbolos, recorre-se comumente à tradição, ao costume, como forma de legitimação, para, a partir disso, se produzir uma história idealizada, construída simbolicamente segundo às necessidades do poder no presente. O autor ainda esclarece que é o mito do herói aquele que mais encarna a teatralidade política, mito este que será discutido melhor *a posteriori*, utilizando-se também a discussão proposta por Raul Girardet, em *Mitos e Mitologias Políticas* (1987).

Falar da idéia de política como teatro, como espetáculo, remete sempre a estudos em torno das monarquias, principalmente a partir da figura de Luís XIV. No entanto, como enfatiza Renato Janine Ribeiro (2004)

O importante aqui, porém, é lembrarmos que essas tecnologias de controle da sociedade pelo bom jogo das aparências continuam fortes em nossos dias; que terão mudado, é claro, à medida que o Antigo Regime ruía, mas apenas para cederem lugar a novas formas, nas quais algum compromisso se tem de firmar com as exigências democráticas, mas sem necessariamente por termo à teatralização do social e do político. Discussões sobre o Estado-espetáculo ou, mais geralmente, sobre a própria ideologia, muitas vezes põem em cena esses instrumentos a que Luís XIV, na esteira ele mesmo de uma tradição que remontava pelo menos aos duques de Borgonha do século XV, deu forma canônica. (p. 33)

Observando especificamente o que ocorre no regime democrático, o qual se baseia na representação e em um poder que resulta da vontade da maioria, percebemos que a dramatização política se concentra principalmente no processo de persuasão, de elaboração de discursos que têm como objetivo possibilitar a identificação entre representado e representante. Isto é claramente percebido nas campanhas eleitorais, que utilizam diversos

mecanismos de aproximação entre os candidatos e os eleitores¹⁰. Neste processo de persuasão, os políticos contam com o trabalho da mídia que tem, progressivamente, contribuído para formulação de imagens públicas que dão a ver *muito mais um mundo de aparências*, no qual o Estado assume contornos de “espetáculo”, de “teatro de ilusão”.

Ocorre que todo o jogo teatral que envolve o poder político mantém uma íntima relação com a sociedade de forma geral, sendo na verdade uma representação sua, uma vez que este poder se apresenta como sua emanção. Por meio da teatralização, do espetáculo, idealiza e compõe uma imagem de sua sociedade, de forma que esta a aceite. Para tal, faz uso de manifestações nas quais a grandeza e a ostentação são preponderantes.

O poder se manifesta por meio de uma linguagem própria, como também através do silêncio. Segundo Balandier (1982), estes elementos

são uma das condições da arte dramática. Constituem em parte sua substância. Visam o efeito mais do que a informação e procuram a influência duradoura sobre os indivíduos, o que permite ao discurso político ter um conteúdo fraco ou repetitivo, pois o que importa é a maneira de dizer e de ser ambíguo; a polissemia assegura interpretações múltiplas de audiências diferentes. Reconhecido e dominado, o poder das palavras engendra uma retórica: isto é, o recurso a um léxico específico, a formas e estereótipos, a regras e modos de argumentação. (p. 12)

Analisando a política brasileira durante o Império, o historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro *A Construção da Ordem; Teatro de Sombras*, enfatiza justamente o caráter ambíguo que envolvia o Império brasileiro, na medida em que o autor vai sistematicamente fornecendo elementos que conduzem ao entendimento de que a política imperial estava fortemente alicerçada em práticas teatrais. Com relação a isto, Carvalho (1996) expõe que

A enorme visibilidade do poder era em parte devida à própria monarquia com suas pompas, seus rituais, com o carisma da figura real. Mas era também fruto da centralização política do Estado. (...) [Sendo que] apesar de suas limitações no que se referia à formulação e execução de políticas, o governo passava a imagem de todo-poderoso, era visto como responsável por todo o bem e todo o mal no Império. A ambigüidade gerava (...) um complexo jogo de realidade e ficção, a tal ponto que as duas se confundiam frequentemente, a ficção tornando-se realidade e a realidade ficção. (p. 384-385)

José Murilo de Carvalho esclarece que a ambigüidade que marcaria a política imperial estaria, portanto, justamente no fato de que os rituais pomposos que envolviam a Coroa alimentavam a crença na existência de um Estado forte, imponente, quando, na verdade, a extensão efetiva de seu poder se limitaria às circunvizinhanças da Corte. Assim, a realidade social do Brasil, marcada por desajustes, como a vigência de “uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas” (CARVALHO, 1996, p. 383), era

¹⁰ Ver BARREIRA (1998).

sobreposta por um faz-de-conta que insistia em caracterizar o Brasil como um país democrático.

Carvalho constrói sua discussão a partir da análise de dois textos: *Conferência dos Divinos*, de Ferreira Vianna, político conservador; e de *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, liberal. Os dois utilizam a metáfora teatral em seus textos, sendo que o primeiro a utiliza como crítica ferina ao imperador D. Pedro II, o segundo transitando entre a crítica e o elogio. Em *O Abolicionismo*, Nabuco acrescenta a metáfora da sombra à noção de encenação teatral, partindo daí a expressão *Teatro de Sombras*, com a qual José Murilo intitula a segunda parte de seu livro, na medida em que este assim a analisa e resume: “Não só era teatro a política: era teatro de sombras. Os atores perdiam a noção exata do papel de cada um. Cada um projetava sobre os outros suas expectativas de poder, criava suas imagens, seus fantasmas.” (CARVALHO, 1996, p. 388)

Em sua discussão sobre a teatralização da política imperial, José Murilo se ancora em estudos do antropólogo Clifford Geertz, principalmente naquele sobre o Estado balinês do século XIX, bem como em um realizado posteriormente, no qual Geertz expande a metáfora teatral para outros sistemas políticos¹¹. José Murilo acredita que esta metáfora pode ser aplicada ao fenômeno político em geral, salientando que

a política é teatro também por razões que têm a ver com os mecanismos modernos do exercício do poder. A representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. Ambas as representações se exercem em palcos montados, por meio de atores que têm papéis conhecidos e reconhecidos. Há regras de atuação, há enredo e, principalmente, há ficções. Em política, a primeira ficção é a própria idéia de representação. De fato, é preciso admitir um grande faz-de-conta, é preciso crença para aceitar que alguém possa falar autenticamente por milhares de pessoas. (CARVALHO, 1996, p. 386; 388)

Além da leitura de Carvalho, contamos também, como referência, com o trabalho de Gervácio Batista Aranha sobre a história do trem de ferro na Paraíba, no qual o autor evidencia as disputas travadas pelas elites locais em torno da implantação das ferrovias. Também se inspirando em Geertz e em Balandier, Gervácio faz uma acurada análise sobre

o comportamento político dos interessados, buscando, em especial, analisar as estratégias político-discursivas a que recorriam para alcançar seus objetivos, estratégias que se expressavam por meio de uma série de jogos verbais ou de cena, próprios da teatralização política elevada a seu mais alto grau, do tipo que encerrava propósitos bem diferentes dos que costumavam encenar. (ARANHA, 2006, p. 30)

O pensamento de Clifford Geertz sobre o simbolismo do poder firma-se na idéia central de que determinados componentes essenciais do universo político permanecem ao longo do tempo nos diferentes regimes. Estes componentes referem-se a uma espécie de *estrutura*

¹¹ Ver GEERTZ (1980) e (1998).

cultural, ou seja, a um conjunto de significações simbólicas, às quais as autoridades do poder político recorrem para demarcar e conferir sentido às suas práticas. Assim,

não importa o grau de democracia com que essas elites foram escolhidas (normalmente não muito alto) nem a extensão do conflito que existe entre seus membros (normalmente bem mais profundo do que imaginam aqueles que não são parte da elite); elas justificam sua existência e administram suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram, ou, em situações mais revolucionárias, inventaram. São esses símbolos – coroas e coroações, limusines e conferências – que dão ao centro a marca de centro (...), [como se] ele estivesse relacionado com a própria forma em que o mundo foi construído. (GEERTZ, 1997, p. 187)

As teses centrais destes autores, que resumimos brevemente acima, se constituem como sendo de fundamental importância, pois nos possibilitaram visualizar nossas fontes com um olhar bem mais direcionado, ao mesmo tempo em que prosseguimos num processo constante de amadurecimento teórico e metodológico. Desta forma, estes trabalhos nos possibilitam buscar estudar as representações, sobre a revolta de Augusto Santa Cruz, a partir da compreensão de que elas têm sua coerência imersa em aspectos simbólicos que circulam pela sociedade de forma geral, materializados no universo político por manifestações teatrais e ritualizadas.

1.2 Alagoa do Monteiro e a política paraibana: antecedentes do conflito.

O município de Alagoa do Monteiro, situado no Cariri ocidental paraibano, divisa com Pernambuco, tem sua fundação ligada à edificação da Capela de Nossa Senhora das Dores, feita pelo fazendeiro Manuel Monteiro do Nascimento em 1800. O povoamento inicial da região pautou-se na criação de gado, pois “Custódio Alves Martins, João Pereira de Melo e alguns outros, em fins do século XVIII estabeleceram fazendas de gado no local, onde posteriormente ergue-se Monteiro, no ano de 1800.” (TAVARES, 1971, p. 14)

Por volta de 1840, já havia se formado um povoado, sendo a Paróquia criada em 1865 e a povoação elevada à vila em 28 de junho de 1872, se desmembrando do município de São João do Cariri. Foi diretamente beneficiada pela ascensão do cultivo do algodão, produto que, a partir de meados do século XIX, passou a ser importantíssimo para a região.

Alagoa do Monteiro¹², além de ser o centro administrativo e político do município, tinha a seu favor uma posição geográfica privilegiada por ser rota de passagem de quem se dirigia ao Recife vindo do sertão paraibano ou pernambucano, algo que favoreceu diretamente o

¹² O nome atual da cidade, Monteiro, deriva-se do nome de seu fundador, Manoel Monteiro.

surgimento de grandes fazendas de algodão em toda sua extensão¹³. A posição geográfica contribuiu decisivamente para que o município se desenvolvesse economicamente, uma vez que a produção algodoeira não só paraibana, mas também de Ceará e Pernambuco transitava por lá, seja em direção a Campina Grande, seja ao Recife¹⁴, pois, como coloca Eliete Gurjão (1994), a partir da “segunda metade do século XIX o algodão passa a posição de relevo na economia paraibana, (...). O Sertão, o Cariri e, principalmente, o Agreste constituíram-se no seu habitat natural e social.” (p. 20)

Passavam por Monteiro também mascates que cortavam Pernambuco e Paraíba, vendendo e trocando mercadorias, e boiadas com destino a Campina Grande e Recife. Era, portanto, o cultivo de algodão conciliado com a criação de gado, as atividades geradoras de riqueza, que, não obstante as constantes secas, atraíram diversos grupos familiares para o município.

Alagoa do Monteiro teve, por muitos anos, como chefe político o tenente-coronel da Guarda Nacional João Santa Cruz Oliveira, que, emigrando de Alagoas para Monteiro na segunda metade do século XIX, tornou-se proprietário de várias fazendas no município, bem como deputado provincial pelo Partido Liberal de 1884 a 1885. Com a morte de João Santa Cruz, que teria ocorrido por volta de 1895, suas fazendas foram herdadas pelos filhos Miguel – que foi também deputado –, Artur, Augusto, Teotônio e Francisca, tendo Augusto herdado, além das fazendas Jerimum e Areial, o comando político do município. Assim, mesmo com a transição da Monarquia para a República, o comando político em Alagoa do Monteiro permaneceu nas mãos de uma mesma família.

Institucionalmente, o poder político no Brasil, em inícios do século XX, era mantido nas mãos de poucos, nas mãos das oligarquias. Não é nosso propósito aqui, discutir longamente as práticas nas quais se assentava o poder das oligarquias, mas apenas caracterizar, de forma geral, a estrutura política brasileira, sendo importante evidenciar que

Embora diretamente associada com a república Velha, a oligarquia surgiu no Segundo Império. (...) O surgimento de partidos políticos, na década de 1840, impeliu para a esfera pública do município as famílias extensas poderosas, transformando “clãs parentais” em “clãs eleitorais”. (...) A mescla de poder público e poder privado, devida à expansão tanto de cargos eletivos como do serviço público, levou ao fenômeno disseminado do “empreguismo”, ou do nepotismo no controle de cargos e empregos públicos pelas famílias de elite. (LEWIN, 1993, p. 15)

¹³ Alagoa do Monteiro já era, no período da revolta de Augusto Santa Cruz, o maior município da Paraíba em extensão territorial. Ver NUNES (1997).

¹⁴ O município fica acerca de 180 km de Campina Grande e 310 km de Recife.

Neste sentido, falar de oligarquias significa falar do controle econômico e político exercido por estas poderosas famílias, as quais, através de alianças¹⁵ entre si, buscavam perpetuar este controle. As oligarquias, portanto, relacionam-se a “um lugar de poder, de autoridade.” (ARANHA, 2006, p. 36) Sendo importante evidenciar que não entendemos o poder como algo emanado apenas do Estado e de suas instituições, mas sim como estando imbricado em todas as ações humanas, nos diversos âmbitos em que elas se desenvolvem, até porque “as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social.” (ROSANVALLON, 1995, p.16) Cabendo-nos, neste momento, enfatizar apenas a dinamicidade das relações de poder estabelecidas entre as elites políticas.

As oligarquias que dominavam cada estado constituíam os chamados poderes regionais, que, sob a chancela de um líder, se articulavam com o poder federal na Política dos Governadores¹⁶, devendo-se dizer que elas se constituíam dentro de um processo dinâmico, em que conflitos internos e dissidências aconteciam e novas oligarquias se formavam.

Com a emergência da República, na Paraíba foram criadas as condições para formações oligárquicas que dominaram a política paraibana durante toda a Primeira República. Tudo começou com a nomeação de Venâncio Neiva como primeiro presidente republicano do Estado da Paraíba¹⁷. Venâncio conseguiu sua nomeação através da influência exercida por seus irmãos militares João José e Tude José Soares Neiva junto ao general Almeida Barreto, além disso, foi escolhido também por ter pertencido ao Partido Conservador durante o Império. Não obstante o seu pouco tempo no governo (1889-1891), já que fora deposto com a queda de Deodoro da Fonseca e ascensão de Floriano Peixoto, Venâncio Neiva conseguiu formar sua oligarquia, a Venancista¹⁸.

Venâncio trabalhou como juiz imperial em comarcas do sertão paraibano, o que justifica o fato de ter assentado seu poder a partir de “conexões políticas com as zonas sertanejas da

¹⁵ Como atesta Lewin (1993), estas alianças, que formavam as extensas parentelas, se concretizavam comumente através da realização de casamentos, consanguíneos ou entre famílias de elite diferentes, e também da chamada “amizade política”.

¹⁶ A Política dos Governadores, instituída pelo presidente Campos Sales a partir de 1900, se constituiu com uma rede de articulações políticas entre o Governo Federal e os governantes estaduais, construída através de um acordo em que prevalecia uma relação de troca de favores que envolvia também os líderes locais. O governo federal fornecia, entre outras coisas, cargos públicos, recursos para obras, para possibilitar a manutenção do controle dos coronéis sobre a sua região, e em troca estes apoiavam o grupo político estadual que era aliado do presidente da República. Ver FAORO (1995), CARONE (1978), dentre outros.

¹⁷ Com a Constituição republicana de 1891, é adotada no Brasil, sob o regime representativo, a República Federativa como forma de governo, sendo constituída pela união indissolúvel de suas antigas províncias, as quais passam a se chamar estados. Na Primeira República, ou República Velha, utilizava-se a denominação de presidente também para o executivo estadual.

¹⁸ É comum na política brasileira que a identificação do líder se estenda ao partido como um todo.

Paraíba e com os militares, embora ele próprio fosse natural de Areia”. (LEWIN, 1993, p. 209) Estas conexões se refletiram nos nomes indicados por ele para ocupar as cadeiras de deputado federal e de senador, uma vez que prevaleceram candidatos oriundos da região sertaneja. Os nomes escolhidos eram predominantemente de membros do antigo Partido Conservador, isto também para a Assembléia Constituinte da Paraíba, sendo estes políticos que vieram a compor o núcleo do Partido Autonomista, fundado por Venâncio e Epitácio Pessoa¹⁹ em 1892, para fazer oposição a Álvaro Machado.

Após a renúncia de Deodoro da Fonseca, assumiu a presidência da República o marechal Floriano Peixoto, que exonerou os presidentes de estado nomeados por Deodoro. Da mesma forma que Venâncio Neiva, Álvaro Machado²⁰ contou com influências familiares junto aos militares para assumir a presidência da Paraíba. Floriano acatou seu nome por indicação de Abdon Felinto Milanez, tio de Álvaro, sendo que o fato deste ter feito carreira militar, teria influenciado também a escolha.

Nomeado presidente da Paraíba, Álvaro Machado funda o Partido Republicano da Paraíba (1892), que se oporia ao Partido Autonomista de Venâncio. Iniciava-se a sedimentação da oligarquia que governaria a Paraíba até 1912, ano em que morre Álvaro Machado e que se inicia o governo de Castro Pinto, considerado como de transição do Alvarismo para o domínio Epitacista.

Durante os vinte anos em que se manteve à frente da oligarquia que comandava a Paraíba, Álvaro Machado teve como aliado, e vice em seus mandatos no governo do estado, o monsenhor Walfredo Leal. Sobre esta aliança, Lewin (1993) esclarece que

Dada a longa aliança entre as famílias Machado e Santos Leal em Areia, não foi de surpreender que, quando Álvaro concorreu à eleição para governador da Paraíba, em março de 1892, seu companheiro de chapa, como candidato a primeiro vice-governador, tenha sido Valfredo Soares dos Santos Leal, descendente de uma importante família de Antigos Liberais da sua cidade natal. (p. 216)

Ao assumir o governo do Estado, Álvaro recrutou políticos do antigo Partido Liberal, principalmente da zona açucareira, parentes próximos seus, oriundos da cidade de Areia, de onde era natural. Privilegiou, assim, a zona do brejo paraibano, apesar de ter também

¹⁹ Epitácio Pessoa foi Secretário Geral de Estado durante o governo de Venâncio Neiva, sendo também eleito deputado federal, posteriormente foi senador, ministro da Justiça e do Supremo Tribunal, procurador da República, embaixador do Brasil no Congresso de Paz de Versalhes, juiz da Suprema Corte Internacional de Haia e presidente da República. Foram esses cargos que sedimentaram seu prestígio político, que culminou no fato de que de 1915 “até 1930, todas as decisões da política paraibana são ditadas por ele, mesmo distante, no Rio de Janeiro ou na Europa...” (GURJÃO, 1994, p. 65)

²⁰ Em 1891, Álvaro Machado trabalhava como instrutor de engenharia na Escola Militar e na Escola Politécnica de Salvador, Bahia.

adquirido o apoio dos líderes sertanejos e do litoral, que mantinham relações econômicas com os comerciantes brejeiros.

A afirmação do grupo político de Álvaro Machado ocorreu já em meio ao declínio da cultura açucareira e à ascensão da algodoeira, daí a importância de incluir em seu grupo os produtores algodoeiros do sertão, uma vez que “a economia paraibana foi progressivamente se reorganizando, paralelamente ao movimento de redefinição de suas oligarquias,(...)”. (GURJÃO, 1994, p. 34)

Foram estes políticos que vieram a compor a Assembléia estadual e a empreender embates políticos com os antigos conservadores que continuaram leais a Venâncio durante toda a década de 1890, proporcionando a permanência da base política do venancismo. Os anos de 1890 foram marcados por perseguições aos partidários de Venâncio Neiva, empreendida pelos alvaristas, tendo estas perseguições alimentado a trama que culminaria no retorno ao poder, elaborada na surdina por Eptácio Pessoa e Venâncio Neiva.

Isto ocorria concomitante ao fato de que “Álvaro não foi bem-sucedido na distribuição das recompensas de cargos públicos de modo a consolidar seu apoio faccional”. (LEWIN, 1993, p. 227) Neste contexto, importantes aliados do Alvarismo viram-se desencantados com o grupo do qual faziam parte, tendo alguns deles chegado a formular pactos privados com Eptácio e Venâncio.²¹

Paulatinamente, a oposição ao Alvarismo foi se fortalecendo, tendo sido beneficiada pela amizade política existente entre o presidente Campos Sales e Eptácio Pessoa – que era seu ministro da justiça –, na medida em que este último intercedeu junto ao presidente “em favor de Venâncio e dos autonomistas para um futuro retorno ao poder na Paraíba.” (LEWIN, 1993, p. 230) Um exemplo disto foi a sugestão feita por Campos Sales, em 1900, para que Álvaro Machado apoiasse o candidato indicado pelos autonomistas para ocupar a presidência da Paraíba, o que não ocorreu, pois acabou prevalecendo o nome de José Peregrino, candidato alvarista.

Foi durante o governo de José Peregrino que começaram a ser feitos os ensaios do drama que Augusto Santa Cruz encenaria nos anos de 1911 e 1912. Segundo o que o próprio Augusto Santa Cruz coloca, em seu manifesto publicado pelo *Estado da Parahyba* de 19 de setembro de 1912, rivalidades políticas desembocaram nos primeiros desentendimentos políticos locais, que se deram em torno de uma disputa pela maioria no Conselho Municipal, quando ele, então promotor da comarca, rompeu em 1904 com outro chefe político, o juiz

²¹ Ver em LEWIN (1993, p. 226-229).

local José Neves, tendo o então presidente da Paraíba, José Peregrino, apoiado a corrente política do Dr. José Neves, o que levou Augusto Santa Cruz a afastar-se do governo do Estado, não da oligarquia alvarista como um todo.

Estes conflitos, no entanto, refletem o fato de que o domínio alvarista sobre a política paraibana começava a viver um novo processo, processo este em que o Alvarismo foi se reformulando em meio a dissidências e à reintegração de antigos venancistas, como será detalhado posteriormente. Apesar das mudanças que iam ocorrendo no sistema oligárquico paraibano, a base da estrutura de poder continuava sendo prioritariamente rural – primeiro, oriunda dos fazendeiros da zona açucareira, depois passando ao predomínio dos coronéis da pecuária e principalmente do algodão –, ocorrendo que durante a República Velha havia poucas diferenças do urbano para o rural, uma vez que as cidades paraibanas, em sua maioria, desenvolviam, principalmente, atividades complementares da zona rural, sendo seus dirigentes, em geral, grandes fazendeiros.

De acordo com Lewin (1993), os oligarcas alvaristas, tendo seu apoio político sedimentado originariamente no brejo paraibano, buscaram beneficiar economicamente esta região, através do incentivo às atividades comerciais que lá se desenvolviam, bem como à produção açucareira. A partir disso, também conseguiram, a princípio, o apoio dos chefes políticos sertanejos e do litoral, que tinham relações econômicas com os comerciantes brejeiros envolvidos no processo de importação e exportação de mercadorias.

Mas o enfraquecimento político dos alvaristas ocorreu concomitante ao enfraquecimento econômico de suas bases, na medida em que a zona sertaneja via sua economia crescer, pautando-se na produção do algodão, e se sobressair à do brejo. Esta potencialidade, aliada às ligações políticas históricas de Epitácio Pessoa com o sertão, viria, segundo Linda Lewin, a ser usada por ele para arregimentar mais apoio político pelo estado, uma vez que passou a utilizar sua crescente influência política na defesa de melhorias na infra-estrutura para exportação e cultivo do algodão, algo que não era feito pelos governantes alvaristas.

A elite política paraibana, possuindo um poder oriundo essencialmente da zona rural, exercia sua influência, principalmente, sobre os trabalhadores rurais, influência essa sedimentada em relações pessoais de dependência que asseguravam a própria subsistência dos trabalhadores. Já a relação de dependência da oligarquia estadual para com o poder federal estava diretamente ligada à sua manutenção como tal, haja vista que seu fortalecimento como poder regional necessitava intrinsecamente dos recursos federais. Era através de recursos destinados à construção de açudes, estradas de ferro, obras de saneamento básico, ensino,

lavoura, etc., que os oligarcas forneciam aos seus aliados, ou seja, aos coronéis de cada município, os subsídios para que conseguissem manter a população mais necessitada a sua mercê, dependente diretamente de benefícios fornecidos mais como um favor pessoal, do que como obrigação que era.

É necessário explicitar que a relação estabelecida entre os coronéis e os trabalhadores se limitava muitas vezes ao campo das promessas ou a fornecer o indispensável à sobrevivência destes últimos, sem qualquer iniciativa de melhoria substancial de suas vidas, permanecendo a maioria da população na miséria, até porque se compreendia que “emancipado economicamente o eleitor, comprometerá o sistema”. (FAORO, 1995, p. 588)

O coronel, que não era necessariamente apenas fazendeiro, podendo ser comerciante, industrial, médico, juiz, recebia da esfera política estadual o poder de deliberar sobre a qualificação dos eleitores, de coordenar a apuração dos votos, de acordo com interesses delimitados *a priori*. Isto se inseria na conformação política da República Velha brasileira, marcada pela garantia aos estados de organizarem seus municípios ao seu bel prazer, algo percebido nas palavras de Faoro (1995), quando ele diz que

O art. 68 da Constituição de 1891 – “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” – será a porta aberta ao comando estadual sobre os municípios, com a nomeação dos prefeitos (superintendentes, intendentes), a designação *interina* deles, bem como outros mecanismos de interferência estadual. (p. 626)

A prerrogativa de organizar e custear as eleições com seus próprios recursos estabelecia entre os coronéis e os eleitores uma relação direta. Sobre isto Victor Nunes Leal (1986) diz que

Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido [de votar]. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. (p.35)

Os autores quando discutem a política brasileira na República Velha, geralmente, apontam uma indiferença do eleitor em relação ao ato de votar. Leal chega a dizer que é “perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente.” (LEAL, 1986, p. 36) Muitos textos literários do período também enfocam essa idéia, seja se referindo a eleitores urbanos ou rurais. Essa possível indiferença faria parte, assim, da cultura política do período, partindo-se aqui do pressuposto de que “A cultura política diz respeito às tendências mais ou menos difusas dos indivíduos para com a coisa pública, tais como a

indiferença, o cinismo, a descrença, ou as sensibilidades mais propositivas como a adesão, a tolerância e a confiança nas forças políticas.” (FLORES, 2003, p. 49)

Realizando uma análise de crônicas de Machado de Assis, Olavo Bilac e Lima Barreto, Magali Gouveia Engel aponta como, de forma geral, o povo brasileiro era desqualificado politicamente. A autora expõe que estas crônicas construíram representações para o povo, marcadas por divergências e contradições. Neste sentido, as representações transitavam de um povo que, sendo em sua maioria analfabeto, era ignorante, daí não sabia votar, mas que, se o governo fornecesse a instrução necessária, isso poderia mudar, até a descrença total na possibilidade de reversão da situação de exploração a que estava submetido. Ora o termo *povo* se referia só aos pobres, ora a toda a população brasileira, era um termo, portanto, vago e ambíguo.

Em alguns textos, os escritores chegavam a atentar para o poder de barganha dos eleitores durante as eleições, mas a autora questiona até que ponto, ações como essas eram consideradas como práticas políticas. Diante disso, ela coloca que “é possível observar que os discursos dos referidos cronistas apresentam tensões entre imagens que ora desqualificam o povo como ignorante, enganado, ingênuo, irracional, rústico, passivo, ora o qualificam como esperto, ciente das regras do jogo político corrupto.” (ENGEL, 2007, p. 304)

Já com respeito às relações entre os coronéis locais e o governo estadual, o fato de que o coronel tirava do seu próprio patrimônio os recursos para arcar com as despesas eleitorais, lhe possibilitava receber em troca o direito de indicar os nomes para ocupar os cargos públicos tanto da esfera municipal como da estadual, existentes no seu município. Segundo Edgard Carone (1978),

O termômetro da sua afirmação regional está na manifestação popular pelo *voto*. É através deste que ele mantém seu prestígio e pressiona para obter favores necessários para continuar a dominar internamente. No regime representativo, a sua força é o número de votos que pode fornecer ao candidato: daí a relação existente entre votar no candidato a um cargo executivo – governador ou deputado – e os favores recebidos: empregos públicos, verbas para obras, controle sobre a polícia local, etc. Maior quantidade de votos significa mais poder, mais favores e maiores imposições. (p. 254-255)

Assim, o que se percebe é que prevalecia um “sistema de reciprocidade” entre o poder local e o estadual. Mas algumas vezes, as disputas entre os coronéis de um município, por esses favores e pelo poder local eram protagonizadas sem a participação direta do governo do Estado, como podemos exemplificar com o relato de Augusto Santa Cruz sobre uma disputa eleitoral na qual saiu vencedor, mesmo estando “incompatibilizado” com o presidente Peregrino, como ele próprio coloca

depois de agitadíssima crise política, conseguimos desbancar o Dr. José Neves da direção local e organizamos um diretório composto por meu tio e sogro, Major Saturnino Bezerra dos Santos, Dr.

Pergentino Maia, juiz municipal, e Pedro Bezerra, tendo eu recusado a apresentação de meu nome por me julgar pessoalmente incompatibilizado com o Desembargador Peregrino. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 10 set., 1912, p. 2)

Sendo essa chapa vitoriosa, foram nomeados como prefeito Pedro Bezerra e como vice-prefeito Francisco Cândido de Mello Falcão. Pedro Bezerra da Silveira Leal até então fazia parte da pequena oposição local, ou seja, era um antigo venancista, que se inseria em um grupo ainda ligado ao Alvarismo. Desta forma, os primeiros conflitos políticos, em que Augusto Santa Cruz se inseriu, ocorreram no período em que a oligarquia alvarista, para se manter forte, recorria à coligação com os antigos rivais, com os partidários de Epitácio Pessoa, cada vez mais prestigiado em nível nacional.

A última administração realizada sob a hegemonia alvarista foi a de João Machado (1908-1912). A respeito de sua atuação na presidência do Estado, o historiador José Octávio de Arruda Mello (2002) diz que ele foi

autor de uma das melhores administrações da República Velha. (...) [Foi João Machado que] organizou serviços básicos como Diretoria de Saúde na capital e centro agrícola e campo de Demonstrações de Sementes em Mamanguape e Espírito Santo. A velha estrada Areia-Alagoa Grande foi implantada em seu governo, que assegurou à capital água, luz e bondes elétricos. (p. 149-150)

No entanto, podemos dizer que o governo de João Machado ficou marcado também por conflitos armados oriundos do interior do próprio sistema oligárquico. O nosso recorte temporal é permeado por disputas entre os coronéis locais pelo controle do poder municipal, mas essas disputas iam bem além disso, visto que vários foram os entreveros entre coronéis e a própria elite governista do estado.

Estes coronéis se rebelavam contra os governantes estaduais por estarem sendo, geralmente, desprestigiados, ou seja, por estarem sendo, muitas vezes, preteridos na investidura de líderes locais e assim de representantes, nos municípios, dos interesses dos oligarcas estaduais, da própria Política dos Governadores. Ocorria de muitos coronéis serem retirados do controle do município e em seu lugar o presidente do Estado colocar exatamente seu maior desafeto local, isso e vários outros fatores, como o próprio sentimento de traição, impulsionava os coronéis a arrematar grande número de homens e a ir ao confronto direto com a presidência do Estado, seja através da decretação de território livre, como foi o caso da Revolta de Princesa em 1930 e o da República de Estrela²², seja mesmo através da invasão de

²² Durante o governo de José Peregrino (1900-1904), “o coronel do distrito de Boaventura, no município de Misericórdia (Itaporanga), proclamou a ‘independência’ da área. O coronel Zuza Lacerda organizou até ministério do qual constava ministro da marinha. O movimento permaneceu no domínio das intenções e do folclore...” (MELLO, 2002, p. 157).

várias cidades, com o objetivo de depor o presidente estadual e provocar uma intervenção federal.

Estes confrontos passaram a se intensificar principalmente a partir da última década do domínio alvarista na Paraíba (1902-1912). Os anos de 1900 vivenciaram o progressivo desmantelamento da oligarquia alvarista, ao passo que se tornou cada vez mais evidente a influência que Epiácio Pessoa tinha nos redutos políticos federais. Após os entreveros entre autonomistas e alvaristas durante o início do governo de José Peregrino, Álvaro Machado teve que ir paulatinamente cedendo espaço para os partidários de Epiácio, pois de outra forma correria o risco de perder o domínio político do Estado, optando assim pela aliança. A reintegração dos venancistas/epitacistas²³ no poder iniciou-se por meio de indicações para ocupar os cargos locais de prefeito, como aconteceu com Pedro Bezerra, vice-prefeitos, delegados, juizes. Ocorreu que ao serem

nomeados por Álvaro e Valfredo, eles receberam conseqüentemente o reconhecimento da oligarquia dominante como chefes locais do PRP. Mais tarde, em 1908, graças a um pacto formal entre Álvaro e Epiácio, ganharam a metade das cadeiras na Assembléia. Forçada a ceder sua posição dominante em todos os níveis de governo, a ala Antigo-Liberal da oligarquia Machado-Leal das regiões sertanejas recorreu à violência, em termos locais, para bloquear os crescentes ganhos políticos de seus adversários. Estes últimos, estimulados pela recuperação que conseguiam, no plano local, em todo o estado, desafiaram abertamente os seus rivais alvaristas ou valfredistas nos conflitos armados, acreditando que sua posição política ascensional poderia contribuir para a sua defesa. (LEWIN, 1993, p. 241)

São estes conflitos, ao lado do trânsito de cangaceiros pelo Estado, que levam Linda Lewin a caracterizar este período como os anos de anarquia da oligarquia alvarista. O termo anarquia que a autora usa refere-se às dissidências no interior da oligarquia, em contraposição à “Ordem” de Epiácio Pessoa²⁴. Muitos dos políticos que vinham apoiando Álvaro Machado desde 1892, viram-se obrigados a compartilhar a liderança em seus municípios com seus antigos opositores, chegando a ocorrer casos em que líderes alvaristas foram substituídos, nas prefeituras, por antigos adversários. Isto acabaria provocando o desmoronamento da base de apoio alvarista, tendo estas substituições ocorrido principalmente no sertão do Estado, região que tinha, historicamente, seus indicados, aos principais cargos políticos, preteridos pela base familiar brejeira de Álvaro.

Com o tempo e as contínuas dissidências de antigos correligionários, a oligarquia alvarista passaria a depender prioritariamente dos antigos autonomistas para manter maioria

²³ O Partido Autonomista foi dissolvido formalmente por Venâncio Neiva em 1900.

²⁴ A “ordem” de Epiácio se refere ao período que começou com sua eleição para senador em fins de 1912, a partir da qual se iniciou, sob o seu controle, “uma década de coesão faccional esplendidamente coordenada que permaneceu incontestada até 1924.” (LEWIN, 1993, p. 271)

na Assembléia, bem como para conseguir eleger seu candidato ao governo do Estado, como ocorreu na eleição de 1908, quando a vitória de João Machado²⁵

só foi possível porque Álvaro e Epitácio haviam chegado a um acordo escrito definindo em termos iguais a participação deste último como parceiro faccional. Nesse acordo, Epitácio extraiu um compromisso para uma futura representação faccional no Senado, bem como na Câmara dos Deputados e na Assembléia estadual. (LEWIN, 1993, p. 251)

Vários arranjos políticos e arrumações legais, ou não, eram feitas para se conseguir eleger determinado candidato, ou para que os mesmos personagens se revezassem nos cargos políticos, mantendo-se assim uma redoma circunscrita a poucos. Como demonstração disso, é bastante elucidativa a fala de Celso Mariz (1980) quando ele atesta que

Simeão [Leal], eleito 1º vice-presidente do estado, renunciou esse mandato por uma cadeira na Câmara. Esta cadeira foi a de Valfredo [Leal] que passou à vaga de Álvaro [Machado] no senado, enquanto Álvaro, aliás forçando a Constituição o elegia vice-presidente (1905), passava-lhe o governo e ao Senado voltava (1906). Esses jogos eles resolviam entre si; depois, então, o eleitorado, ou o bico de pena em dia certo pela lei, ratificava-lhes a vontade. (p. 192)

Foi durante o governo de João Machado que emergiram do município de Alagoa do Monteiro conflitos políticos que se desdobraram em enfrentamentos armados pelo estado, os quais ultrapassaram os limites da esfera política da Paraíba. Estes conflitos oriundos de Monteiro, que marcaram o referido governo, inserem-se nesta conjuntura de dissidências pela qual a oligarquia alvarista estava passando, tendo como líder justamente o bacharel Augusto Santa Cruz Oliveira.

Alguns dos fatos que passaremos a descrever e que já descrevemos, como o caso dos primeiros desentendimentos durante o governo de Peregrino, foram narrados por Augusto Santa Cruz – em manifesto que publicou no jornal *Estado da Parahyba*, após ser inocentado, em júri, pelas suas ações –, outros são relatados por Epaminondas de Azevedo, tabelião local envolvido no conflito, também através de manifesto, publicado pelo jornal *O Norte*.

Epaminondas de Azevedo esclarece que como Pedro Bezerra era um homem de pouca instrução²⁶, prestou-lhe assistência, principalmente quanto às questões burocráticas da administração municipal. É o próprio Epaminondas que salienta

Fui um dos auxiliares políticos do Sr. Coronel Pedro Bezerra, em Alagoa do Monteiro, e seu secretário particular. Por esse tempo, Monteiro vivia calma e pacificamente, o nosso partido quase unânime. Alguns poucos adversários que tínhamos conceberam o plano de nos desunir, intrigando-nos. Começaram a propagar que o Coronel Pedro Bezerra era um chefe *in nomine*, sendo eu o chefe de fato e que o mesmo coronel era um instrumento cego que eu manejava como bem entendia e queria. (...) Perante Dr. Augusto Santa Cruz também procuravam empregar os mesmos meios indecorosos, não logrando seus intentos em Monteiro, volveram esses adversários suas

²⁵ João Machado era irmão mais novo de Álvaro.

²⁶ Era também conhecido por Pedro Monteiro, nome de seu pai, escravo liberto. Após juntar dinheiro como almocreve, conseguiu comprar algumas propriedades, tornando-se produtor de algodão e pecuarista. Ver NUNES (1997).

vistas a esta capital, onde puderam nos causar grandes danos. (AZEVEDO apud O NORTE. 9 maio, 1911, p. 1)

No entanto, apesar das intrigas prosseguirem pelo correr de 1909, o rompimento, de fato, só veio a acontecer em 1910, em virtude da situação ter se agravado pela ocorrência de um incidente armado, quando o capitão de polícia de Pernambuco, Zacarias Neves – irmão de José Neves que brigara com Augusto Santa Cruz em 1904 – invadiu Alagoa do Monteiro, no dia cinco de março, dizendo perseguir cangaceiros do bando de Antônio Silvino. Aqui fica a dúvida se esse seria o real objetivo ou se na verdade o que o capitão queria era tirar a desforra de Augusto Santa Cruz por acontecimentos anteriores. Mas, na medida em que Zacarias praticou arbitrariedades contra correligionários de Augusto Santa Cruz, que acusava de darem proteção aos cangaceiros, este reagiu igualmente à bala, tendo morrido neste episódio algumas pessoas que nada tinham a ver com os acontecimentos.

O governo da Paraíba não manifestou nenhuma atitude a respeito deste fato, o que aborreceu Augusto Santa Cruz ainda mais. Como durante esse conflito ele não recebeu qualquer apoio do prefeito Pedro Bezerra, acabou rompendo definitivamente com ele. Foi nessa mesma época que Augusto Santa Cruz rompeu também com o fazendeiro e ex-subdelegado de polícia em São Thomé (atual Sumé), José de Gouveia, homem conhecido pela fama de praticar homicídios.

Com relação a isto Augusto Santa Cruz afirma

Tanto bastou para que Pedro Bezerra, que espreitava o momento de trair-me, forgicasse contra mim perante o governo toda sorte de intriga e calúnia em Alagoa do Monteiro, desse a José de Gouveia, homem terrível e assassino, todo apoio e força para meu extermínio.

Na iminência da morte, sem garantia do governo, vi-me na dura contingência de lançar mão das armas para defender-me dos ataques de José de Gouveia, dando-se então diversos conflitos entre gente minha e dele, dos quais resultaram mortos e ferimentos de parte a parte. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 10 set., 1912, p. 2)

Em outro documento publicado na imprensa, Augusto Santa Cruz evidencia mais um fato crucial para o desenrolar dos acontecimentos. No dia cinco de janeiro de 1911, dia em que se elegeria o Conselho Municipal, mesmo não contando com qualquer apoio do governo do Estado, Augusto Santa Cruz conseguiu, para a surpresa de seus adversários, eleger, entre os seus aliados, a maioria do Conselho, inclusive o presidente e o vice. Para tentar reverter a situação, os adversários de Augusto Santa Cruz denunciaram ao presidente João Machado

que as eleições haviam sido realizadas sob coação de cangaceiros armados por Santa Cruz. Interessado em apurar tão graves acusações, o Governador enviou para Alagoa do Monteiro o Coronel Ignácio Evaristo Monteiro, que teve dificuldades em apurar os fatos pois os conselheiros eleitos declararam publicamente que nenhuma coação haviam recebido, e que o pleito se realizara livremente. (NUNES, 1997, p. 114-115)

Em decorrência da acusação de ser responsável por vários conflitos em São Thomé, inclusive de assassinatos, e de emboscada a José de Gouveia no dia 26 de outubro de 1910, Augusto Santa Cruz foi pronunciado, juntamente com alguns de seus “cabras” e com seu primo Hugo Santa Cruz, sendo que, após a vitória na eleição do Conselho Municipal, seus adversários se preocuparam em apressar os trâmites judiciais para julgá-lo e condená-lo, até porque se tinha o apoio incondicional de João Machado.

A respeito disto Santa Cruz informa

No prazo de um ano, dei dez viagens à capital de meu Estado, pedindo ao Sr. Dr. João Machado que intercedesse pela paz e tranqüilidade daquela Comarca, contendo, ao menos, os desmandos e a prepotência de Pedro Bezerra, que já era meu inimigo, ao lado do Dr. Luna Pedrosa, Juiz de Direito.

Logo que notei má vontade do governo contra mim, solicitei demissão do cargo de Promotor Público, ... (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAIBYBA, 10 set., 1912, p. 2)

Augusto, Hugo Santa Cruz, e alguns “cabras”, após dias escondidos em fazendas da família, acabaram presos e levados para a capital do Estado, sendo soltos dias depois através de *habeas corpus* conseguido graças à influência dos amigos José e Francisco Pessoa de Queiroz²⁷. Uma vez solto, Augusto Santa Cruz recolheu-se à fazenda Areial, enquanto as perseguições se agravavam, pois passou a ser processado por outros crimes acontecidos no município.

A fim de se defender de todas as acusações, Augusto Santa Cruz retornou à capital do Estado para falar com o então senador Walfredo Leal que lá se encontrava. Tentou-se a costura de um acordo entre Augusto Santa Cruz e Pedro Bezerra, que acabou não se consolidando de fato. Considerando que o presidente João Machado já havia firmado seu apoio a Pedro Bezerra, a derrota deste na eleição do Conselho Municipal significou uma derrota do próprio governo do Estado, entendendo-se que a eleição era “o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional, a obscura, caótica e submersa soberania popular. A vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer, a qualquer preço”. (FAORO, 1995, p. 629) A oligarquia alvarista afastou-se definitivamente de Augusto Santa Cruz.

Esta situação, que teve sua culminância com o total apoio do governo do Estado ao seu rival local, Pedro Bezerra, levou progressivamente Santa Cruz a decidir-se por um enfrentamento armado com as autoridades monteirenses, pois como coloca Carone (1978) “As relações de liderança e de predomínio particular – regional ou estadual – levam os

²⁷ Os irmãos Pessoa de Queiroz eram sobrinhos de Epitácio Pessoa, moravam em Pernambuco, mas mantinham relações comerciais e de amizade no cariri e sertão paraibano.

coronéis, muitas vezes, a lutar entre si: combates, cercos às forças inimigas e guerra declarada são normais na afirmação da política coronelística.” (p. 258)

A gota d'água para o enfrentamento foi a prisão de um morador de Augusto Santa Cruz, chamado José Firmino da Silva, mais conhecido como Peba. Anteriormente, Peba teria pedido ao patrão para defendê-lo por um crime de que era acusado na comarca de Monteiro, ao que Augusto Santa Cruz teria respondido: “como é que posso te livrar, se eu próprio estou sendo processado na Comarca?”, sendo que esse pedido era justificável por Augusto Santa Cruz ser famoso por libertar presos acusados de crimes de grande repercussão. Mas querendo ajudar Peba ele

mandou um emissário a Alagoa do Monteiro entender-se com o novo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Eduardo Pereira Gomes, para transmitir-lhe o desejo de submeter-se a julgamento na próxima sessão de júri que houvesse. Em seguida, caso fosse inocentado, aproveitaria a mesma oportunidade para fazer a defesa de Peba, seu constituinte e protegido. (NUNES, 1997, p. 123)

O juiz teria feito apenas a exigência de que Peba se apresentasse antes de ser julgado. Santa Cruz, após ter tido a palavra do juiz da cidade que não prenderia Peba, o convenceu a se apresentar à delegacia, não esperando, no entanto, que este ficasse preso, como ocorreu. Pedro Nunes em *Guerreiro Togado* publica o depoimento concedido por Pedro Paulo da Silva – então com 106 anos –, que teria acompanhado Peba até o juiz, presenciado sua prisão e dado a notícia a Augusto Santa Cruz:

Nasci em 1890. Meu pai era morador dos Santa Cruz. Me criei nas terras deles. (...) Na época, tinha 21 anos de idade e fui trabalhar com o doutor [Augusto Santa Cruz] que estava juntando gente para brigar com os grandões de Alagoa do Monteiro. Um dia, ele mandou que eu acompanhasse Peba, um criminoso que vivia em sua fazenda, para se apresentar ao juiz. Lá fui eu e ele, a cavalo. Na vila, Peba dirigiu-se ao doutor [o juiz municipal] e disse quem era. (...) Quando dei conta, lá ia Peba sendo levado preso; me escapuli, saltei em riba do cavalo e corri para o Areal. De longe, o doutor [Santa Cruz] me avistou puxando o animal em que Peba tinha ido. Entendeu logo o que tinha sucedido. Mal parei o animal, ele foi logo perguntando:
- Pedro, cadê Peba?
- Ficou preso, doutor! Os homens agarraram ele e ainda disseram que se o senhor fosse soltá-lo ficaria preso também que lugar de criminoso é na cadeia. (SILVA apud NUNES, 1997, p. 124-125)

A partir dessa prisão, Santa Cruz percebeu que o novo juiz já se aliara com seus adversários, passando a ser constantemente provocado pelas autoridades locais, como percebemos na citação acima, uma vez que diziam que se ele fosse soltar o cabra, ficaria também preso, ameaças que visavam deixá-lo fora da política do município.

O julgamento de Santa Cruz estava marcado para seis de maio de 1911. No entanto, segundo Pedro Nunes, ainda baseando-se no depoimento de Pedro Paulo da Silva, havia um plano que consistia na viagem do promotor José de Inojosa Varejão justamente no dia do julgamento para que este fosse adiado e Augusto Santa Cruz ficasse preso. Com esse plano,

buscava-se “deixar o doutor mofando na prisão por muito tempo, o que seria uma forma de desgastá-lo definitivamente perante o eleitorado, porque prisão no interior é sinônimo de fraqueza e desmoralização”. (NUNES, 1997, p. 125)

Ainda de acordo com Pedro Nunes, teriam sido justamente a traição de que fora vítima e todas as injúrias que sofria ou dizia sofrer que contribuiriam para que Santa Cruz se decidisse por um enfrentamento armado com seus adversários, até porque “Num contexto de violência, consubstancial à vida rural, ela só se exerce contra o inimigo, nos atentados ao prestígio, em defesa da honra – ficar desmoralizado num conflito equivale à morte”. (FAORO, 1995, p. 634) O próprio pretexto final para a eclosão do conflito, ou seja, a prisão de Peba, revela como as ações de Augusto Santa Cruz seriam marcadas por ensejos pessoais, os quais foram devidamente envolvidos por aspectos simbólicos que estão presentes em todas as conflagrações políticas.

Os ensejos pessoais referem-se ao fato de que Augusto Santa Cruz significou a revolta como uma resposta necessária às perseguições e traições das quais se dizia vítima. Alegando que não só ele, como toda sua família e amigos, vinham sendo perseguidos e desmoralizados, Augusto Santa Cruz apelou para aspectos simbólicos – como o valor da família, as relações de amizade e os direitos de cidadãos oprimidos –, para justificar suas ações, como discutimos a seguir.

1.3 Manifestos e Representações em favor “da liberdade e da democracia”.

O fato de Pedro Bezerra, antes de se unir politicamente a Augusto Santa Cruz, fazer parte da pequena oposição monteirense ao Alvarismo, revela que suas vinculações políticas originais eram com o Venancismo²⁸. Vale salientar que quando Pedro Bezerra se tornou aliado de Augusto Santa Cruz, ele tornou-se aliado também do grupo alvarista, pois os desentendimentos que este último vinha tendo, desde 1904, eram apenas com alguns membros do grupo. Percebemos, pelas várias tentativas de realização de acordos que Augusto Santa Cruz fez – seja diretamente com João Machado, seja com a intervenção de Walfredo Leal –, que ele não tinha pretensões de romper definitivamente com a oligarquia alvarista²⁹.

O objetivo de Santa Cruz era que Pedro Bezerra, que julgava um traidor, não fosse mais oficialmente reconhecido como representante do Partido Republicano no município e que ele

²⁸ Algo corroborado por Celso Mariz em *Apanhados Históricos da Paraíba* (1980).

²⁹ Ver SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAÍBA (10 set., 1912, p. 2).

fosse reconduzido a tal posto. Assim, inicialmente, Augusto Santa Cruz investe seus esforços apenas na busca pela retomada do seu prestígio político junto aos líderes. Acreditamos que a preferência dos alvaristas por Pedro Bezerra já se inseria no contexto de infiltração dos antigos venancistas/autonomistas na oligarquia governante, fazendo parte, portanto, do processo de cessão de poder para os aliados de Epitácio Pessoa. Ao mesmo tempo, era uma estratégia utilizada pelos alvaristas, dentro do jogo político, para permanecer no controle dos ditames do partido.

Em todos os escritos que Augusto Santa Cruz publicou na imprensa, buscando justificar suas ações, ele reitera que tudo partiu da perseguição que ele, sua família e seus correligionários vinham sofrendo em Alagoa do Monteiro, ou seja, o seu ponto de vista com relação à revolta é de que esta traduzia o direito de defesa de cidadãos oprimidos. Mas que ações foram essas? Como se deu o conflito armado com as forças do governo?

Antes de tudo é necessário dizer que, na nossa compreensão, o movimento de Augusto Santa Cruz consistiu em dois momentos distintos. O primeiro, em 1911, no qual ele ainda cogitava a possibilidade de um apaziguamento com o governo do Estado. Este primeiro momento se subdivide, pois, inicialmente, Augusto Santa Cruz tentou, pela demonstração de força e da humilhação principalmente a Pedro Bezerra, se reconciliar com o governo; e depois pensou em vender suas propriedades para o Estado e deixar a região³⁰.

O segundo momento, em 1912, se dá quando, já sem nenhuma esperança de apaziguamento, Augusto Santa Cruz assume ligações explícitas com o grupo político de oposição na Paraíba, representado pelo Partido Democrata³¹, partindo para o enfrentamento armado com chefes locais do Partido Republicano de importantes cidades paraibanas, dizendo defender a campanha em prol do candidato opositor ao governo do Estado, Coronel Francisco do Rego Barros. Como estes dois momentos, através dos discursos da imprensa, serão objetos de análise detalhada dos próximos capítulos, cabe aqui fazermos apenas um breve relato de como se desenrolaram os fatos, para podermos compreender a visão de Augusto Santa Cruz sobre eles.

O desenvolvimento do conflito em 1911 consistiu na invasão que Augusto Santa Cruz e seus homens de confiança realizaram na sede do município de Alagoa do Monteiro. Dirigiram-se primeiro à Cadeia Pública, lá chegando soltaram Peba e os demais presos, além

³⁰ No final de 1911, Santa Cruz tentou vender suas propriedades, no cariri paraibano, para o Estado sob a intermediação de Pe. Cícero, mas o negócio não se concretizou.

³¹ Vale lembrar que, nesta época, a antiga oposição, ou seja, os partidários de Epitácio Pessoa, já faziam parte da oligarquia governista. Com relação ao Partido Democrata, discutiremos no segundo capítulo seu surgimento e sua composição.

de destruírem o prédio e de alguns soldados terem sido mortos. Depois, foram em busca das autoridades da cidade: Pedro Bezerra, o juiz, o promotor, e alguns “coronéis” importantes. Encontrando-os, foram mantidos aprisionados por cerca de trinta dias, num total de cinco reféns. Em vias de um confronto com as forças policiais, deixaram o município com destino ao Juazeiro, sendo os reféns libertados durante o trajeto. Com a chegada da polícia à fazenda de Augusto, como este já havia deixado-a, realizou-se uma completa destruição de suas instalações.

Em inícios de 1912, Augusto Santa Cruz e seus homens retornam à Paraíba, sendo a partir daí que ele se diz partidário da campanha Rego Barros à presidência do Estado. Alegando que o governo estadual vinha cometendo fraudes para conseguir eleger seu candidato, Augusto Santa Cruz, aliando-se a Franklin Dantas, ex-chefe político de Teixeira, parte para a invasão a algumas cidades do interior paraibano, na tentativa de pressionar os líderes locais a apoiarem a candidatura de Rego Barros. No entanto, apesar de obter sucesso inicialmente nos enfrentamentos armados com os alvaristas, o grupo de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas acabou derrotado.

São estes fatos resumidamente que constituem o drama que, partindo de Alagoa do Monteiro, se instaurou na política do Estado da Paraíba entre 1911 e 1912, e que teve seus contornos desenhados por seus principais atores através da publicação de manifestos pela imprensa, dos quais já falamos, mas que agora serão analisados pela linguagem dramática que os caracteriza. Linguagem esta que nos remete ao fenômeno da teatralização política, tal qual discutida por Georges Balandier e José Murilo de Carvalho. Um dos manifestos, dos quais já fizemos uso, foi o do tabelião Epaminondas de Azevedo, publicado pelo jornal *O Norte* no dia 09 de maio de 1911, três dias depois de Augusto Santa Cruz ter invadido Alagoa do Monteiro.

Neste manifesto, como já evidenciado, Epaminondas relatou os desentendimentos políticos locais que desembocaram no conflito armado, mas, além disso, ele nos conduz a um trajeto no qual passaremos a caminhar a partir de agora, que é percorrer os domínios de discursos políticos imersos na dramatização. A respeito das intrigas políticas em que o tabelião se dizia envolvido, este afirmava que após o rompimento entre Santa Cruz e Pedro Bezerra

Seguiu-se uma série de profundos desgastes e injustos sofrimentos dos quais tenho fugido como o habitante das fraldas do vulcão foge diante da torrente de lava incandescente que lhe invadiu a casa; mas esses sofrimentos e desgostos me têm procurado com uma insistência cruel, servindo eu até hoje de repasto à mentira e à calúnia. (AZEVEDO apud O NORTE, 9 maio, 1911, p. 1)

Epaminondas, se colocando como vítima de uma leva de injustiças e recorrendo ao uso da metáfora, inseria sua perseguição em um drama, drama este construído cuidadosamente

através de um jogo de palavras, que já de início visa impactar e sensibilizar aqueles que o lêem. Esta fala de Epaminondas pode ser corroborada com outros três manifestos, dois de Augusto Santa Cruz e um de seu irmão Miguel, todos publicados pelo jornal *Estado da Parahyba*.

No entanto, são os manifestos dos irmãos que primorosamente encarnam a dramatização política, sendo marcados por uma linguagem rebuscada e altamente metafórica. O primeiro, escrito por Augusto, constitui mais uma tentativa de acordo com o governo do Estado. É um texto no qual elenca argumentos para justificar as ações que acabava de cometer, ou seja, a invasão a Monteiro e a prisão de suas principais autoridades e poderia ser paradoxalmente intitulado “O drama pela liberdade”. O manifesto é encaminhado ao presidente João Machado, mas logo no início Augusto Santa Cruz deixa claro contra quem age, contra o “prefeito e chefe”, como ele mesmo chama Pedro Bezerra.

Trata-se de um drama pela liberdade, porque Augusto Santa Cruz inicia o texto contrapondo o “jugo tirano da politicagem estúpida e intolerável” de Pedro Bezerra à necessidade de defender seus direitos, sua liberdade, sendo a partir disso que ele comparou a situação vigente em Alagoa do Monteiro à escravidão. Assim, Augusto Santa Cruz utilizou a metáfora da escravidão para caracterizar a situação pela qual ele e seus correligionários vinham passando, na qual a propriedade e a liberdade estariam sendo sacrificadas, sendo esta situação que o impulsionou a agir, como ele mesmo coloca

Resolvemos quebrar o duro grilhão que nos prende ao duro poste da maldita escravidão, a que estamos jungidos, levantando o grito de liberdade ou morte.

A falta de garantias em que permanecemos, o terror que nos domina, pelo assassinato, o espancamento, o mau trato e o castigo infligidos ao povo, pela espingarda, o sabre e o cipó de boi deram causa ao grande clamor que nos chamou às armas para defendermos nossos direitos, vidas, propriedades e liberdades assaltados pela prepotência e pelo crime. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

Desta forma, percebemos que Augusto Santa Cruz vai envolvendo suas ações em um manto alinhavado por um discurso político dramático, no qual os papéis e os atores principais estão claramente explicitados. Sob o tema da liberdade, a encenação teatral conta com os seguintes protagonistas: *Pedro Bezerra*, chefe dos “opressores”, caracterizado como “o verdugo prefeito e chefe que, impondo-se pelo terror, julga-se um soberano, sem deveres a cumprir para com o povo, ao qual afigura-se e trata, como um carrasco senhor ao sabor de sua supina ignorância e fria perversidade!!!” (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

Augusto Santa Cruz, chefe dos “oprimidos”, os quais têm como única aspiração

sermos livres e firmamos o grande princípio da soberania popular, pelo exercício do direito de livremente elegermos o nosso chefe, conservá-lo enquanto bem servir, repudiar e apejá-lo do poder

quando não mais corresponder à confiança pública, à estima e à vontade geral de seus administrados. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

E por último, o *Exmo. Sr. Dr. João Machado*, árbitro do conflito, “homem educado, terno e amante da paz”, ao qual coube “a difícil e honrosa missão de resolver o grave problema de ordem pública, agora submetido a sua sábia decisão, sem consultar nem ouvir caprichos pessoais ou ódios partidários, ... (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1) Percebe-se como o discurso de Augusto a respeito de João Machado, até então, não era carregado de contestação política, mas ainda de uma submissão com segundas intenções, como veremos posteriormente.

No roteiro dramático delineado por Augusto Santa Cruz, Pedro Bezerra é a encarnação do senhor despótico que persegue, humilha e maltrata física e moralmente seus subalternos. Resumindo suas palavras, ele é um ser ignorante, que deve ser banido do poder, por ser indigno do cargo, por já não possibilitar a confiança pública em si.

Já Augusto Santa Cruz se reveste com a capa de guardião dos princípios democráticos, recorrendo a eles para embasar seus discursos, questionando a sua condição de suprimido do processo político, tal como os escravos eram, e a perpetuação do poder de Pedro Bezerra. Invocando artigos das constituições federal e estadual, que tratam da liberdade do cidadão, ele dá o ultimato a João Machado

Se for satisfeita a nossa proteção legal e única aspiração, renderemos as nossas armas seremos obedientes ao governo, ao qual prestaremos os nossos serviços com a máxima dedicação e lealdade.

.....
 Exmo. Sr., queremos a restauração de nossa liberdade, anistia e perdão geral para todos os atos praticados desde o início desta malfadada questão, comprometendo-nos, sob palavra de honra, de restituir à liberdade todos os prisioneiros reféns, esquecer todos os ódios e desistir das vinganças reclamadas, pelas graves ofensas recebidas, se formos felizes, e bem assim, jurando em nome da revolução ante o altar sagrado de nossa liberdade, derramar a última gota de sangue com as armas na mão, se nos forem negados o direito e a justiça que reclamamos em nome da ordem, da lei e da razão. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1 - grifos nossos)

Através deste manifesto, percebemos claramente que o seqüestro das autoridades monteirenses que Augusto Santa Cruz realizou em 1911, configura-se como uma ação derradeira na busca por demonstrar, aos dirigentes da política paraibana, que ainda detinha de força e prestígio local, o que lhe credenciaria a ser reconduzido ao posto de representante e chefe do Alvarismo em Alagoa do Monteiro. Além disso, conceitua suas ações como uma **revolução**, sendo que, a partir de seus escritos, acreditamos que o sentido desta palavra para ele referia-se tão somente à retirada de Pedro Bezerra da chefia política do município, ao contrário do que se percebe no discurso do jornal *Estado da Parahyba*³².

³² A ser discutido no segundo capítulo.

Na medida em que João Machado atendesse às exigências de Augusto Santa Cruz, ocorreria, portanto, a sua reconciliação com os oligarcas estaduais, não havendo, portanto, o desejo incontestado de rompimento. No entanto, o “árbitro” do conflito não atuou atendendo ao roteiro de ameaças escrito por Augusto Santa Cruz. Manteve-se firme no apoio a Pedro Bezerra, para o qual enviou a força policial em auxílio, como será posteriormente.

Mas, o mais interessante é o paradoxo em que consiste este manifesto, pois construindo um drama em defesa de seu direito à liberdade, que dizia vir sendo sobrepujado, Augusto Santa Cruz fez intimidações ao governo do Estado por meio de ameaças aos seus reféns, ou seja, àqueles que estão, mesmo que momentaneamente, desprovidos da tão propalada liberdade. Além disso, Augusto Santa Cruz prometeu obediência a um governo que ele próprio ameaçava, na medida em que ameaçava as autoridades monteirenses legitimadas pelo governo paraibano.

Diante disso, percebemos que a submissão que Augusto Santa Cruz demonstrou, os elogios que teceu a João Machado, não passavam de encenação, de falácia para conseguir ver seus objetivos atendidos. Ao se fazer de “bonzinho”, de submisso, Augusto Santa Cruz buscava ser visto como uma liderança local a quem os alvaristas podiam reconhecer como representante de seu partido.

Em meio a esses contra-sensos, toda a série de violência, que se desenrolou por mais de um ano no Cariri paraibano, foi representada por Augusto Santa Cruz como sendo a resposta necessária aos desmandos que vinham sendo cometidos pelos partidários do governo do Estado. Mas invadir Alagoa do Monteiro rodeado por um grupo armado e prender as autoridades da cidade era também uma forma de mostrar que, mesmo despojado de qualquer apoio político institucional ou partidário, Augusto Santa Cruz ainda possuía força e aliados dispostos a ajudá-lo.

Buscar as autoridades judiciais e as aprisionar foi uma forma de desforra com seus desafetos, que além de traírem, vinham sistematicamente ameaçando de prisão, o antigo juiz e promotor da comarca. Os conflitos ocorridos em 1912, refletindo o fato de que nenhum acordo com o governo do Estado seria possível, compreenderam a tentativa final de Augusto Santa Cruz para retomar um lugar de prestígio na conjuntura política estadual, mais uma tentativa frustrada. Os objetivos políticos pessoais de Augusto Santa Cruz ficam subentendidos, pois a versão dramática que construiu para os fatos inseriu todo o conflito em uma luta pela defesa dos princípios democráticos, como ele reiterou no manifesto que publicou após o fim do conflito. Neste texto, sobre as invasões ocorridas em 1912, ele diz que

Aqui chegando, [ao retornar do Juazeiro] surgiu a candidatura do Cel. Rego Barros à presidência do meu Estado. Oprimido e malsinado pelo governo dominante, aceitei-a e declarei que pela sua vitória fazia até o sacrifício de minha própria vida.

Agitaram-se as coisas e, na véspera do pleito, insurgimo-nos contra as violências e a fraude do governo que, a todo transe, queria vencer a eleições, sem reconhecer a lei e o direito do adversário. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 10 set., 1912, p. 2 - grifos nossos)

Vislumbramos, portanto, a representação construída por Augusto Santa Cruz para seu movimento, percebendo que do começo ao fim ele manteve a justificativa de que suas ações foram uma contraposição à opressão e uma defesa da democracia. Já o manifesto de Miguel Santa Cruz³³, intitulado *Ao país e aos meus conterrâneos*, poderia ser chamado “O drama pela liberdade II”, uma vez que, fazendo uso de uma linguagem extremamente rebuscada, ele continuou a linha de defesa traçada por Augusto. Dirigindo-se contra a imprensa governista³⁴, Miguel relatou no texto que

Tudo finalmente fizeram esses panfletários, que têm no cérebro a habilidade maldita da intriga e que, fisicamente, onde deviam ter a alma e o pudor, têm um espaço negro e vazio.

Depois de haver aurido com a impossibilidade do Cristo todas as gotas do cálice de amarguras, venho desincumbir-me de um dever de honra que é-me imposto pela fraternidade e sociedade.

Sim, porque somente agora ergo a face altiva diante, da densa atmosfera de ódio criada contra meu irmão pela calúnia perversa de adversários políticos. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

Assim, passou a evidenciar que, como o próprio “manifesto revolucionário” expôs, o que ocorreu em Alagoa do Monteiro foi uma “revolução”, a qual lutava contra o despotismo que alegava vigorar na política da cidade; fazia questão de reiterar essa idéia apesar de ter “a convicção que para a sociedade pura e só dos meus patrícios e conterrâneos, o fragor da mentira e da deformação jamais pôde passar dos ouvidos para a alma.” (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1) Desta forma, Miguel Santa Cruz tentava, além de justificar a insurreição de seu irmão, arregimentar o apoio dos leitores à causa de Augusto, buscando sensibilizar, através de um discurso em que enfatiza o drama “de amarguras” vivido por toda a família Santa Cruz.

É como se fosse a encenação de um julgamento por meio do manifesto, no qual Augusto Santa Cruz, enquanto réu, tem como defensor o irmão Miguel, enquanto isto, no papel de advogados de acusação, estão os alvaristas e como jurados, o povo paraibano. A postura de Miguel não era apenas a de um irmão defendendo outro, mas a essa se somava a de jurista experiente. Em meio a isso, é que ele, contrapondo-se às “adjetivações infamantes” conferidas a Augusto Santa Cruz pela imprensa, caracteriza o irmão qualificando-o de um homem de “nobres e belos sentimentos de clemência e humanidade”, algo que teria sido

³³ Além de ter sido deputado estadual, Miguel foi também um eminente jurista e professor na capital paraibana.

³⁴ A imprensa governista consistia no jornal *A União*, que desempenhou um papel fundamental na construção de representações sobre o movimento de Augusto Santa Cruz, como será visto adiante.

demonstrado pela atitude que tomou de libertar “generosamente, e incólumes, seus inimigos, reféns da Revolução de Alagoa do Monteiro, ...” (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

No entanto, estes sentimentos teriam faltado ao “*seráfico Governo do Estado e aos seus desalmados turifários.*” Miguel remete-se desta forma ao governo do Estado quando fala sobre o envio da força policial para Alagoa do Monteiro, uma vez que, em sua opinião, teria sido esta que verdadeiramente ameaçou as vidas tanto dos “revolucionários”, como dos prisioneiros. Rivalizavam-se, portanto, a imagem de um Augusto Santa Cruz nobre e bem intencionado e a imagem do governo do Estado que age por meio de calúnias imbuídas de ódio político.

Concentrando realmente seu discurso combativo na direção do governo estadual e de sua imprensa, Miguel retomou a metáfora da escravidão ao afirmar que

Eles que transformaram a imprensa e a tribuna, ambas filhas da liberdade, num horripilante sinistro pelourinho!

Vêem, portanto, os meus patrícios que meu irmão, Dr. Augusto Santa Cruz, vibrando o bravo revolucionário na faixa longínqua do solo paraibano, usou de um direito sublime e consagrado aos povos que sofrem e agonizam sob o terror da prepotência e do despotismo. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1 - grifos nossos)

Neste sentido, Miguel fez questão de focar “*o arrasamento canibalesco da propriedade alheia*”, ou seja, a destruição feita pela polícia à fazenda de Augusto Santa Cruz, após sua retirada com os reféns, com o intuito de demonstrar como o direito à propriedade fora desrespeitado, como a liberdade transformara-se em “*uma mentira.*”

O toque dramático maior do manifesto de Miguel se encontra na sua fala sobre a “*paixão do ódio político*” que se abateu contra seu irmão, na medida em que ele diz que

Para com ele [Augusto] de há muito, esse ódio tem sido mortal, desumano. Tão implacável e tão impiedoso, como implacáveis e impiedosas são as ondas brutais de um oceano raivoso num naufrágio e como as labaredas assombrosamente rubras de um incêndio pavoroso, que a tudo destrói e reduz a cinzas. (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

Percebe-se, então, que metaforicamente Augusto Santa Cruz estava rodeado por ondas que podiam a qualquer momento afogá-lo, ou ainda na iminência de ser tragado pelo fogo e se transformar em pó. Ou seja, as ondas e/ou o fogo eram os adversários de Augusto Santa Cruz que o envolveram em uma rede de intrigas para fragilizá-lo politicamente, o imergirem no ostracismo e enfim erradicá-lo do cenário político.

Assim, o manifesto de Miguel se configura como mais um discurso em justificativa e defesa das ações de Augusto Santa Cruz, sendo que, ao ser publicado quando já tinham sido debeladas todas as ações do governo estadual contra seu irmão, buscava também rebater a imagem, criada pela campanha difamatória promovida através da imprensa governista, de que

Augusto Santa Cruz não era nada mais do que um “facínora”. É essa campanha, promovida pelo jornal *A União* que analisamos no segundo capítulo, bem como a realizada pelo jornal *Estado da Parahyba*, para o qual Augusto Santa Cruz era um “revolucionário” contra as oligarquias, campanhas estas que contribuíram para a multiplicidade de significados construídos para a revolta, instituindo diferentes formas de compreensão para um mesmo acontecimento.

2. De Herói a Sanguinário: a Imprensa delimita os papéis na revolta de Augusto Santa Cruz.

Ao adentrarmos, neste capítulo, nas representações construídas pelos jornais *A União* e *Estado da Paraíba* sobre a revolta de Augusto Santa Cruz, imergimos em todo um debate político travado entre a imprensa governista e a oposicionista da Paraíba da década de 1910. Os jornais citados travavam, quase que diariamente, uma disputa pela melhor retórica sobre a revolta e conseqüente construção de significados, de acordo com interesses e objetivos bem determinados.

Por meio da análise dos textos destes jornais, percebemos como a política da Paraíba, neste período, estava permeada por encenações constantes. O roteiro destas encenações, apresentado aos leitores, delimitava claramente os papéis dos principais atores que atuavam no cenário político. Os situacionistas tomavam para si, cotidianamente, as características de homens ímpecáveis, leais, de reputação inatingível, tachando seus opositores de megalomaniacos, sanguinários, “aves de rapina” a povoar a política paraibana, sendo que estes faziam o mesmo.

A imprensa se constitui realmente como um importantíssimo componente do jogo político. Desde o início de sua existência, a imprensa tem sido utilizada pelos governos, sejam eles democráticos ou autoritários, no processo de construção ativa de representações. De acordo com o que nos coloca Maria Helena Capelato (1988), “Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo.” (p. 13).

Uma das faces da imprensa escrita, apresentadas por Capelato, se refere ao papel que ela assume de veículo de informações, se colocando de fato como intermediária entre os cidadãos e o governo. Principalmente no período em que estudamos, ela seria responsável por tornar público os atos dos governantes, ao mesmo tempo em que transmitiria os anseios de seus governados.

Os jornais se constituem como fontes de pesquisa para diferentes temas, sejam políticos, culturais, etc. Ao historicizar as mudanças que ocorreram na noção de fonte histórica, durante o século XX, Capelato alerta para o fato de que o documento-jornal, ou seja,

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser considerada como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. (CAPELATO, 1988, p. 24-25)

É, pois, entendendo a imprensa como instrumento de intervenção na sociedade e nos detendo especificamente nos jornais já citados, que buscamos analisar neste capítulo os significados *construídos sobre a revolta de Augusto Santa Cruz em 1911*. Os jornais deste período são marcados por debates em torno do ideário da ordem, da liberdade, do progresso, ou seja, de um ideário iluminista, que ganhara preponderância a partir dos eventos da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República. O *A União* e o *Estado da Parahyba* não fogem a esta regra.

Além disso, como salienta Balandier (1982)

A multiplicação e a difusão dos meios de comunicação modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião de acontecimento ou de circunstâncias que não têm necessariamente um caráter excepcional. Elas adquirem, graças aos meios audiovisuais e à imprensa escrita, uma força de irradiação e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Elas se tornam quotidianas; isto quer dizer que elas se tornam banais e se desgastam, o que exige renovações frequentes ou a criação de aparências de novidade. (p. 62-63)

Segundo Balandier, os meios de comunicação contribuem na produção de imagens políticas intimamente imbricadas na “arte do espetáculo”, nas dramatizações que compõem o cenário político e que são alimentadas cotidianamente pelo acontecimento, seja ele fabricado ou não. No caso específico da revolta de Augusto Santa Cruz, os jornais traziam, dia-a-dia, acontecimentos novos sobre a revolta ou requentavam velhas notícias, ou ainda expunham informações no campo das hipóteses. Tudo isso feito com o interesse maior de manter os leitores ávidos por mais notícias, bem como por alimentar não só a indústria da comunicação, mas também a dramatização e construção permanente de representações políticas sobre o movimento.

2.1 O cenário político anterior à revolta: os debates por intermédio da imprensa.

O jornal *A União* circulou pela primeira vez em 02 de fevereiro de 1893. Em seu editorial de apresentação, explicitava sua identidade e seus objetivos:

Digamos o nosso programa em uma palavra, e sem nenhuma observação preliminar: é uma folha política, um jornal de partido que apresentamos hoje ao público. É o órgão do partido republicano, que se formou com os elementos da sociedade, para garantir a ordem pública, apoiar a administração e fundar, pelo sistema federativo, o império da lei n'este Estado. (...) (A UNIÃO apud MARTINS, 1977, p. 26)

A escolha do nome *A União*, para o jornal, resultou do fato de que “Alvitada a idéia da criação de um órgão de publicidade para defender os interesses da nova política, surgiu essa

folha, que tomou o título significativo do conagraçamento das diferentes unidades de que se formou a nova agremiação [o Partido Republicano Conservador].” (MARTINS, 1977, p. 28)

Além do editorial citado e de outras notícias, o *A União* trazia em sua primeira edição, segundo Eduardo Martins, uma resposta a críticas feitas ao então presidente do Estado, Álvaro Machado, pelo jornal *Estado da Parahyba*, o que demonstra que os embates entre estes dois jornais começaram assim que o *A União* foi criado.

Não encontramos informações sobre a data precisa de fundação do *Estado da Parahyba*. Sabemos, no entanto, que sua publicação sofreu sucessivas interrupções, até que, a partir de 1901, ele passou a circular diariamente, sendo caracterizado por José Leal (1982) como “Folha oposicionista dirigida pelo dr. Lima Filho e o sr. Assis Vidal.” (p. 38) O jornalista Assis Vidal era o redator-chefe, sendo Francisco Alves de Lima Filho não só o presidente do jornal, mas o principal opositor ao Alvarismo neste período, pois, como já vimos, o Alvarismo e o Venancismo já eram grupos políticos entrelaçados. Lima Filho era médico e já havia sido deputado federal, sendo o *Estado da Parahyba* o jornal que veiculava o ideário dos democratas.

O ideário democrata consistia justamente em severas críticas ao grupo alvarista, e na promoção dos líderes do Partido Democrata³⁵. Em face da inexistência de exemplares disponíveis do *Estado da Parahyba* dos meses de janeiro a maio de 1911, não pudemos ter acesso direto às críticas feitas por este jornal ao Alvarismo, no período imediatamente anterior à revolta de Augusto Santa Cruz. No entanto, ao fazermos a leitura dos textos do jornal *A União* destes meses, percebemos um pouco em que direção eram conduzidos os debates e/ou embates entre estes dois jornais.

O início de 1911 é marcado, politicamente, pela realização das convenções dos partidos. O *A União*, ao mesmo tempo em que rebatia as críticas feitas pelo *Estado da Parahyba*, dirigia-se sarcasticamente contra Lima Filho e os demais democratas, dizendo que

Os nossos adversarios, ou melhor, o sr. Lima Filho que é, afinal, o único eleitor de que elle mesmo dispõe, não se conforma com a demonstração positiva e insophismavel de sua nulidade política.

A organização do partido republicano conservador veio offerecer oportunidade á verificação indiscutivel da inexistencia de qualquer grupo político consideravel de eleitores hostis á situação dominante, e o *engeitado* de todos os partidos enfureceu-se com o descobrimento de sua insignificancia.

Elle pretendia fazer crer que era uma *minoría*, mas vai se convencendo de que representa realmente inoffensiva *unidade*.

(...) Promova quanto antes abaixo assignados em todos os municipios do Estado, faça serem reconhecidas as firmas dos seus amigos e mostre que tem adeptos.

³⁵ Após sofrer uma crise em 1907, o Partido situacionista se divide, surgindo daí o Partido Democrata formado pelos dissidentes do antigo Partido Republicano da Paraíba, tendo os remanescentes deste formado o Partido Republicano Conservador. Ver GURJÃO (1994).

(...) Feito isto, *escurrapiche* os nomes desse pessoal em toda a sua folha e veremos então se ha mais de tres *democratas* na Parahyba. (sic) (A UNIÃO, 19 fev., 1911, p. 1 – grifos do autor)

Apesar de buscarem desqualificar, anular a importância política de Lima Filho, a constante preocupação dos alvaristas em responder às acusações dos democratas revela que Lima Filho e seus aliados representavam uma pedra no sapato dos governistas, atrapalhando a atuação política destes. Mas o papel escolhido pelos alvaristas para si, ou seja, o de hegemônicos na política paraibana, implicava no necessário convencimento dos leitores de que a oposição não tinha qualquer prestígio frente à “unanimidade” política do grupo situacionista.

A convenção do Partido Republicano Conservador foi realizada no dia 05 de março de 1911, no prédio da Assembléia Legislativa. O jornal *A União* fez questão de relatar até a ornamentação do edifício, ao dizer que

(...) tinha uma feição festiva – o vestibulo, a escadaria, tudo cheio de palmas e crótons, embandeirado, fazendo um bellissimo effeito, enquanto a banda policial executava em baixo as peças de seu repertorio.

Depois de meio dia, foram chegando os convencionaes. Então o povo queria assistir tambem o importante facto politico.

(...) A Convenção era um acontecimento no momento politico donde devia sair a orientação dos destinos do Partido.

Dahi esse interesse geral, esse fervor correligionário, essa anciosa curiosidade, tudo o que se adivinhava no animo de todos os presentes.

E, affinal de contas, lá estava tambem o elemento feminino, dando uns ares de graça á solennidade ambiente – distinctissimas famílias da *elite* social. (sic) (A UNIÃO, 07 mar., 1911, p. 1)

Percebemos como o *A União* buscava passar a impressão de que toda a população paraibana estava representada e irmanada sob os ditames do Partido Republicano Conservador, fazendo questão de evidenciar o clima festivo que envolvia todos os convencionados, com direito à banda de música e até à presença feminina, não obstante esta aparecer nas páginas do jornal apenas como um ornamento gracioso. Discursaram, durante a Convenção, alguns membros da Comissão Executiva do partido, que tinha como presidente Álvaro Machado, o qual era tido como chefe supremo, uma vez que, nestes discursos, Walfredo Leal sempre era colocado como um aliado, um “ajudante” na condução do partido. Entre os que discursaram, Heráclito Cavalcanti diz que

(...) a um appello feito pelos chefes políticos nacionaes, alli estavam para deliberar a incorporação de Partido Republicano do Estado á aggremação federal constituida sob a denominação de Partido Republicano Conservador, era significativo o apoio maximo da opinião politica parahybana ao egregio Dr. Álvaro Machado.

Era para a defeza da politica, para a defeza da Constituição, para a defeza dos principios democraticos que ali estavam. (sic) (A UNIÃO, 07 mar., 1911, p. 1)

Discursou também Seráfico Nóbrega, que falou sobre os princípios do partido, dizendo que eles seguiam as idéias da mensagem do presidente da República Hermes da Fonseca, que são:

(...) A conservação da Constituição, o desenvolvimento da nação, o emprego das medidas contra a calamidade das seccas, o empenho pela verdade eleitoral, alem de muitas outras que é ocioso mencionar.

O Partido Republicano da Parahyba aceitou sem constrangimento estas ideias, porque estas são as suas proprias ideias! (sic) (A UNIÃO, 07 mar., 1911, p. 1)

A partir de então, o partido comandado por Álvaro Machado passou a se dizer de fato o representante na Paraíba dos princípios, das orientações do chefe político da nação, o Marechal Hermes da Fonseca. Assim, todos aqueles que não comungassem do ideário do partido alvarista, passaram a ser vistos como os antidemocráticos, como uma ameaça à própria República. Ocorre que é justamente disso que os membros do Partido Republicano Conservador também são acusados pelo jornal *Estado da Parahyba*.

Tendo como epigrafe “Corsarios da Republica”, o *A União* rebate acusações, recebidas pelos alvaristas, de despotismo, de “transgressores” dos princípios democráticos, feitas pelo *Estado da Parahyba*, dizendo que

Esta é a epigraphe do “Estado” de hontem, epigraphe que promette uma insolita aggressão mas que não passou de morbido producto de prematura imbecilidade senil; permittam o diagnostico.

(...) Nós não temos que responder ao conteúdo da torpe allegoria, pois a personalidade politica de Álvaro Machado se acha tão elevada que é já um patrimonio da Parahiba, um patrimonio nacional, (...).

Corsarios da republica não serão jamais aquelles que se esforçam pelo progresso da Parahyba, mas os trampolinciros, os demagogos de baixa esphera, os espiritos desorganizados que procuram por entrave a esse progresso e que vivem condemnados pela mesma opinião.

(...) Outra é nossa escola pois não sabemos entreter polemica com aquelles que julgam poderão engordar procurando ser vampiros da honra política dos homens de bem. (sic) (A UNIÃO, 24 mar., 1911, p. 1 – grifos nossos)

O trecho grifado da citação refere-se ao fato de que o *A União*, em sucessivas edições, passou a rebater as críticas feitas pelo *Estado da Parahyba*, se utilizando frequentemente de metáforas que comparavam os membros do Partido Democrata a animais. Além disso, também podemos perceber como seus inimigos políticos são vistos como uma ameaça iminente ao progresso da Paraíba.

Textos como esse do *A União* podem ser analisados sob a inspiração da discussão presente no livro *Mitos e Mitologias Políticas*, do historiador Raul Girardet. Neste livro, o autor discute como a história da Europa, nos dois últimos séculos especificamente, foi povoada por uma “efervescência mitológica”³⁶, com direito à

Denúncia de uma conspiração maléfica tendendo a submeter os povos à dominação de forças obscuras e perversas. Imagens de uma Idade do Ouro da qual convém redescobrir a felicidade ou

³⁶ A respeito da discussão teórica sobre mito utilizada pelo autor, ver GIRARDET (1987, p. 12-24).

de uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva. A lista recapitulativa está longe de encerrar-se. (GIRARDET, 1987, p. 11)

Cabe, aqui, nos determos em dois destes temas: o da Conspiração e o do Salvador. Inicialmente, os textos do *A União* nos apresentam algumas características que Girardet coloca como próprias do mito da *conspiração*. O autor inicia sua discussão a partir de três narrativas de complô presentes na literatura européia – a dos jesuítas, maçons e judeus –, mostrando como estes grupos foram vistos como uma ameaça à sociedade estabelecida.

De acordo com Girardet, os membros da *conspiração* se reúnem em torno de uma organização que tem como principal objetivo a edificação de um poder que pretende ser universal, sendo o segredo a primeira de suas características, pois “Todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pretendem relatar suas atividades ou denunciar seus malefícios insistem nas dificuldades que encontraram, muitas vezes também nos perigos que correram para desvendar seus mistérios.” (GIRARDET, 1987, p. 34)

A *conspiração* é sempre localizada, pelos que a denunciam, em um lugar oposto ao da luz, seu lugar é o do subterrâneo, sendo envolta por vestimentas sombrias. Seus membros se distanciam da normalidade reconhecida socialmente, estão sempre *na espreita*, personificam a insegurança e o medo do desconhecido.

Segundo Girardet, esse habitar nas sombras leva a que seja criado, nas representações iconográficas e literárias dos membros da *conspiração*, todo um “bestiário do complô” que “Reúne tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde. Reúne igualmente tudo o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção: a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo...” (GIRARDET, 1987, p. 44)

Assim, de acordo com o que o *A União* expõe em seus textos, os membros do Partido Democrata eram vistos na verdade como membros de uma *conspiração*, que estava a se articular contra toda a estabilidade e o progresso que o Alvarismo, o Partido Republicano Conservador representava para a Paraíba. Os democratas são desqualificados, são relegados às sombras, ao subterrâneo, na medida em que são comparados com animais que representam isto no imaginário político, tal qual assim expõe Girardet. É isso que percebemos quando o *A União*, questionando sobre a força eleitoral dos democratas, afirma:

Mas, que sabemos nós? O que ha é o sapo inchado, para ficar do tamanho de um boi; o que se vê é a guerra dos maribondos contra o leão; o que ha é o Sisipho rolando o rochedo da sua pretensão para o inacessível, e o rochedo a esmagal-o; o que se vê é o espaldeiramento dos moinhos...

E ainda perguntam quem vencerá!

Então, a topeira que esburaca os alicerces pode botar um monumento a baixo. Onde já se viu o nada ter acção? Como é que a mentira pode lograr a verdade? De que modo se levanta do chãos uma vitória? (sic) (A UNIÃO, 04 abril, 1911, p. 1)

Ao anunciar a nomeação de Álvaro Machado para membro da Comissão de Finanças do Senado, o *A União* diz que Lima Filho, “o vampiro que só perscruta os recintos trevosos; terá nesta hora toda a bilis da inveja a derramar-se-lhe pelo velho coração, ouvindo as aterradoras palavras de que Alvaro Machado obteve mais aquelle extraordinario triumpho.” (sic) (*A UNIÃO*, 20 maio, 1911, p. 1)

Assim, o jornal estatal rebate as acusações dos democratas os classificando como membros de um grupo que insistentemente busca a decadência da Paraíba. Eles são os vampiros que querem sugar o brio dos políticos impolutos, ou ainda a toupeira que visa a qualquer momento lhes dá uma rasteira. Lima Filho seria o “cirurgião prehistorico que, longe de estudar os modernos processos de conservação, atira-se a torto e a direito á destruição e á eliminação de tudo, na voracidade do corvo farejando gangrenas e podridões onde só ha defeitos remediaveis e sanaveis por meios brandos, (...)” (sic) (*A UNIÃO*, 26 abril, 1911, p. 1)

Os debates entre o jornal *Estado da Parahyba* e o *A União* estavam assim neste tom: o primeiro acusando os alvaristas de antidemocráticos, membros de uma oligarquia, o segundo rebatendo estas críticas para os democratas, enfatizando sempre que estes compunham um grupo sem qualquer importância política. A seguir, expomos o desenrolar das ações iniciais de Augusto Santa Cruz e a análise das representações construídas, por estes jornais, para os primeiros momentos da revolta em 1911.

2.2 As representações do *A União* e do *Estado da Parahyba* sobre o conflito em 1911: a construção de um teatro de heróis, mártires e sanguinários.

Há informações de que Augusto Santa Cruz começou a juntar armas e munições por intermédio do Major Bruno Ferreira de Freitas, comerciante em São Thomé, desde 1909, que as recebia em meio aos carregamentos de tecidos comprados dos Pessoa de Queiroz³⁷. Augusto Santa Cruz vinha também recrutando “cabras” em sua fazenda. Dos homens que o acompanharam, tanto em 1911 como em 1912, alguns moravam na fazenda Areial, outros nas demais fazendas da família e nos distritos de São Thomé e da Prata.

Destacava-se como homem de extrema confiança de Augusto Santa Cruz, Vicente Preto, ou Vicente do Areial, como era conhecido, tendo sido a ele que Augusto Santa Cruz

³⁷ Foi por intermédio de José Pessoa de Queiroz que o Major Bruno conseguiu um habeas corpus e a liberdade, após ser preso, com a derrota de Santa Cruz, pela intermediação das armas. Ver NUNES (1996, p. 153-154).

teria incumbido a tarefa de reunir os seus “rapazes”, para posteriormente passar as ordens do serviço que pretendia executar. Reunido o grupo de homens e distribuídas as armas, o grupo parte para o ataque à Alagoa do Monteiro. Os relatos falam que o grupo seria composto por cerca de duzentos homens.

Valendo-se do fator surpresa, Augusto Santa Cruz e seu bando entraram na vila. O destino inicial da invasão, ocorrida no dia seis de maio de 1911, foi a Cadeia Pública, onde conforme referido anteriormente, soltaram os seis presos que lá estavam, Peba e mais dois passaram a integrar o grupo. Liberto Peba, Augusto Santa Cruz e seu grupo saíram a procura dos seus inimigos políticos, o coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal, José de Inojosa Varejão, promotor público, Major José Basílio de Souza, conselheiro municipal, Albino Alves de Souza, Capitão Victor Antunes d’ Oliveira, chefe da agência do Correio.

A polícia – de acordo com as limitações próprias às forças regulares da época, sendo até inferiores aos grupos de jagunços a serviço desse ou daquele coronel – esboçou uma fraca reação à invasão, uma vez em que as portas da Cadeia Pública foram quebradas a golpes de marreta, o armamento existente foi confiscado e distribuído entre os homens do bando. Após quebrarem a cadeia e libertarem os presos, o bando seguiu para a casa do major Basílio, onde o prendeu, daí para a casa do juiz, onde prendeu Pedro Bezerra.

Além destes, do promotor Inojosa Varejão e dos demais inimigos de Augusto Santa Cruz já citados, foram presos o tenente Pedro Mendonça e dezoito praças da polícia. Em meio a isso foram mortos por integrantes do grupo de Augusto Santa Cruz, o capitão Antonio Zeferino, o sargento Manoel Albino e um soldado. Por intervenção do padre coadjutor João Onofre Marinho, Augusto Santa Cruz resolveu levar os principais prisioneiros para a casa paroquial, e o tenente e os praças para a cadeia, sendo todos vigiados pelos homens do bando de maior confiança.

De acordo com uma entrevista do Padre João Gomes, titular da Paróquia de Monteiro em 1911, publicada pelo jornal *A União*, as principais reivindicações de Augusto Santa Cruz eram: “o desarmamento da força local, 22 praças ao mando do alferes Pedro Mendonça, a demissão do chefe político e prefeito coronel Pedro Bezerra, a sua prisão e a do dr. Inojosa Varejão, promotor publico.” (GOMES apud A UNIÃO, 23 maio, 1911, p. 1) Aprisionando estas autoridades, Augusto Santa Cruz pretendia negociar a libertação dos reféns em troca da anistia dos processos-crime que contra ele tramitavam na comarca de Monteiro, concomitante ao fato de que, assim, teria sua moral, seu prestígio político restituído em meio a um confronto armado direto com seus rivais.

A posição do presidente João Machado diante desta situação foi a de, rechaçando a proposta de anistia dos crimes de Augusto Santa Cruz em troca da liberdade dos reféns, enviar a força policial e propor que, libertando imediatamente os reféns e se entregando à Justiça, Augusto Santa Cruz teria garantia de vida, de defesa e manutenção de suas propriedades. Ao saber do envio das tropas, Augusto Santa Cruz resolveu sair da vila e ir para a Fazenda Areal.

No dia quinze de maio, saíram todos: os reféns, Augusto e seu grupo armado. O Padre Onofre acompanhou a ida e certo tempo da estadia no Areal, servindo de correspondente entre os reféns, suas famílias e as autoridades da capital. Já Augusto Santa Cruz era informado sobre as ações do governo através de seu irmão Miguel. Permaneceram cerca de quinze dias na fazenda, até que com a chegada da polícia paraibana, auxiliada pela de Pernambuco, Augusto Santa Cruz preferiu deixar Alagoa do Monteiro, temendo a eclosão de um conflito sério entre seu grupo e a polícia, do qual o primeiro poderia sair destroçado.

Em meio à confusão inicial, suscitada pelo cerco das tropas policiais à fazenda, dois dos reféns conseguiram fugir: José Basílio de Souza e Victor Antunes d' Oliveira. Os demais seguiram com Augusto Santa Cruz e seu bando pelo alto sertão paraibano, onde foram libertos. Segundo a versão do *A União*, Albino de Souza comprou sua liberdade, Inojosa Varejão conseguiu fugir e Pedro Bezerra foi liberto por meio da intervenção dos líderes políticos no sertão.

Após todos os reféns estarem em liberdade, Augusto Santa Cruz e seu grupo foram se refugiar no Ceará. Conseguiram que Padre Cícero aceitasse sua estadia no Juazeiro, ficando lá até fins de 1911. No retorno, se alojaram primeiro em Pernambuco, entrando na Paraíba em inícios de 1912, quando voltaram a realizar uma série de ações armadas, que serão discutidas no terceiro capítulo.

A primeira edição do *A União* que encontramos com a notícia sobre a invasão a Alagoa do Monteiro, foi do dia 12 de maio de 1911. Com o título “As novas depredações de Augusto Santa Cruz”, ela fornece a versão oficial do governo do Estado sobre a invasão. Expondo algumas informações trazidas pelo então juiz de Monteiro, Eduardo Pereira Gomes³⁸ - informações estas que não se distanciam do relatado anteriormente sobre a invasão -, o jornal passou, a partir de então, a construir diariamente para Augusto Santa Cruz, e todos os seus aliados, uma imagem de sanguinário, o incorporando agora à *conspiração* urdida por Lima Filho, pelo Partido Democrata, pois

Jamais o dr. Lima Filho deixou tão a descoberto as suas profundas sympathias pelos carbonarios, pelos depredadores e assassinos com na actual questão de Alagôa do Monteiro.

³⁸ O juiz trouxe também o manifesto conciliatório de Augusto Santa Cruz, já analisado no primeiro capítulo.

(...) Veja o publico que triste é o officio do dr. Lima Filho: accusar o governo porque age nos limites das leis como poder legalmente constituído; e innocentar o bacharel Santa Cruz porque aprisionou as autoridades publicas no exercicio legitimo de suas funcções; porque esse ente de deshumanas entranhas, na ambição do mando, na sêde da vingança desmarcada, matou, incendiou, deixou violar, pelos hediondos bandidos que o cerca, as virgens filhas de seus adversarios! ... (sic) (A UNIÃO, 17 maio, 1911, p. 1)

Nesta mesma edição, o jornal deu a resposta à tentativa de Augusto Santa Cruz de conciliação com o governo do Estado:

(...) claro está que o mesmo bacharel confia nos proceres da situação e efetivamente reconhece o honrado dr. João Machado (...). [Mas] nós nos achamos indignos de abraçar no seio de nosso partido o bacharel Augusto Santa Cruz: elle deve ficar justamente com o dr. Lima Filho, o unico que pôde nesta terra, ser o mentor de cretauras que desmoralisam a civilização com actos attentatorios a todas as leis e principios. (sic) (A UNIÃO, 17 maio, 1911, p. 1)

Ocorre que não encontramos qualquer ligação de Augusto Santa Cruz com o Partido Democrata nos documentos referentes ao conflito de 1911³⁹. Ou seja, não existia de fato nenhuma conspiração, nenhum plano, de qualquer espécie, organizado por Augusto Santa Cruz e Lima Filho.

Só que para o jornal *A União*, a *conspiração* contra o progresso, contra o bem-estar da Paraíba, que Lima Filho estaria articulando, passava a almejar um objetivo que teria resultados mais imediatos, pois, agora se utilizando das “novas depredações de Augusto Santa Cruz”, o desejo era de que fosse realizada na Paraíba uma intervenção federal. Nas palavras do jornal, “Viesse a intervenção, e o dr. Lima Filho dava de barato que corresse o sangue desse mesmo povo ao qual elle diz servir para o bem da pátria e da felicidade social.” (A UNIÃO, 24 maio, 1911, p. 1)

De acordo com o *A União*, o Partido Democrata, o *Estado da Parahyba*, enfim, Lima Filho e seus aliados passaram a alimentar, a incentivar as “depredações” de Augusto Santa Cruz, com o objetivo maior de demonstrar que a Paraíba estava totalmente ingovernável, que o governo estadual não era capaz de tomar as rédeas da situação, instaurando novamente a normalidade. Assim, diante da incompetência do presidente João Machado de gerir o Estado, a única solução seria uma intervenção federal para apaziguar a Paraíba. Os democratas viam na intervenção a possibilidade de posteriormente assumirem o comando político do Estado, na medida em que os alvaristas seriam afastados do poder.

Um dos principais fatos utilizados pelos democratas, para desacreditar a ação dos alvaristas na repressão a Augusto Santa Cruz e seus homens, foi a “ajuda” que o governo da

³⁹ Com o acirramento dos debates, das trocas de acusações entre alvaristas e democratas, e com a progressiva campanha do jornal *A União* contra Augusto, é que seu irmão Miguel passa a figurar, senão entre os quadros do Partido Democrata, pelo menos inicialmente entre os “amigos” sempre lembrados nas colunas do *Estado da Parahyba*, as quais ele usou para defender o irmão e a toda a família Santa Cruz.

Paraíba recebeu do governo de Pernambuco, por meio do envio da força policial pernambucana para o cerco à fazenda Areial. O cerne desta questão está no fato de que o resultado maior desta aliança entre as forças dos dois Estados foi a destruição não só desta fazenda, mas também de outras pertencentes a parentes e amigos de Augusto Santa Cruz. Isso era o que o *Estado da Parahyba* reiterava, diariamente, pois

(...) é sabido que tal auxilio, esperado da força de Pernambuco, ficou reduzido a destruições de propriedades, absolutamente, escusadas, quando, o fim de nosso governo devia ser o do restabelecimento da ordem, figurando, antes de tudo, o pensamento da salvação das vidas de nossos compatriotas, expostas aos perigos de uma situação excepcional.

Qual foi o movimento operado pelas duas forças, que por seus resultados, tenha nos convencido de sua junção indispensavel para consecução do fim principal, a manutenção da ordem publica com a salvação de nossos compatriotas gregos e troianos?

O chefe do movimento tem concedido liberdade aos reféns, segundo noticias telegraphicas publicadas pelos órgãos do governo, sem estar sob a pressão da força de Pernambuco e da de nosso estado; accusando assim, um generoso lance de humanidade, que lhe impunha pela voz da consciência a conservação da vida de seus compatriotas, aos quaes tinham como garantias de sua causa, cujo lado precioso se lhe antolhava pela fascinação do direito, quando, se julga opprimido. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 04 jun.. 1911, p. 1)

O jornal dos democratas enfatizava não só a ineficácia da ação de ambas as forças policiais para atingir o desfecho final do conflito, pretendido pelo governo da Paraíba – ou seja, a prisão de Augusto Santa Cruz e libertação dos reféns –, como também insistia que o governo de Pernambuco tinha realizado uma intervenção inconstitucional em um assunto do âmbito apenas do Estado da Paraíba, pois sua força devia ter sido mantida apenas guarnecendo a fronteira, em solo pernambucano. A concretização dessa cooperação entre as duas forças policiais era um fato que, para os democratas, coroava a incompetência de João Machado na administração do Estado. Já o governo, se defendendo por meio do jornal *A União*, dizia que

O governo de Pernambuco procedeo legal e dignamente, e pouco importa que o dr. Lima Filho lhe atire as pedra do seu odio cego, pois, acima da miseria dos carbonarios, estão os princípios de justiça e de humanidade, em virtude dos quaes elle agio de accordo comnosco como visinho e amigo.

(...) Demais a conducta do governo de Pernambuco está plenamente justificada por motivos de ordem especial. Como bem disse nosso illustre collega “Diario de Pernambuco”, as condições geographicas do Municipio do Monteiro, facilitavam a fuga dos criminosos para os municipios pernambucanos já grandemente perturbados, em sua paz, comercio e interesse, pelo levante allucinado dos bandidos estipendiados pelo bacharel Santa Cruz.

Eis a verdade, e o povo que nos julgue. (sic) (A UNIÃO, 24 maio, 1911, p. 1)

O *A União* justificava a legalidade da ação conjunta das forças policiais salientando que

Os nossos visinhos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, de certo tempo a esta parte, tem accordo com o governo parahybano no sentido de garantir-se uma perfeita reciprocidade na captura dos bandidos que infestam esta zona nortista. Nada mais justo e necessario em uma epocha em que individuos visionarios pelo poder vivem a explorar a tendencia da massa fignara que, em todos os tempos, é predisposta ao banditismo em dados momentos históricos.

(...) Quem tem o *Estado* com a pratica de semelhante prophylaxia social? Sentiu arder-lhe o canteiro?

É que o truculento órgão democrata tem culpa no cartório... (sic) (A UNIÃO, 03 jun., 1911)

Assim, a representação dos alvaristas, sobre a revolta, era de que esta significava um motim de tresloucados desprovidos de qualquer sentimento de responsabilidade, de senso de ordem pública, sob a tutela dos democratas, amotinamento este que foi legítima e devidamente reprimido com a cooperação da polícia pernambucana. Esta era a “verdade” sobre os fatos, posta a circular na sociedade pelas páginas do *A União*. O contraponto dos democratas às acusações dos alvaristas se alicerçava não só na acusação de inconstitucionalidade na participação da polícia pernambucana no cerco a Augusto Santa Cruz, mas no completo desrespeito que esta força teria promovido, com a conivência da polícia paraibana, contra o direito de propriedade de um paraibano. O *Estado da Parahyba* colocava que

É assim que condemnando a inconstitucionalidade da intervenção da força de Pernambuco em nosso Estado, (...) com a certeza de ser apreciada nossa manifestação contra todas as violências ali, praticadas, como um protesto legítimo sem caracter pessoal e apenas collimando a causa do direito e da justiça cuja defesa não devia autorisar uma intervenção que diremos, sem reбуço, mareou o brilho da força de nosso Estado que nada tinha que ver com uma destruição da propriedade. do Dr. Augusto Santa Cruz, que um dia voltando a seu lar encontra-o-á reduzido a cinzas... Deveria a família do chefe da revolução ser, assim, condemnada, sem forma e sem figura de juizo, quando é certo, que a justiça não pode sancionar essa explosão do ódio arrancando das mãos da esposa e dos filhos de um revolucionário, ou criminoso vulgar, mesmo a propriedade da qual são elles legítimos coproprietarios? (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 14 jun., 1911, p. 1)

O jornal democrata apelava para o sofrimento não só de Augusto Santa Cruz, mas de todos os seus parentes e amigos, com o arrasamento de suas propriedades. Enfatizava-se que era o lar de uma família que havia sido destruído, o lar de indefesos filhos de um “revolucionário”, ou seja, de um homem que, segundo este jornal, estava apenas lutando pelos seus direitos de cidadão e contra a perseguição empreendida pelos alvaristas.

Mas para o *A União*, a fazenda Areial já não podia mais ser considerada um lar, pois

A casa do cidadão só é inviolável e sagrada quando resguarda o homem na posse de seus direitos ou quando representa o santuario da família. Transformada em covil de assassinos, anteparo a bandos de feras, valhocouto de sicários, muralha de bandidos, trincheira e resistência aos representantes da lei, perde aquellas prerrogativas pela recusa dos requisitos intrínsecos e substanciaes à formação do que se chama o lar. (...) Não deve, portanto, causar estranheza (...) o estrago que, por ventura, tenha soffrido a moradia do Dr. Santa Cruz. Si a queria intacta, não a tivessse transformado em um aparelho da morte. Ao fogo cerrado que por horas seguidas produziam os seus apaziguados, só podia corresponder a tropa com o disparo de suas armas, com os recursos que o proprio instinto de conservação sabe ministrar em taes momentos. (sic) (A UNIÃO, 20 jun., 1911, p. 1)

Os jornais iam, desta forma, enunciando, em seus textos, os papéis, as caracterizações de cada um dos principais atores desta política teatralizada, tendo-se espaço para sanguinários, mártires, heróis, conspiradores, enfim, para uma multiplicidade de representações. Caracterizar Augusto Santa Cruz, Lima Filho e aliados, como conspiradores,

nada mais era do que construir, delimitar os papéis destes dentro desse grande teatro. A *conspiração* existia enquanto uma construção simbólica dos alvaristas para representar seus opositores como algo ruim, impróprio para a Paraíba, enquanto eles próprios se revestiam com a capa de protetores do povo paraibano.

Mas o cerco que Santa Cruz realizou a Alagoa do Monteiro, aprisionando as autoridades, que eram na verdade a própria representação do Partido Republicano Conservador na cidade, ou seja, do Alvarismo, não deixou de demonstrar que a oligarquia alvarista estava suscetível a conflitos sérios com antigos membros das suas hostes. Não deixou de se caracterizar como uma denúncia do momento, senão de crise, mas de mudanças, pelo qual a oligarquia estava passando, uma vez que já enfatizamos o processo de reintegração dos venancistas/epitacistas ao poder, que estava se desenrolando neste período, por meio de sua inserção no grupo alvarista.

Daí o *A União* concentrar em Augusto Santa Cruz, em Lima Filho, na suposta *conspiração* contra a Paraíba atribuída a eles, toda a ameaça, todo o temor, ou pelo menos, toda a insegurança que de resto os próprios alvaristas estavam sentindo, pois, apesar de todo um discurso que vangloriava Álvaro Machado como chefe supremo do partido, a influência epitacista já começava a galgar cada vez mais importância⁴⁰.

Segundo Girardet (1987), a denúncia de uma suposta *conspiração* sempre se insere em um contexto social de incertezas, de temor, haja vista que “a acusação do complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos.” (p. 49-50)

Esta acusação, no entanto, era fruto unicamente de uma retórica elaborada pelo Partido Republicano Conservador para desvirtuar a atenção dos paraibanos da questão política que envolvia a revolta de Augusto Santa Cruz. O problema maior instaurado pelas ações de Augusto não era provocar a instabilidade governamental, uma vez que a ameaça que os alvaristas deixavam transparecer por meio do jornal *A União* não era uma ameaça ao comando político do Estado, pois se passava a idéia que o presidente João Machado e todo o Partido Republicano Conservador impediriam qualquer desfecho mais trágico para o cerco realizado em Monteiro. Os atos de Augusto Santa Cruz, acobertados por Lima Filho, eram representados como uma ameaça aos bons costumes, ao cotidiano tranquilo que tinha sido

⁴⁰ A esta altura, o jornal *A União* publicava, com bastante frequência, notícias sobre a bem-sucedida carreira de Epitácio Pessoa na capital do país.

erradicado da vida das pessoas, não só da região de Monteiro, mas de toda a Paraíba, que assistiam perplexas aos acontecimentos.

O drama montado pelo *A União*, para reger o teatro de horrores que as ações de Augusto Santa Cruz caracterizariam, se alicerçava na repetição contínua de que pobres inocentes, homens justos tinham sido saqueados durante a invasão à cidade, de que a honra das moças indefesas tinha sido atingida. Buscava-se sensibilizar, nos paraibanos, os seus valores mais íntimos, daí a recorrência contínua a temas como esses. É o pobre indefeso que fora atingido, é o justo que fora vítima de injustiça, é a virgem que teve sua pureza roubada, tudo isso feito, segundo o jornal, por uma horda de sanguinários que estavam a montar uma *conspiração* contra todos os paraibanos de bem.

O jornal estatal produzia, portanto, uma série de enunciados, elaborações retóricas, com a intenção de criar no seio da população paraibana, um ambiente propício à aceitação das idéias governistas. Tratava-se de arrebanhar o apoio dos leitores para o governo, era um jogo de cenas que, em contraposição, produzia o descrédito em que deveria cair a revolta de Augusto Santa Cruz, sobre o qual, a cada dia, iam sendo reiterados instintos animais, pois

Fala-se delle como de um novo Attila: as criancinhas agarram-se nervosas ao regaço das mães quando ouvem aquelle nome sinistro, e as mães fogem apavoradas, guardando os filhinhos amados contra a sanha do selvagem que, percorrendo as estradas e os campos, penetra nos povoados, a derramar o pânico nas ruas e nos recessos das habitações pacatas e quietas.

(...) As lagrimas de suas victimas – elle as enxuga na esponja insaciavel e má do coração de féra; os soluços plangentes e lancinantes – abafa-os no cynismo perverso de um indifferentissimo de lôbo; ás supplicas dos mais fracos – responde com a sua ameaça crudelissima de hyena bravia... (sic) (A UNIÃO, 31 maio, 1911, p. 1)

Ironicamente, Augusto Santa Cruz é transformado quase que em uma lenda, dessas dignas de povoar e amedrontar o imaginário infantil, um ser que, para todas as direções, representa um perigo iminente, chegando a ser considerado um criminoso pior do que Antonio Silvino, pois

Entre Antonio Silvino e Santa Cruz não se pôde estabelecer distancia, sendo mais monstruoso este que ameaça matar friamente aquelles que por surpresa e pela força numérica lhe caíram nas mãos.

(...) Outro rumo, senhores do *Estado* e que a hecatombe de Monteiro e a aflicção de tantas famílias e a dôr de tantos lares sejam o ultimo festim em que se repastem a ambição, o desvairamento, a crueldade, a concupiscencia e a ferocidade dessa nova sociedade – mão negra, – aqui conhecida pelo rotulo de Partido republicano democrata. (sic) (A UNIÃO, 27 maio, 1911, p. 1)

Apelar para a sensibilização dos paraibanos, por meio de textos que enfocavam os atos de Augusto Santa Cruz e seu grupo que atentavam contra o lar, a família, o trabalho dos moradores de Alagoa do Monteiro, como assim os classificava *A União*, era uma estratégia retórica utilizada pelos alvaristas para direcionar a discussão política por outro caminho, diferente do debate “oprimidos *versus* opressores” que era propalado pelo *Estado da*

Parahyba, esvaziando assim a revolta de Augusto Santa Cruz de qualquer substancial político. Respondendo a este último jornal, para o qual Augusto Santa Cruz era um herói, um revolucionário contra a oligarquia alvarista, o *A União* diz que

As grandes revoluções passaram. Entre nós terminaram com a Republica, depois que a abolição se fez como um sopro providencial, acendendo os ideaes para a nova forma de governo.

(...) Entre nós não ha revoluções. Ha revolucionários sem idéas, ha desordeiros sem entranhas, alardcando uma ferocidade que hypnotisa a ignorancia, que seduz o irriquieto incapaz, que vive das aguas turvas, e desperta essa sympathia bestial n'um meio onde não se pensa e não se emociona a alma.

Quem se arrebatata ante o bacamarte aterrador, tem as flexibilidades do reptil, sem luz e sem cerebro; tem as cabriolas felinas do tigre, sem alma, sem compaixão.

(...) Não perturbemos o socego dos lares, e o trabalho do camponez, e não impeçamos a acção dos governos honestos e proficuos, com o abastardamento dos movimentos estupidos.

O que ha, aqui, não é revolução é arruaça. (sic) (*A UNIÃO*, 31 maio, 1911, p. 1)

A tréplica do *Estado da Parahyba* sedimentava-se na ênfase do que consideravam a ingerência de Pernambuco em assuntos da Paraíba, e na consequente debilidade de João Machado em permitir isso e em expor as vidas não só dos reféns, mas também de Augusto Santa Cruz e seus aliados. Respondendo à edição do *A União* de 31/05/1911, diz que

O articulista quiz considerar contra a voz geral de Arruaça o que se passou na vila de Alagoa do Monteiro, onde operou inconstitucionalmente, a força de Pernambuco, e em attitude bellica cercou fazendas, destruindo propriedades e expondo vidas preciosas aos perigos dos quaes pelas noticias que correm não escapam.

E serio intitular-se um movimento tão grave e de consequências tão desastradas de Arruaças?

Quem se colloca em extremos viciosos, não pode descobrir as virtudes que os princípios verdadeiros contem, como palladio da honra individual e coletiva. (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 02 jun., 1911, p. 1)

Mesmo sem deixar entrever qualquer ligação de Augusto Santa Cruz com o Partido Democrata, o *Estado da Parahyba* procurava a todo custo respaldar politicamente o movimento contra as desqualificações feitas pelo *A União*, daí identificar a revolta como uma “revolução”, tal qual Augusto Santa Cruz a nomeou em seu manifesto. Era uma “revolução” no sentido de que o *Estado da Parahyba* passou a defender a idéia de que Augusto Santa Cruz era um entre os tantos perseguidos pela oligarquia alvarista, que estava apenas lutando para tentar modificar esta situação, juntamente com outros perseguidos da região de Alagoa do Monteiro. Criminosos, para o órgão oposicionista, seriam, na verdade, os alvaristas, opressores sem possibilidade de defesa, pois

As sombras tragicas que ora os situacionistas projectam sobre a bandeira revolucionária do Dr. Augusto Santa Cruz e seus companheiros de reacção contra o despotismo da olygarchia Paraybana, teem a mesma espessura, o mesmo peso e a mesma instabilidade da lama sobre que nossos contendores levantam castellos de nuvens para sua defesa”. (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 14 jun., 1911, p. 1)

No momento em que estas representações eram construídas, produziam-se também lugares identitários para alvaristas e democratas. Os alvaristas se diziam os guardiões da

ordem, protetores dos lares paraibanos em contraposição aos democratas, representados como incitadores da desordem, da anarquia. Ao mesmo tempo, os democratas se diziam defensores dos oprimidos em contraposição aos oligarcas (alvaristas) que subjugavam os paraibanos. Ou seja, os dois grupos políticos construía suas identidades sempre a partir da relação com o grupo rival, com o seu “outro”, até porque o processo de construção de identidades é “um processo móvel, um jogo de posicionamentos que está fundado na existência de um e de outro; não se trata de um e também do outro, mas dos dois, trazidos juntos, na relação que os constitui enquanto tal.” (FRANÇA, 2002, p. 28)

Para o *A União*, tudo alardeado pelo *Estado da Parahyba* não passava de ficção, de um jogo de cenas, em que Augusto Santa Cruz era o mocinho. De fato, para nós, os textos de ambos os jornais, relatam a revolta de Augusto Santa Cruz como uma peça política teatralizada, dividida entre heróis e bandidos, papéis escritos continuamente pelas páginas dos jornais.

À representação de Augusto Santa Cruz como perseguido, o *A União* contrapõe que

Nada mais facil que desenhar uma victima e enscenar uma perseguição. A historia politica dos mais criteriosos e bem intencionados governos ha de tropeçar sempre nessas espertezas da politicagem. Mas não se empana com subterfugios e cavillações adrede preparadas o brilho das administrações enraizadas no coração das collectividades. Nem se disfarça. com o espalhafato do rotulo, a mingua de recursos na defeza dos casos perdidos.

(...) Pois. si é verdade que Santa Cruz nunca foi uma victima da prepotência dos poderes públicos, acarretando, ao contrario, com a responsabilidade directa de oito assassinatos em menos de um anno, si assaltou uma villa sertaneja, cercado de criminosos e só de criminosos, para o fim de impor ao Governo – a sua absolvição e a de seus comparsas, dizer o opposto, inverter os factos, alinhando periodos retumbantes e phrases de effeito, é commetter falta incompatível com o criterio dos verdadeiros formadores da opinião. (sic) (A UNIÃO, 20 jun., 1911, p. 1)

No entanto, o debate é posto, pelo *Estado da Parahyba*, no campo dos direitos subjugados, suprimidos de Augusto Santa Cruz e seus companheiros de “revolução”, algo de que toda a Paraíba tinha conhecimento, pois

Está no dominio publico. não ha, mesmo, em nosso Estado, quem ignore a origem do movimento revolucionário, levantado e dirigido pelo Dr. Augusto de Santa Cruz na villa do Monteiro. e, assim tambem, o seu epilogo, o qual demonstrou a evidencia nas medidas de segurança, por elle tomadas, ser o seu único intuito reagir com seus companheiros, contra a oppressão de seus direitos, sem vislumbiar, mesmo, a probabilidade de vinganças atrozes no mais apertado transe a que o podesse, a lucta, levar.

(...) com a liberdade concedida a seus reféns, como descobrir-se esse facinora vulgar, qual irritado elephante a estrangular presas, que devem saciar sua colera sanguinária?

Não se vê, ao contrario, surgir em scenas tão commoventes o sentimento do amor a vida do próximo na situação em que a propria e a da familia, poderiam estimular o desespero que sitiava o Dr. Augusto de Santa Cruz, abrindo-lhe um tumulo à sua quase certa derrota? (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 23 jun., 1911, p. 1)

Assim, para os democratas, Augusto Santa Cruz protagonizaria cenas de um total despojamento de individualismo, destemido a enfrentar qualquer perigo em defesa de seus valores, de suas crenças políticas, mesmo face a face com a perseguição do governo do

Estado. Buscava-se passar a impressão de que em nenhum momento o desespero teria lhe tomado, mantendo-se firme em seus propósitos, em seus valores. Augusto Santa Cruz é caracterizado pelo *Estado da Parahyba* como um herói na luta contra o despotismo oligárquico. Já Lima Filho

tem sido até hoje, para nós que mourejamos a seu lado e para a pátria parahybana, mais do que um combatente comum no círculo da política regional e sim um campeão destemido e valoroso, blindado de rijo aço, que jamais se molgou nos prelios ardentes e incessantes, diariamente, empenhados em prol da democracia e dos direitos dos fracos e dos oprimidos. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 18 jun., 1911, p. 1)

O jornal dos democratas depositava nas ações de Augusto Santa Cruz a esperança de se realizar uma reversão no cenário político paraibano, via a possibilidade da derrocada do Alvarismo e de sua possível ascensão ao comando do Estado. Mas “A contrapolítica deve também fazer-se política da imagem e do imaginário, produzir efeitos e ser provocadora de emoções.” (BALANDIER, 1982, p. 68) Ou seja, para buscar impingir a Augusto Santa Cruz o papel de herói, de revolucionário, o credenciando assim como um bravo opositor ao Alvarismo, o *Estado da Parahyba* construiu toda uma rede de enunciados para cultivar nos paraibanos a idéia de que a revolta de Augusto Santa Cruz

(...) não do facinora sedento de posição conquistada pelo fogo e pelo ferro, e sim do desilludido, das garantias leaes de que se via privado, narra ao vivo, a injustiça de nossos adversarios, dando-lhe uma feição contraria a generosidade que ostenta-se na liberdade concedida aos refens; ...” (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 23 jun., 1911, p. 1)

O jornal estaria, seguindo a discussão de Girardet, a invocar o mito do *Salvador*, daquele que “aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo a beira do precipício, recusa submeter-se ao destino.” (GIRARDET, 1987, p. 80) Não que no caso específico da revolta em estudo, Augusto Santa Cruz fosse visto pelos democratas como o “*salvador*” de todos, a única esperança realmente, mas sim como mais um componente do cenário da dramaturgia política.

Tratava-se de deixar bem claro que Augusto Santa Cruz não era um bandido, como queria fazer crer o *A União*, mas sim alguém que estava a liderar uma parcela de paraibanos revoltados contra os desmandos do Alvarismo. Ele era dotado do poder dramático próprio do “herói popular”, cuja “carreira não tem por origem o crime, mas a injustiça. É para lutar contra esta que ele entra em rebelião. Sua violência é reparadora, ele corrige os abusos, (...). Ele nunca prejudica seu povo, é respeitado, admirado, encorajado e auxiliado.” (BALANDIER, 1982, p. 58)

Essa imagem de “herói”, de “salvador”, construída para Augusto Santa Cruz, foi feita unicamente com a intenção de justificar suas ações e de alimentar as críticas incisivas ao

governo de João Machado e à oligarquia alvarista como um todo. As ações de Augusto Santa Cruz eram assim caracterizadas pelo jornal democrata:

Os acontecimentos d'Alagoa do Monteiro, senão tceem o valor e os característicos de uma reacção social contra o despotismo da olygarchia que S. Exc. Preside, é, em todo caso, uma manifestação vehemente do desespero de uma parcela dos perseguidos, a quem o poder publico sobrecarrega de obrigações, sem garantir-lhes os direitos.

Puna-se o crime, dizemos nós, dizem todos que comprehendem os beneficios decorrentes da ordem publica; mas o que tem feito o Dr. João Machado em grande parte, é satisfazer aos caprichos do ódio, é servir a interesses inconfessaveis dos especuladores, que o ajudam a manter intangivel o predomínio absoluto de sua politicagem familiar. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 13 jun., 1911, p. 1)

Assim, o *Estado da Parahyba* defendia Augusto Santa Cruz e suas ações ao mesmo tempo em que combatia as de João Machado, pois, para os democratas, este era o bandido de fato, por ter permitido que em seu governo ocorressem perseguições nutridas unicamente pelos interesses de perpetuação no poder da oligarquia alvarista. Além disso, João Machado era rebaixado, dentro da escala hierárquica da oligarquia, a simples executor das vontades dos “mandões” do Partido Republicano Conservador, sendo o principal, seu irmão Álvaro Machado, o “chefe supremo” do partido, que contava com o apoio incondicional do “santo padre”, Walfredo Leal.

João Machado era representado assim como um capacho subserviente às ordens dos oligarcas, um pobre coitado desprovido de vontade própria, apenas mais uma peça da engrenagem oligárquica. Segundo o jornal,

É a grande victima, incontestavelmente, o principal representante do governo do poder publico, condemnado a contemplar as ruínas para as quaes trabalhara de concerto com os interesses dos que o cercam e podem perdcl-o. sob o aspecto de uma autonomia contestada e sem razão, entregue aos impulsos de uma subserviencia, que o reduz a representar o papel de mumia!

(...) Com a politica barbara da sujeição do Presidente do Estado, aos caudilhos politicos, que dizem representar a sociedade, temos em perspectiva mais que isto, tocamos o proprio absurdo de uma ridicula e insensata pretensão e de uma arrogancia pueril, formando o plexo de idéas antagonicas, aconselhando o exquisito methodo de defenderem os erros do governo aquelles mesmos, que deram causa a elles. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 17 jun., 1911, p. 1)

Percebemos, assim, como as identidades dos principais atores da revolta iam sendo construídas. Tratava-se sempre de edificar um lugar para o eu a partir do lugar destinado ao outro, ao mesmo tempo em que esse lugar do outro surge a partir do lugar instituído para o eu. Por isso se diz que a identidade é relacional, ou seja, ela emerge por meio da relação que o eu estabelece com o seu outro, sendo esse outro justamente aquele que não pensa como o eu, que é diferente.

A afirmação da identidade ocorre em meio ao estabelecimento da diferença, ou seja, o meu outro é aquele que não se enquadra no que eu “sou”. Parte-se, aqui, do pressuposto de que a produção de identidades é um processo contínuo, permanentemente reformulado em

nosso dia-a-dia, nas diversas relações em que atuamos e que influenciam a forma como vemos a nós mesmos e aos outros. Muitos teóricos defendem que o que “somos” surge quando nomeamos aquilo que não somos, e que o outro é. Sendo assim, “A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, (...)” (WOODWARD, 2000, p. 41)

No entanto, podemos falar também em identidades híbridas, identidades que surgem exatamente do imbricamento do eu com o outro, em que ambos se renovam. Neste sentido, é pertinente inserirmos o pensamento de Peter Burke, o qual nos esclarece que “Cada grupo se defini em contraste com os outros, mas cria seu próprio estilo cultural (...) pela apropriação de itens dos acervos comuns, juntando-os em um sistema com um novo sentido.” (BURKE, 2000, p. 259)

Portanto, para que os alvaristas tomem para si a imagem de homens bons, é necessário que eles ressignifiquem a fala do jornal democrata. O que lá é posto como ações em defesa dos cidadãos oprimidos, da democracia, é transformado, pelo jornal *A União*, em ações de sanguinários. O mesmo fato assume, desta forma, um *status* diferente em cada jornal e é essa “re-contextualização”⁴¹, feita de acordo com os interesses de cada grupo, que provoca a elaboração de uma identidade nova, híbrida na medida em que surge do entrelaçamento dos alvaristas com os democratas.

Os alvaristas não se constituiriam enquanto “homens de bem” por si só, nesta identidade que constroem para si, está presente o “outro”, os “protetores dos lares paraibanos” surgem da presença daqueles que “anarquizam a família paraibana”. Da mesma forma ocorre com os democratas. A definição de defensores de uma política liberta do mando oligárquico, com a qual se revestem, torna a identidade construída pelos oposicionistas para si resultado da presença dos “corruptores” da República, da democracia. No democrata, está o oligarca alvarista que impele o surgimento de uma oposição “irrefreável” na luta contra as oligarquias.

Nessa guerra de retóricas ricamente elaboradas, as identidades estão a todo o momento sendo reformuladas a partir de novos elementos postos pelos dois grupos políticos nos diálogos constantes que travavam. O jornal *A União* também travou um debate diretamente com Miguel Santa Cruz, após este ter publicado um manifesto no *Estado da Parahyba*. Segundo o *A União*, logo durante os primeiros dias do conflito, ao conversar com João Machado, Miguel teria se disposto a tentar demover Augusto Santa Cruz de suas pretensões

⁴¹ Peter Burke utiliza esta palavra se referindo ao processo em que um bem cultural é transposto e ressignificado para um outro contexto. Ver BURKE (2006, p. 91).

com a prisão das autoridades monteirenses, indo pessoalmente conversar com o irmão. Durante este encontro com o presidente, Miguel teria suplicado

piedade para si, enquanto fazia acres censuras ao nevrotico dr. Augusto, contra quem o humilde bacharel, assacou tristissimas inventivas, chegando ao ponto de renegar os laços de sangue que fraternalmente uniram até Abel e Caim. (...) O dr. Miguel, com a face rubra e o lenço molhado, a voz tremula, e, refalsadamente humilde, prometteu intervir perante seu infeliz irmão. (...) O dr. Miguel, chorando em palacio, e hontem apparecendo pela imprensa, tentando morder a auctoridade suprema que só tivera palavras de alento para a sua fraqueza de irmão esquecido dos sagrados laços de fraternidade, é sobejamente UM IRMÃO DESNATURADO. (sic) (A UNIÃO, 08 jun., 1911, p. 1)

Após voltar atrás, desistindo de ir conversar com o irmão por se sentir inseguro em ir ao palco dos acontecimentos, e tendo publicado um manifesto contra o governo do Estado, Miguel se torna também um alvo dos ataques dos alvaristas. Retrucando-os por meio do *Estado da Parahyba*, ele coloca:

Affirmou ainda o meu detrator, calumniosa e infamemente, que quando pela única vez que estive no palácio do governo, em companhia do meu velho e honrado sogro Tenente-coronel José Bezerra, injurei a meu irmão e desci a mais baixa das humilhações, facto este por todos testemunhado no salão vermelho do mesmo palácio.

Uma tal affirmativa é a revelação mais completa e acabada da revoltante infamia, que bem estereotypa e difine o character e a perversidade de quem a fez. . (sic) (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 10 jun., 1911, p. 1 – grifos do autor)

As injúrias eram feitas de um lado ao outro, mas se, nas páginas do *A União*, os atores políticos que representavam os bandidos, os vilões, eram Augusto Santa Cruz, Lima Filho e seus aliados, os que protagonizavam as ações benéficas, os mártires em toda esta história eram, obviamente, os membros do Alvarismo. Em contraposição à animalidade dos opositores, são postas a dignidade, a competência dos alvaristas, reiteradas vezes, algo feito com a intenção de “dar a impressão do poder recorrendo ao imaginário, ao irracional, ao simbólico, às armadilhas das esperanças dos governados.” (BALANDIER, 1982, p. 67)

A João Machado foi conferido o papel de protetor da ordem, da lei, pois ele era

O honrado e criterioso Presidente do Estado [que] não vacillou um momento: e, enquanto imposições e propostas indecorosas eram apresentadas pelo sanguinário bacharel, Sua Exc. agia na altura dos acontecimentos, sem paixões, sem odios, sem vinganças, mas, inflexível e energico dentro da lei. (sic) (A UNIÃO, 03 jun., 1911, p. 1)

Além de João Machado, todos que se posicionaram contra a revolta de Augusto Santa Cruz foram considerados como protetores do bem público, da família, desde os soldados e comandantes da força policial, tanto de Pernambuco como da Paraíba, como os coronéis de todo o Estado que se solidarizaram com João Machado e com os reféns, os ajudando quando foram libertos. Quanto aos reféns, estes foram tidos como verdadeiros mártires. Vamos destacar aqui dois destes últimos: Pedro Bezerra e Inojosa Varejão.

Pedro Bezerra, o grande rival de Augusto Santa Cruz, na política local de Alagoa do Monteiro, foi caracterizado pelo *A União*, como um dos membros mais dignos do Partido Republicano Conservador, dignidade esta demonstrada pela sua postura em todo o desenrolar das ações de Augusto Santa Cruz, pois

o que ninguém contesta é que aparece altiva e inapagável a figura desse camponez rústico, mas digno e abnegado a quem está confiada a direção política do município de Monteiro, o coronel Pedro Bezerra, traçando, num surto sublime de desprendimento e de valor cívico, essa longa trajetória de coragem, de dedicação e lealdade sob a influência de um dos mais terríveis e acabrunhadores martírios registrados nesse últimos tempos. (sic) (*A UNIÃO*, 07 jun., 1911, p.1)

Pedro Bezerra representava o papel de homem forte, inabalável mesmo nas mais difíceis ocasiões. Dotado de uma história de vida construída com muita luta e coragem, que o mantinha em um patamar muito acima do qual estava o “sanguinário” Augusto Santa Cruz, já que

(...) Em toda essa história que enlucou o coração parahybano, em completo antagonismo aparece de um lado o bacharel Augusto Santa Cruz Oliveira, o covarde que no sangue indefeso de seus patricios mergulhou a arma homicida, fugindo depois miseravelmente das consequências da hecatombe que ele preparou e que tantas desgraças produziu, do outro, como um padrão de glória na mais heroica das resistências e modelo inconfundível da digna altivez, o coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal, que não teve sequer um momento de tibieza, um instante de enfraquecimento no seu modo de falar e agir. (sic) (*A UNIÃO*, 07 jun., 1911, p.1)

Percebemos aqui como a identidade de Pedro Bezerra foi construída a partir do diálogo com a identidade conferida a Augusto Santa Cruz. Na idealização de um Pedro Bezerra forte, imperioso frente às armadilhas da vida, está presente o Augusto Santa Cruz “tresloucado”. O mesmo ocorre com o Augusto Santa Cruz herói idealizado pelo *Estado da Parahyba*. Para que Augusto se revoltasse em defesa de si e de todos que qualificava como oprimidos, perseguidos, era necessário existir um Pedro Bezerra déspota, opressor. A liderança política de Pedro, tida pelos alvaristas como exemplo de dignidade, civismo é ressignificada pelos democratas como tirania, como um governo que, alinhando-se com a oligarquia alvarista, só oprime o povo. Assim, as identidades de ambos surgem da presença de um no outro.

O “bandido”, o “sanguinário” Augusto Santa Cruz também estava presente na construção identitária daquele literalmente chamado de mártir pelo *A União*: Inojosa Varejão. O *A União* lhe atribuía a imagem de mártir ao enfatizar os momentos de sofrimento que o refém Inojosa teria passado “injustamente”, nos dias em que esteve privado de sua liberdade, pois, como coloca o jornal governista

Motivo de imenso regosijo para a sociedade parahybana e para o governo do Estado, a salvação de Inojosa Varejão é uma vitória contra o banditismo em campo nos altos sertões patricios, porque, longe de ser um acto de generosidade incompatível com o animo docente do tragico do Areial, ella é a mais segura prova da coragem serena do martyr do dever e da legalidade. (sic) (*A UNIÃO*, 04 jun., 1911, p. 1)

O mártir se fez necessário, portanto, a partir dos atos de Augusto Santa Cruz, atuando na tarefa de re-implantar a “paz” na Paraíba, ameaçada pelas ações do “trágico do Areial”. Mas os principais atores dessa história que estamos a estudar, não tiveram os contornos de suas atuações delimitados apenas pelos editoriais do jornal *A União* e do *Estado da Parahyba*. Estes jornais utilizaram outros tipos de gêneros textuais para qualificar e/ou desqualificar os envolvidos na revolta de Augusto Santa Cruz, algo que demonstra o fato de que as identidades podem ser construídas sob diversas formas, almejando sempre instituir os significados desejados por este ou aquele grupo.

2.3 A revolta de Augusto Santa Cruz entre ironias, sátiras e dramatizações.

A intenção, neste item, é analisar alguns textos presentes nos jornais sob a forma de diálogos, cartas, entrevistas e relatos dos festejos de recepção aos reféns de Augusto Santa Cruz, após sua libertação, nos quais a ironia, a sátira e o drama servem como pano de fundo, conferindo, ao momento político, algumas vezes, ares de comédia.

O *A União* e o jornal *O Norte* publicaram entrevistas concedidas por alguns dos reféns de Augusto Santa Cruz e também por outras pessoas que testemunharam os fatos. Os relatos eram praticamente os mesmos, até parece que se montava um roteiro de perguntas comum aos dois jornais. Daí, termos optado por usar prioritariamente o exposto pelo jornal *A União*.

Sobre estas entrevistas, a opinião do *Estado da Parahyba* era de que os redatores do jornal estatal “ageitaram as perguntas e enrolaram as respostas dos entrevistados, de modo a atirar toda responsabilidade decorrente dos crimes em Alagoa do Monteiro, sobre seus adversários.” (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 15 jun., 1911, p. 1) Os trechos das entrevistas que mais chamaram nossa atenção, e que serão aqui analisados, dizem respeito, principalmente, às referências feitas às ações dos homens que compunham o bando de Augusto Santa Cruz e que nos revelam como vivenciavam a revolta em seu dia-a-dia.

O bando era composto, principalmente, por moradores que viviam nas propriedades de toda a família Santa Cruz, alguns parentes diretos também participavam, além de alguns homens provenientes do cangaço. Era como se esses homens e Augusto Santa Cruz formassem um verdadeiro exército, pois como relata Inojosa Varejão “Formavam o Estado Maior de Santa Cruz, o General Sombrio, seu primo Júlio Salgado, seus sobrinhos Santinho e Senhorzinho e o famigerado Germano Barros”. (VAREJÃO apud A UNIÃO, 17 jun., 1911, p. 2)

A paródia não pára por aí. O “quartel-general” de Augusto Santa Cruz, denominado de “General sombrio”, era a vivenda, a casa de morada na fazenda Areial. Quanto à forma como Augusto Santa Cruz tratava os “cabras”, os homens que compunham seu bando, Inojosa diz que eram tratados com “docilidade”, disso se originando o “acatamento” que eles tinham para com Santa Cruz. Diz ainda que os reféns ficavam “sob as vistas” dos “cabras” durante todo o tempo, nas refeições, nos banhos que tomavam no açude, e até nos passeios que davam.

O padre João Gomes que manteve, em sua casa, todo o bando e os reféns, durante o período em que ficaram na vila, relata que na ida, para a fazenda Areial,

Santa Cruz mandou fazer um verdadeiro quadrado de cabras, collocando os prisioneiros no centro. Todos os cabras tinham lenços encarnados no peito, mantas a tiracollo, chapéus de couro, alpercatas, rifles, punhaes, pistolas, cartucheiras e saccos de balas e comida. Algumas cargas de armas e munições eram conduzidas.
A meu pedido e do padre Onofre, os prisioneiros foram a cavallo. (sic) (GOMES apud A UNIÃO, 23 maio, 1911, p.1)

Já a narrativa de Albino de Souza, outro refém, expõe as ações dos “cabras” sempre no sentido de denunciar o desrespeito a que os reféns estavam submetidos o tempo todo. Ele relata que, na viagem da vila até o Areial,

A 1 legua da villa, Santa Cruz, mandou montar um cabra na garupa de cada prisioneiro, com excepção da do coronel Pedro Bezerra.
(...) [Já no Areial] foi servido o primeiro almoço na fazenda.
Os prisioneiros sentaram-se á mesa, com os cangaceiros, servindo-se o dr. Santa Cruz e seus íntimos a parte.
É preciso dizer que em todas as nossas refeições, desde este primeiro almoço, eram feitas com os criminosos.
Éramos assim igualados aos terriveis bandidos.
(...) Em redor da fazenda, Santa Cruz mandou fazer trincheiras de pedra e madeira. Os facinoras nos tratavam miseravelmente, decompondo-nos com as mais feias injurias. (sic) (SOUZA apud A UNIÃO, 08 jun., 1911, p. 1)

Albino relatou praticamente as mesmas informações ao jornal *O Norte*, acrescentando, no entanto, que “Os cangaceiros no Areial, que nos guardavam, vestiam as minhas roupas, relógios e outros objetos.” (SOUZA apud O NORTE, 08 jun., 1911, p. 1) Estes objetos teriam sido pegos durante a invasão à residência e ao armazém de Albino na vila. Ao relatar estes fatos, enfocava sempre as práticas dos homens como humilhações, vergonhas a que os reféns foram submetidos. Considerava os reféns como “homens de bem”, de “prestígio” que foram obrigados a conviver com homens que caracterizava como bandidos da pior espécie. Classificando, assim, como uma total vergonha, um desrespeito, o fato de serem submetidos às vontades dos “cabras” de Augusto Santa Cruz.

De fato, cavalgar, durante horas, com um homem na garupa, deve ter sido vergonhoso para os reféns, pois, até hoje, é bastante incomum dois homens montarem juntos no mesmo cavalo, pelo menos na região de Monteiro. Mas, as ações dos cabras, relatadas por Albino,

significariam o que mais? Esse ato de envergonhar, de desrespeitar, de humilhar publicamente as autoridades, transformadas em prisioneiros, coaduna-se com a fala de Balandier (1982), quando este diz que “o poder, que não é exercido segundo as convenções e o aparato prescrito, descamba para o ridículo.” (p. 33-34)

Compreendemos, pois, que os homens do bando de Augusto Santa Cruz viram, nesta oportunidade, a possibilidade de submeterem os reféns ao seu poder, à sua autoridade, que, se não era legalmente legitimada, estava, mesmo que momentaneamente, instituída. Estes homens não chegaram a cometer violências físicas, mas julgaram e condenaram os reféns por meio da ridicularização, da zombaria, até porque “o temor do ridículo é imanente, seu ataque mata simbólica ou realmente e com tanto ou mais eficiência quanto maior a projeção social da vítima.” (BALANDIER, 1982, p. 24)

Ridicularizar, zombar também faz parte do jogo do poder. Balandier ilustra bem isso, principalmente, com exemplos do continente africano. O autor relata que na Costa do Marfim, no intervalo entre a morte de um rei e a ascensão de um novo, surgia um falso “rei”, que toma conta da morada real, que “imita em tudo o rei desaparecido; ele se apodera das vestes, das jóias e das insígnias do morto; (...) [só não tem acesso] aos bens e aos tesouros reais. Ele é a dublagem paródica do verdadeiro rei.” (BALANDIER, 1982, p. 47)

Em contraste à austeridade do luto, instaura-se o excesso, a irrisão, a desordem. Mas toda essa desordem faz parte do jogo do poder, ela é instaurada por meio de uma “dramatização ritual”, de onde a ordem retira as forças para se revigorar, pois o novo rei, ao surgir, “tira da desordem instituída, durante o interregno, meios para reavivar a força da realeza.” (BALANDIER, 1982, p. 49)

Foi mais ou menos esse o uso que os alvaristas fizeram do “desrespeito” impingido aos reféns pelos “cabras” de Augusto Santa Cruz. Tudo o que os governistas julgavam desrespeitoso, atitudes dignas de “sanguinários”, era enfocado pelo jornal *A União* para legitimar as ações de repressão que estavam realizando, as quais eram representadas como ações para expurgar a desordem, o caos, e que mostravam quem eram os “verdadeiros” guardiões da ordem no Estado da Paraíba. Ou seja, os relatos, desqualificando as ações dos “cabras”, inseriam-se no processo constante de construção de identidades.

Obviamente que, mesmo estes relatos não tendo sido, sistematicamente, contestados pelos opositoristas, restam-nos dúvidas quanto à veracidade de tais informações, se estas não foram elaboradas simplesmente para desqualificar as ações de Augusto Santa Cruz. No entanto, as dúvidas não nos impedem de tentar atribuir sentido a sua exposição pelo jornal governista, bem como ao significado que teriam no ambiente na revolta.

Outros relatos das ações “desrespeitosas” dos cabras foram feitos. Ulisses Costa, comandante da força policial pernambucana, diz que o negro Vicente

Esse faccinora ostenta em um dos dedos o anel de bacharel do promotor publico que, como se sabe, é um dos prisioneiros.

O negro Vicente tomou o dr. Inojosa, que é o promotor, e o coronel Pedro Bezerra ao seu serviço particular; mandando-os vêr agua para si e seus sequazes, fazer cigarros e outros misteres. (sic) (COSTA, apud A UNIÃO, 17 maio, 1911, p. 1)

Este fato não foi relatado por Pedro Bezerra, nem por Inojosa Varejão nas entrevistas que concederam, se realmente ocorreu, preferiram omitir. Talvez por acharem humilhante demais trazer à tona o relato de terem se tornado serviçais de um bando de “cangaceiros”, preferiram silenciar, pois nem sempre se fala tudo no jogo do poder, uma vez que “A arte do silêncio é parte da arte política.” (BALANDIER, 1982, p. 13)

Sobre a estadia dos cabras e reféns em sua casa, o padre João Gomes relata:

Em minha casa a lucta éra sem cessar.

Pouco se dormia. A noite os cabras organisavam côcos, gritavam, discursando para imitar o dr. promotor público, praticando, enfim, toda sorte de desrespeito, sempre audazes e imperiosos.

O commandante da guarda de minha casa era um tal Germano, parente de Santa Cruz e ex-sargento de Policia de Pernambuco. (sic) (GOMES apud A UNIÃO, 23 maio, 1911, p. 1)

Os “cabras” de Augusto Santa Cruz, desprovidos de qualquer amparo legal, assim exerciam a sua prática política, instituíam a sua autoridade, a sua ordem. Invertendo papéis, tomando para si, momentaneamente, o poder de mando, ao mesmo tempo em que submetiam as autoridades legalmente legitimadas, estes homens estavam atuando na dramaturgia do poder, exerciam seus papéis no cenário político da revolta de Augusto Santa Cruz. Representavam pautados pelo processo de inversão “que permite virar o tempo no avesso, metamorfosear a escassez em abundância, o acabamento em consumo, romper censuras e as conveniências, em proveito da festa, dar lugar às contestações, dissolvendo-se na irrisão e na diversão coletiva.” (BALANDIER, 1982, p. 54)

O espaço da revolta foi transformado, pelos homens que acompanhavam Augusto Santa Cruz, em local de contestações políticas promovidas em meio ao divertimento, e que conferiam à revolta um tom tragicômico. Ficamos a imaginar como teria sido a cena de homens semi-analfabetos, imitando as autoridades públicas em seus discursos, autoridades estas que assistiam a tudo na condição de público refém.

Em alguns trechos, às vezes, os entrevistados carregavam no tom dramático de suas narrativas. O mais interessante deles refere-se ao relato que Pedro Bezerra fez de seus últimos momentos em contato com Augusto Santa Cruz e seu bando, quando já estavam na fronteira da Paraíba com o Ceará, passando por dificuldades financeiras. Aí, em meio à escassez de recursos,

Santa Cruz, completamente desiludido, chamou-me em particular, pedindo-me algum dinheiro emprestado, por estar muito necessitado.

(...) Tomei então um conto de réis emprestado, entregando-o ao meu desventurado algoz, na presença do coronel Zuza Lacerda e de seu filho.

Comprei ainda, de minha livre vontade, um boi, farinha, rapaduras e sal, entregando a Santa Cruz. (sic) (BEZERRA, apud A UNIÃO, 27 jun., 1911, p. 1)

Pedro Bezerra tomou para si a imagem de homem bom, destemido que o *A União* lhe conferia e tanto alardeava. Fez questão sempre de se contrapor a Augusto Santa Cruz, encarnando o bem, a bondade, pois, além de lhe emprestar dinheiro, foi capaz até mesmo de sentir pena de todos aqueles que estavam sendo seus “algozes”. O relato dramático do contato final que teve com Augusto Santa Cruz e seu bando é digno de menção, pelo nível de “bondade” que Pedro teria atingido, pois

(...) Ao passar pelo acampamento sinistro [onde Santa Cruz e o bando estavam estacionados] fui recebido logo a distancia pelo cabroal pedindo-me muitos perdão, outros recommendando as suas familias ficadas no Monteiro, etc.

A familia de Santa Cruz, em estado deploravel despedio-se de mim com lagrimas nos olhos.

Santa Cruz abraçou-me o mesmo fazendo seu cunhado Hugo.

(...) Tive pena, confesso, até do próprio dr. Santa Cruz, que tantos dias de tortura me fez passar, ameaçando-me a cada passo de morte! (sic) (BEZERRA apud A UNIÃO, 27 jun., 1911, p. 1)

Um relato como este servia para corroborar as características que o *A União* pregava para Pedro, buscando suscitar, em todos que o lessem, o sentimento de que ele era um homem de bondade “admirável e insuperável”, pois que ser humano seria capaz de sentir pena e ajudar financeiramente alguém que lhe houvesse ameaçado de morte? Só um homem “digno”, “leal”, “solidário”, como os alvaristas diziam ser o companheiro de partido, Pedro Bezerra.

Todos os elogios continuavam a serem feitos após a libertação. Dentre os festejos de recepção aos reféns, foram os de Inojosa Varejão aqueles, efusivamente, evidenciados. Várias polêmicas, envolvendo Inojosa, ainda se desenrolaram mesmo após sua chegada à capital paraibana. Desde a sua possível fuga, o *A União* e *Estado da Parahyba* debatiam sobre como Inojosa conseguiu a liberdade. A versão oficial divulgada pelo jornal estatal, e confirmada pelo ex-promotor, era de que ele conquistou sua liberdade após despistar os cabras de Augusto Santa Cruz, correr várias léguas, até conseguir um cavalo sem sela e de fato se ver longe de onde o bando estava estacionado. Mas o *Estado da Parahyba* reiterava que ele havia sido liberto pelo “generoso” Augusto Santa Cruz, dizendo inclusive que o próprio Inojosa havia dito isso durante sua viagem de regresso à Paraíba.

Todo o trajeto da volta de Inojosa à Paraíba foi relatado pelo *A União*, desde o momento da sua chegada em Pesqueira/PE para pegar o trem de volta, até as paradas em cada estação e finalmente a chegada à capital paraibana. Em cada parada, dezenas de pessoas, segundo o

jornal, cercavam Inojosa para felicitá-lo, demonstrando-se o contentamento de todos com o seu regresso são e salvo.

O relato com o maior teor de drama, no entanto, refere-se ao desembarque na capital paraibana, principalmente com relação à passeata que se realizou, para a qual o *A União* havia convidado a todos. O jornal narra a realização de um grande evento, em que todos os presentes estavam rejubilados pela volta do “mártir”, o povo enchendo as ruas para saudá-lo. Teria sido uma “grande parada”, daquelas que “Com efeitos aumentados em determinadas circunstâncias, tornadas mobilizadoras pelo fato das comemorações ou dos acontecimentos, pois as massas podem agora ser associadas à dramaturgia política.” (BALANDIER, 1982, p. 61)

O palco para a encenação dos festejos a Inojosa transitou das ruas das cidades à sua casa, no qual todos estavam a representar seu papel, com suas falas bem definidas. Um evento público assim servia para os alvaristas encenarem, com maestria, a peça em que eram os protagonistas do bem, os “heróis”, os “mártires”, cabendo ao povo de forma geral, aplaudir, concordar com o que estava sendo representado. Durante a caminhada pelas principais ruas da cidade,

Ao passar em frente ao palacete do dr. Pedro Pedrosa, à rua Peregrino de Carvalho, estavam à sacada o ex.^{mo} dr. João Machado, presidente do Estado, e sua ex.^{ma} consorte.

Dr. Inojosa Varejão, segundo dissemos, marchava à frente do prestituto, ergueu, forte, estas palavras:

– Viva o ex.^{mo} dr. João Machado!

Ditas palavras foram freneticamente correspondidas por todo o prestituto que, que naquelle ponto, já orçava por muitas centenas de pessoas.

No largo de S. Francisco, poucos metros antes da residência do dr. Inojosa Varejão, a veneranda genitora deste, ex.^{ma} sr.^a d.^a Anastacia da Franca Varejão, aguardava a oportunidade de abraçar seu querido filho, o alvo de toda aquella grande e expressiva demonstração de apreço do povo parahybano. Foi uma scena tocantissima: na physionomia avelhantada da mãe, ternissima como que reviviam contracções juvenis: lia-se-lhe, nos gestos de alegria, nos tramites da emoção suprema, como uma alvorada de risos e cantares,... (sic) (A UNIÃO, 17 jun., 1911, p. 2)

Inojosa Varejão era o centro desta cena, para quem todos estavam direcionados, mas era como se ele soubesse que não poderia ter as atenções só para si, que devia render sua homenagem ao “honrado” presidente do Estado. Daí o “viva” a João Machado, seu e das “centenas” de pessoas que o acompanhavam e que, desta forma, estavam a representar, a fazer parte da dramaturgia política.

E o quão dramatizado foi o encontro entre Inojosa e a mãe? A cena narrada é digna de um roteiro de novela, que tem por objetivo arrancar lágrimas de seus espectadores. A imagem de mártir, construída para Inojosa, estava presente desde os mínimos detalhes até em seu discurso, pois, no banquete realizado em sua casa, “Ao lado de cada talher, na mesa, se via

um cartão com estes dizeres: SALVE! O RESUSCITADO!” (A UNIÃO, 17 jun., 1911, p.2)

Tendo o “ressuscitado” assim dito:

(...) Eu repito agora o que muitas vezes disse nos dias amargos de prisão no Areial: si a patria parahybana exigir de mim provas ainda maiores de minha dedicação, eu chegarci ao extremo do sacrificio de minha propria existencia material, morrendo satisfeito de haver obedecido ás sollicitações da terra querida que me serviu de berço.

Palmas prolongadas corôaram as palavras do illustre manifestado. (sic) (A UNIÃO, 17 jun., 1911, p. 2)

Outros banquetes foram oferecidos em homenagem a Inojosa, sempre com a presença da banda policial. Em algumas noites também eram realizadas “danças”, que duravam até a madrugada. Todos estes festejos serviram como alimento para as críticas do *Estado da Parahyba*, que além de dizerem que os alvaristas os realizavam com o dinheiro público, reiteravam que tudo isso era feito para manter Inojosa calado sobre sua libertação e sobre quaisquer outros detalhes referentes à revolta de Augusto Santa Cruz, que os situacionistas quisessem esconder. Além dos festejos, o ex-promotor foi agraciado com o cargo de auditor de guerra, criado por João Machado, mais um combustível para as críticas do *Estado da Parahyba*, que dizia que, sobre Inojosa, estavam a lançar

(...) toda hediondez e perversidade de repetidas apothéoses envenenadas pela intenção de forçar-o ao silencio.

A ultima nota d'estas manifestações repulsivas da politiquice Presidencial, foi fazer calar o festejado, atando-lhe à boca uma farda de Capitão, miseravel distinctivo, cosido por um decreto inconstitucional, para rebaixal-o do cargo de Promotor publico, ao de auditor de guerra de um simples corpo de Policia, que, em grande parte, vinha dos saques e dos incendios, com que arrasou uma propriedade, na ausencia do contendor a quem perseguia. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 jun., 1911, p.1)

Mas as críticas do *Estado da Parahyba* assumiram outras roupagens. Uma delas foi a de diálogo. Em algumas edições, uma das colunas do jornal trazia um texto sob a forma de diálogo, intitulado “Pedro e João”. Escolhemos um trecho de um deles, que se refere às manifestações de apreço a Inojosa, para expor aqui:

João – Porque este prurido de manifestações à uma victima do ódio e das exigências da política official que antes tinha deixado a vida do festejado à mercê da vingança dos opprimidos, em poder dos quaes elle estava como refen?

Qual será o fim a obterem por meio d'estas encenações espalhafatosas e ridiculas, sob o falso pretexto de premiar o merito, quando realmente, atiram ao vilipendio publico a honra, a dignidade e aspirações do homenageado, cuja inexperiência leva-o a aceitar todo esse monstruoso escameo de seus algozes, como uma prova inconcussa do valor moral de que o despem inteiramente?

(...) Pedro – Certamente, João, a bacanal política a que assistimos é de tal ordem, acentua, caracteriza e difine tanto as modalidades do character dos homens da situação dominante, que me parece inútil qualquer esforço de nossa parte para descobrimos o escopo real de sua conducta. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 18 jun., 1911, p. 1)

Por meio de uma linguagem cifrada, os democratas atacavam simbolicamente os governistas, que não saberiam respeitar, publicamente, a honra, a dignidade de um homem, justamente por não terem tais sentimentos em seu caráter. Sem citar nomes, sem falar

abertamente, passavam o seu recado. As críticas ao Alvarismo povoavam, assim, a maioria das colunas do *Estado da Parahyba*. Dos editoriais inflamados a textos como desse diálogo, que algumas vezes não chegavam a citar nomes. O *A União* também recorreu a outras formas textuais em suas edições, como a resposta que deu a esse diálogo do *Estado da Parahyba*, sob a forma de versos:

João é Lima – esta se vendo –
E Pedro é... Chico Vidal.
É um diálogo estupendo! ...
Como o dialogo tem sal! ...

Eu não compreendo nem nada,
É como botam no ‘Estado’
As palestras da privada,
Segredos do reservado...

Por signal que lá aspirei,
Naquella prolixidade,
Cheiro de... – como direi? –
Um cheiro de... intimidade...

(Varius) (sic) (A UNIÃO, 20 jun., 1911, p. 1)

Os versos, logo de início, tratam de mostrar que os protagonistas do diálogo são Lima Filho e Francisco de Assis Vidal, redatores do *Estado da Parahyba*. O objetivo dos versos é desqualificar as indagações feitas no diálogo, daí o tom satírico que, ridicularizando, visa julgar e condenar, nesse caso, esvaziando de significado, pois os debates políticos, muitas vezes, são feitos no campo da zombaria, de “um jogo do poder, levado ao extremo do arbitrário, utilizando o ridículo como única arma.” (BALANDIER, 1982, p. 24)

Mas as ridicularizações também eram feitas em textos sob a forma de carta. Em uma, com o título “Carta sertaneja”, que teria sido enviada aos democratas por correligionários de Princesa, a fuga de Inojosa é transformada em comédia, fonte de risos, pois

Aqui, sr. Redactor do Estado da Parahyba, a noticia da fuga do Dr. Inojosa, dada pela trindade jornalística a que nos referimos, produziu syncopes em uns, gargalhadas em outros e finalmente, indignação em todos.

O autor desta comedia, em que o Dr. Inojosa representa o papel de fugitivo, espalhado, com rifle e cartucheira em cima de um cavallo, senão de uma égua, em pello a maxucar-lhe a barriga com os calcanhares, a fazer do rifle um rebenque, agarrado a crina do animal, queixo caído, com a bocca aberta, a transpor catingas e montanhas até Piancó, é incontestavelmente, admiravel.

Este é um outro Cervantes com as mesmas inspirações de D. Quixote. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 jun., 1911. p. 1)

A sátira deste texto é a marca principal. A “trindade jornalística” a que se refere é composta pelos jornais *A União*, *O Norte* (que também pode ser considerado situacionista), e *Diario de Pernambuco*, que era o principal veículo de propaganda do governo pernambucano. Inojosa é ridicularizado, a narrativa de sua fuga transformada em história burlesca, que, ao mesmo tempo em que diverte, provoca a indignação por atentar contra a “verdade”.

Outras cartas foram publicadas pelo *Estado da Parahyba*, só que dirigidas a Walfredo Leal que retornara à Paraíba. Intituladas de “Cartas a Monsenhor”, eram enviadas por um “amigo”, sendo que suas ironias transitavam de um teor intensamente denunciador do “despotismo” dos políticos, a “elogios” às suas habilidades de oligarca. Em meio aos debates sobre a destruição da fazenda Areial, recaía sobre Walfredo também a culpa, já que

Relembrando o que de tenebroso e fatal tem cahido no seio desta sociedade, desde que V. Exc. começou a encher-a de graças, chego a acreditar, com a mesma ingenuidade que lhe caracteriza, ter o facinora Antonio Silvino ou Barulhão (de saudosa memória) mais grandeza de alma, que certos amigos de V. Exc. que para consecução de tão alta patente tornam-se ferozes.

Vem a propósito exm.º, o despotismo do Dr. João Machado na questão de Alagoa do Monteiro, com o seu poder invensível a querer avassalar a própria alma do diabo. Austero, como um barbaro, terrível como um tyranno, S. Exc. retratava-se tal qual um Nero, impavido diante da dor e indifferente ante o espetaculo que se desvendava aos olhos do mais fraco observador.

A estatua da tyrannia, exm.º, talvez não fosse melhor esculpida.

(...) Voava aos quatros cantos desta terra, que o corvo a farejar a carniça do Areial, era V. Exc.; que tudo quanto se fez teve o seu assentimento. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 01 jul., 1911, p. 1)

João Machado com sua imponência despótica, estaria assim apto a um duelo com o próprio Diabo. Walfredo, sarcasticamente comparado a Nero, personifica o incendiário responsável pela incineração do Areial. Mas Walfredo, além de incendiário e insensível às dores alheias, possuía outras características, habilidades que outra carta tratou de evidenciar. Nesta, o autor conclama Walfredo a intervir de forma decisiva contra o processo que buscava por fim às oligarquias. Exaltando suas qualidades de conciliador, de articulador, ele diz

Volte se pode, exm.º à epocha que parece vac de todo apagada; empregue a sua habilidade conhecidamente rara, para salvar dos estertores da morte essa situação agoniosa aos nossos destinos e lance os dados da sorte; conquanto já desilludido da protectora sombra do Cattete, cujo programma é um esbarro feliz e necessário a essa nevrose politica, fatal a existência das instituições.

(...) Somente V. Ex. Monsenhor, fará renascer das cinsas, essa phenix – a oligarquia – que a corrente politica da epocha faz desaparecer, sepultando-a com todos os seus horrores e miserias.

(...) V. Ex. não ha de querer assistir o estrebuchar medonho das oligarchias; tão pouco aplicar-lhe a extrema-unção do seu olhar choroso!

Salve esse monstro exm.º que agonisa e conte com seu amigo.

PERICLES. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 04 jul., 1911, p. 1)

Ironicamente, o autor, sob o pseudônimo de Pericles, se diz amigo de Walfredo, depositando nele a esperança de que a oligarquia, que ele havia ajudado a fortificar, não ruísse. Agora, sem o apoio do presidente da República, tudo seria muito difícil, o “santo padre” deveria empenhar todos os seus esforços, pois este é o momento em que se discute politicamente, em boa parte do Brasil, as chamadas “Salvações Hermistas”, ou seja, o processo de substituição nos Estados, dos antigos oligarcas por presidentes militares, capitaneados pelo próprio presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

Em 1912, ocorreria a eleição para presidente da Paraíba. Então, quem seria seu novo presidente? Chegaria, de fato, o movimento das “Salvações Hermistas” a ameaçar o

Alvarismo? É neste contexto que as ações de Augusto Santa Cruz passam a se inserir e é nele que elas são ressignificadas.

3. A Campanha Eleitoral na Paraíba em 1912: as "Salvações Hermistas" como pano de fundo para as ações armadas de Augusto Santa Cruz.

A época da sucessão é um tempo de suspense dramático nos países totalitários, em virtude das incertezas e dos temores que provoca. A crise governamental, ou a simples ameaça de uma partida, gera uma dramatização política nos países multipartidários. (...) Estas épocas são períodos de efervescências; não há nada firme, o movimento se propaga por toda parte, embrulhando os códigos e as convenções, (...).

(Georges Balandier)

As ações armadas de Augusto Santa Cruz, em 1912, não se tornaram o assunto da primeira página dos principais jornais paraibanos, como em 1911. Apesar de mais graves, essas tiveram maior ou menor repercussão, nos jornais, de acordo com os interesses em questão, principalmente no que se refere à sucessão presidencial na Paraíba. Inserindo-se na campanha eleitoral, as ações de Augusto Santa Cruz revelaram a encenação política descambando para o conflito armado, contribuindo para que este período de debates, em torno da sucessão, efervescesse ainda mais, repleto de conturbações e dúvidas.

Afirmando defender a candidatura que o Partido Democrata lançava aos paraibanos, Augusto Santa Cruz mais uma vez fez uso do enfrentamento armado, classificado por ele como reação à "opressão" e às "fraudes" desenfreadas dos governistas. Não teve, no entanto, o apoio incontestado do *Estado da Parahyba*, como em 1911, e novamente, só que não tão rotineiramente como antes, foi alvo das retaliações do *A União*.

Nossa incursão pelos jornais que serviram como fontes para este capítulo se deparou também com lacunas, uma vez que não encontramos exemplares do *A União* do segundo semestre de 1911 e os do segundo semestre de 1912 encontram-se impossibilitados de manuseio. Quanto aos do *Estado da Parahyba*, faltam os do mês de janeiro de 1912. Sanamos parte destas lacunas, utilizando os exemplares do jornal *O Norte* dos meses de julho a dezembro de 1911, únicos disponíveis do período em estudo. Com relação ao retorno de Augusto Santa Cruz à Paraíba, foi *O Norte* que nos deu algumas informações mais substanciais, pois o *Estado da Parahyba* não discutia sobre ações futuras de Augusto,

apenas relembrando as antigas como resultado dos desmandos dos alvaristas.

Os debates entre *A União e Estado da Parahyba* se concentraram nas afirmações dos papéis que seus principais nomes deveriam representar no cenário político. Sendo preponderante, neste contexto, a fixação de Eptácio Pessoa como líder situacionista e a defesa da bandeira “salvacionista” pelos democratas.

3.1 As “Salvações Hermistas” e a escolha dos candidatos ao governo da Paraíba.

Na edição de 24 de junho de 1911, o jornal *O Norte* relata que Augusto Santa Cruz fixou-se no Juazeiro e que não havia notícias que confirmassem o boato de que ele estava querendo invadir o território paraibano, tendo Pe. Cícero lhe aconselhado o desarmamento. Os meses se sucederam e as referências a Augusto Santa Cruz eram feitas muitas vezes a partir de boatos, notícias soltas, até que de outubro em diante elas se intensificaram. Em 27 de outubro, *O Norte* expõe, no entanto, que os boatos de que Augusto Santa Cruz estava articulando uma invasão se confirmaram, pois este “com muita gente, deverá ter partido na manhã de ante-hontem, allegando que vae pleitear as eleições de Pernambuco que se approximam, pois faltam poucos dias para se travar o pleito, que deverá ser formidavel.” (sic) (O NORTE, 27 out., 1911, p. 1)

Os boatos eram que, após a eleição em Pernambuco, Augusto Santa Cruz voltaria à Paraíba para enfrentar novamente seus inimigos políticos. A esta altura, as fronteiras paraibanas estavam guarnecidas por forças policiais, sendo que não encontramos nenhuma informação sobre a participação de Augusto Santa Cruz no processo eleitoral que acabou elegendando o General Dantas Barreto para governar Pernambuco.

A atuação de Pe. Cícero consistiu também em tentar intermediar uma pacificação entre Augusto Santa Cruz e o governo paraibano, por meio da compra das propriedades de Augusto pelo governo. Cícero foi o responsável pelo envio e recebimento dos telegramas da negociação, que acabou não se concretizando. Em telegrama endereçado ao presidente João Machado, publicado pelo *O Norte* de 04 de novembro, Cícero reclama do “pouco interesse” de Pedro Bezerra em resolver o caso, pois estaria cabendo a Pedro representar o governo na negociação, além da tarefa de avaliar o valor das propriedades de Augusto Santa Cruz.

Pe. Cícero relata que o fato de Pedro Bezerra pedir uma avaliação de ambas as partes interessadas foi compreendido por Augusto Santa Cruz como uma cilada para prendê-lo, e como este estava em um estado de “desespero” pela iminência da “extinção” de seus recursos,

estando com “prejuízos [nos] bens e futuro, não atenderá mais a ninguém e de tudo será capaz, declaro não me envolver nesses negócios, nem assumir responsabilidade alguma actos de Santa Cruz.” (sic) (BAPTISTA apud O NORTE, 04 nov., 1911, p. 2) O padre pede então que João Machado com “prudência e reflexão” salve o interior da Paraíba.

A mesma edição do *O Norte* publica também o outro telegrama que Pe. Cícero enviou a João Machado, após a resposta deste. Cícero fala que a compra das propriedades não consiste em submissão do governo paraibano a Augusto Santa Cruz, só que mais a diante diz: “Consta como certo que Santa Cruz invadirá decididamente Parahyba o mais breve, si V. Exc. não resolver já tal negocio e garanto, isso acontecendo, não terá forças nem elementos immediatos para evitar e remediar horrores.” (sic) (BAPTISTA apud O NORTE, 04 nov., 1911, p. 2)

A resposta de João Machado foi a desistência em realizar a compra, dizendo a Pe. Cícero que “diante de imposições constantes de vosso telegramma nada mais me cumpre fazer senão defender o Thesouro do Estado que me não pertence e oppor barreiras às perturbações da ordem publica, cada qual assumindo as responsabilidades de seus actos.” (sic) (MACHADO apud O NORTE, 08 nov., 1911, p. 2) Assim, as negociações se encerram com o padre respondendo que nada quis impor e que apenas lhe transmitiu as pretensões de Augusto Santa Cruz, com o único intuito de promover a paz.

O deslocamento de Augusto Santa Cruz era o assunto de notícias de “ouvir dizer”, até que, no dia 02 de dezembro, *O Norte* anuncia que ele já se encontrava em Vila Bela, município pernambucano, aí teria aumentado o contingente de homens que o acompanhavam, indo, porém, fixar-se no em São José do Egito, também em Pernambuco, pois o jornal relata que lá ele

foi naturalmente bem recebido porquanto a villa está em poder dos antigos elementos opposicionistas ao chefe rosista Sant'Anna.

São José dista seis léguas de Teixeira e 14 do Monteiro, se não nos enganamos, e é bem provavel que o dr. Augusto cumpra as suas promessas de ataque a uma das villas limitrophes.

O plano há muito nos desejos do dr. Augusto era aguardar que o governo de Pernambuco passasse ao denominado *dantismo* afim de elle, com outro elementos (...) conflagrar o estado em várias partes e provocar qualquer intervenção. (sic) (O NORTE, 14 dez., 1911, p. 1)

O *dantismo* de que o jornal fala consiste no movimento que levou, ao governo de Pernambuco, em 1911, o General Dantas Barreto, em meio às chamadas “Salvações Nacionais” ou “Salvações Hermistas”. Segundo Pedro Nunes, Dantas Barreto “em 1891, no posto de major, serviu em Recife por algum tempo, onde chefiou o II Distrito Militar. Na época, visitou Alagoa do Monteiro, onde fez amizade com João Santa Cruz e seus filhos.” (NUNES, 1997, p. 219) Teria sido assim que Augusto Santa Cruz estabeleceu o primeiro contato com o militar, que durante a presidência de Hermes da Fonseca, foi nomeado Ministro

da Guerra, posto que deixou para assumir o governo de Pernambuco.

O Marechal Hermes da Fonseca foi eleito presidente da República em 1910, após uma campanha eleitoral marcada por uma divisão entre as forças políticas dos principais Estados do Brasil. Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra no governo de Afonso Pena (1906-1909), enfrentou Rui Barbosa, senador baiano que era apoiado por São Paulo e Bahia, tendo o Marechal o apoio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além da aquiescência do então presidente, Nilo Peçanha - que assumiu com a morte de Afonso Pena -, e do exército.

A Campanha Civilista empreendida por Rui Barbosa consistia, entre outras coisas, em apontar Hermes da Fonseca como um militar sem programa, enfatizando-se o “perigo do militarismo”. Hermes respondia dizendo que seu governo não assumiria nenhuma feição militarista, até porque sua candidatura teria surgido da vontade dos chefes civis da maior parte dos Estados.

Ao fim da conturbada campanha, Hermes da Fonseca é eleito para o quadriênio 1910-1914, tendo seu governo servido de cenário para os militares buscarem novamente uma participação política mais intensa. Apesar da permanência da corrente que era desfavorável à intervenção das Forças Armadas na política, grande parte dos militares mais próximos a Hermes da Fonseca era favorável a desempenhar uma ação “moralizadora” na política, que diziam estar corrompida pelo domínio das oligarquias, entre esses militares estava Emygdio Dantas Barreto.

Tanto Hermes da Fonseca, como Rui Barbosa, condenaram, durante a campanha, a força das oligarquias, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente eram apoiados por elas. Na verdade, “Não se fala nos problemas das estruturas oligárquicas – a base coronelística – nem no sistema eleitoral. O que se condena é o indivíduo e sua entourage, o domínio e a coerção, o assalto ao orçamento público etc.” (CARONE, 1977, p. 278)

A vitória de Hermes da Fonseca, tendo sido resultado da conjunção do apoio de diferentes grupos – militares, oligarquias dominantes e grupos oposicionistas de vários Estados –, legou ao seu governo pressões oriundas de diferentes interesses. Hermes da Fonseca ficou no fogo cruzado entre as oligarquias preocupadas em manter continuamente seu poder e os grupos minoritários, ansiosos por conquistá-lo. A disputa entre estes grupos ocorreu, principalmente, no âmbito das sucessões presidenciais estaduais que aconteceram entre 1911 e 1912, agitando o país.

Os militares, defensores da “moralização” da política, pressionaram Hermes da Fonseca a lançar as chamadas “Salvações Nacionais” ou “Salvações Hermistas”, política de intervenção federal nos Estados, para substituir os oligarcas por governos militares, ou

apoiados por militares. Era através desta política, que os militares queriam “em nome da democracia e da pureza representativa, libertar o povo escravizado aos oligarcas”. (FAORO, 1995, p. 600) Na prática, tratava-se de substituir um grupo por outro, sem mudanças substanciais na composição política.

A ameaça de intervenção federal, em assuntos políticos por meio de tropas do exército, ocorreu inicialmente em São Paulo, ainda durante a campanha para presidente da República, como forma de pressão, já que o Estado era um dos líderes da Campanha Civilista. Novamente foi cogitada em 1911, já durante o processo de sucessão estadual, mas acabou não acontecendo em virtude de um acordo entre situacionistas e oposicionistas.

Em meio a esses fatos em São Paulo, já vinham se desenrolando as “Salvações do Norte”, tendo os militares sido bem-sucedidos na maioria dos Estados. Para Carone (1977)

os casos de “salvações do Norte” mostram a determinação dos militares em participar do processo político. É verdade que o processo torna-se mais fácil nos Estados do Nordeste, porque é lá que se instalam as oligarquias mais fechadas e intolerantes, o que provoca protestos contínuos contra suas arbitrariedades. As oposições encontram oportunidade única neste momento em que o Exército pretende retomar o poder político. É assim que a convivência do poder central - como durante os governos de Deodoro e Floriano - é fundamental para o sucesso destas empreitadas. (p. 294)

Na Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco, após sérios confrontos entre situacionistas e militares, estes últimos conseguiram a eleição. A participação popular, em menor ou maior grau, em cada um dos Estados, também influenciou a vitória dos militares. No caso específico de Pernambuco, as manifestações do povo contra a oligarquia rosista

são estimuladas pelo apoio ou participação das forças do Exército. Mas quem lidera as passeatas, comícios e batalhas é o povo, que se opõe ao governo, mas que não se identifica com os grupos oposicionistas. Estes é que vão se aproveitar desta participação para galgar o poder. (CARONE, 1977, p. 289-290)

O caso de Pernambuco é aquele que mais nos interessa aqui, pois foi o que mais diretamente influenciou as ações armadas de Augusto Santa Cruz em 1912, até pelas ligações deste com aquele que seria o candidato salvacionista. Desde 1896, Pernambuco era governado pela oligarquia liderada por Rosa e Silva, apesar deste nunca ter sido presidente do Estado.

Rosa e Silva apoiou Hermes da Fonseca para presidente da República, mas, já no início de 1911, começaram os movimentos dos grupos de oposição para a escolha de um nome para ser o candidato à sucessão do presidente, rosista, Herculano Bandeira. O nome escolhido, em maio, foi o de Dantas Barreto, então Ministro da Guerra, surgindo dessa candidatura o denominado dantismo. No entanto, Dantas Barreto só se desligou do ministério, aceitando a candidatura, em setembro, sendo que, ainda em agosto, Rosa e Silva já havia lançado a si próprio como candidato.

Além de se lançar candidato pela primeira vez, Rosa e Silva elaborou um plano para

antecipar as eleições, determinando que Herculano Bandeira renunciasse, pois em tal situação a Constituição do Estado previa a realização de eleições dentro de sessenta dias. Após a renúncia, em 05 de setembro, assumiu o governo Estácio Coimbra e as manifestações de apoio a Dantas Barreto se intensificaram nas ruas de Recife, sendo que, ao aceitar a candidatura, o general acabou deixando Hermes da Fonseca entre a decisão de apoiar seu antigo ministro, ou um aliado que permanecia a lhe dar sustentação política.

A seção de Pernambuco do Partido Republicano Conservador foi fundada por elementos ligados a Dantas Barreto, este era o candidato oficial do partido, por isso membros da cúpula nacional, como Quintino Bocaiúva e Pinheiro Machado, conferiram-lhe total apoio. Já o presidente Hermes, reconhecendo o “constrangimento” em que se encontrava, preferiu abster-se de interferir.

As ruas de Recife tornaram-se cenário para intensos conflitos entre os situacionistas e oposicionistas. As eleições ocorreram em 05 de novembro de 1911. Os primeiros resultados deram vitória a Rosa e Silva, o que provocou a eclosão, pelo Estado, de conflitos cada vez mais graves, dando-se

o assalto simultâneo do palácio do governo, quartel central da polícia, edifício do Diário de Pernambuco e quartel do 2º Corpo de Polícia (II-II). As tropas do Exército e polícia são recolhidas. De 24 a 28, populares atiram contra a polícia, fazem manifestações e comícios, há mortes dos dois lados, e o comércio fecha suas portas. (CARONE, 1977, p. 290)

Após a tomada também do 1º Corpo de Polícia, Estácio Coimbra pediu a intervenção federal, o comandante da Região Militar foi mantido, e no dia 17 de dezembro saiu o resultado oficial: Dantas Barreto foi o vencedor, tomando posse no dia 19. Em contraposição à extensa exposição que faz sobre as “salvações” em Pernambuco, Carone só destina dois parágrafos ao processo eleitoral paraibano em 1912. De forma bastante superficial, Carone (1977, p. 294) atribui à influência de Epitácio Pessoa o insucesso da campanha militar na Paraíba, denominando, erroneamente, Epitácio de chefe da oposição local, quando sabemos que este já fazia parte do grupo situacionista, sendo a oposição liderada pelos democratas.

Desde meados de 1911, os democratas, por meio do *Estado da Parahyba*, já vinham enfocando o “remodelamento político” capitaneado por Hermes da Fonseca, afirmavam que

Depois de eleito o mesmo marechal (Hermes) e de ter elle derribado a oligarchia do cattete, vêm cumprindo a sua promessa derribando as outras que desgraçadamente ainda governavam.

Já felizmente vê-se a derrota das oligarchias que se ufanavam de serem perpetuas e que nos roubaram os direitos de cidadão.

Estamos promptos acceitaremos o candidato a presidência de nosso Estado, seja quem for menos d'esta oligarchia moribunda.

O povo Parahybano tem ainda bastante brio para reppelir esta oligarchia que pretende escravisar todo aquelle que defende o direito e a justiça. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 16 jul., 1911, p. 2)

O *Estado da Parahyba*, se valendo do contexto nacional das “Salvações Hermistas”, passou a defender diariamente que não existia nenhum membro do Partido Republicano Conservador na Paraíba que se enquadrasse na nova conjuntura política, pois todos os republicanos paraibanos estariam “contaminados” pelo ranço do poder oligárquico. Neste momento, o nome apontado, ainda que informalmente, para candidato pela situação na Paraíba era Walfredo Leal, sendo contra ele que o jornal da oposição concentrava seus ataques, chegando a dizer, sarcasticamente, que Walfredo assim se perguntaria:

Serei eu, no caracter de Santo Pastor das ovelhas parahybanas, o futuro Presidente do estado?
 Será o Álvaro, suprema carcaça política carcomida, pelo tempo?
 Será o Prudêncio Milancz, rebento florido da nossa oligarquia, ou o Desembargador Heráclito, bloco vibrante do velho casco do partido?
 A não ser um d’estes, na ordem da classificação quem será?
 (...) O Álvaro, dizem uns, é um homem morto em vida pelos seus achaques phisicos e cansaço moral, um verdadeiro contraste com a robustez, nervosa, muscular e psychica do Santo Padre. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 22 jun., 1911, p. 1)

Ao mesmo tempo em que desqualificava os alvaristas, o *Estado da Parahyba* ia preparando o terreno político para embasar a candidatura de um democrata para a presidência da Paraíba. Os alicerces da candidatura foram tirados das experiências do “salvacionismo” militar nos Estados vizinhos à Paraíba, principalmente do caso de Pernambuco. O jornal democrata apresentava, aos seus leitores, qualidades de Dantas Barreto em contraposição ao mando oligárquico de Rosa e Silva e enfatizava a participação do povo pernambucano no processo que acabou por eleger o general. Além disso, realizava os *meeting*, espécies de comícios políticos de apoio a Dantas Barreto.

O *Estado da Parahyba* assim relatou o “motim” em comemoração à vitória de Dantas Barreto

O espectáculo que se offereceu a nossos olhos, tocou as raias do sublime, garantindo-se que a alma de nossos conterraneos estremece de jubilo, recebendo gostosamente de seus irmãos em soffrimento, do visinho estado do sul as lições de civismo e amor a Republica, sentimentos que formam o caracter do homem no seio das sociedades cultas.
 Vimos o povo affluir sem distincções de classe ao largo de S. Francisco, para connosco tomar parte na sincera manifestação ao grande triumpho alcançado por aquelle que surgindo da aspiração nacional não mede sacrificios para salvar do jugo oligarcha os pernambucanos, infelizes como nós, que soffremos a vinte annos os rigores terríveis de uma tyrania sem conta. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 14 nov., 1911, p. 1)

Paraibanos e pernambucanos sofriam, desta forma, do mesmo mal: a opressão desenfreada do mando oligárquico. Mas a força oriunda do povo, em conjunto com a liderança de um político comprometido com o bem-estar de seus conterrâneos, era tida, pelos democratas paraibanos, como capaz de modificar essa situação. Os discursos proferidos pelos líderes do Partido Democrata enfatizavam principalmente a vitória, a força do povo contra as oligarquias. Ricamente elaborados sob o ponto de vista da retórica, tais discursos visavam

demonstrar o quão confiantes estavam os opositores paraibanos com relação à “imminente” mudança política a ser processada no Estado.

Para conseguirem que suas idéias obtivessem ressonância entre os paraibanos, os democratas preocupavam-se em elaborar seus discursos utilizando sempre uma linguagem que buscava persuadir por meio da ênfase na total convicção que tinham de que seu grupo, ao representar os anseios do novo contexto político que se assentava no país, atingiria o êxito na campanha sucessória para presidente da Paraíba. Os democratas alimentavam assim o jogo do poder, se mostrando como os desbravadores de um novo momento da história da Paraíba, atuavam no cenário político como membros da vanguarda da mudança no Estado, sempre se colocando em contraposição aos governistas, tidos como praticantes de uma política que não mais encontrava alicerce no país.

Além de Lima Filho, presidente do partido, outro que passou a ter destaque como grande orador e defensor das idéias dos democratas foi Miguel Santa Cruz. Miguel passou a aparecer nas páginas do *Estado da Parahyba* não mais como o irmão do “revolucionário” que vinha em sua defesa, mas como membro do partido, se inserindo nas campanhas travadas pelos democratas, para os quais a vitória de Dantas Barreto foi um grito de alerta, contra as oligarquias.

Mesmo diante dessa nova configuração política, que os democratas tanto defendiam, o *Estado da Parahyba* apresentava os alvaristas como aqueles que tentavam ainda, de todas as formas, permanecer no controle político da Paraíba. Como não tivemos acesso às edições do segundo semestre de 1911 do *A União*, colhemos do *Estado da Parahyba* as principais referências que este fez com relação ao jornal governista.

Neste sentido, o jornal democrata atribuiu a Álvaro Machado a negociação e escolha do nome alvarista para concorrer à eleição para presidente estadual, a ser realizada no ano seguinte. Álvaro estaria propondo

(...) ao Marechal Hermes que no caso de não admitir, por uma reforma, que fosse reeleito o actual Presidente da Parahyba, consentisse, quando menos, que o partido situacionista levantasse a candidatura do Monsenhor Walfredo Leal para succedel-o.

Dizendo-nos mais que ao silencio com que o Presidente da Republica acolheu este segundo lance especulativo do proponente, seguiram-se algumas palavras breves, porem, com a concisão de um terrivel desengano. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 12 jul., 1911, p. 1)

Muitas vezes, o *Estado da Parahyba* publicava notícias, ou ligeiras notas, sem relatar a procedência das informações. O que é certo é que de fato Walfredo Leal acabou não sendo o candidato escolhido pelos alvaristas para a sucessão de João Machado. Sob o ponto de vista dos democratas, o nome de Walfredo representava a volta, ao governo do Estado, de uma das colunas em que se alicerçava o Alvarismo. Contra ele se insurgiu até mesmo Arthur Santa

Cruz, o outro irmão de Augusto, juiz em Pernambuco, que pouco se manifestou, pelo menos em jornal, contra os alvaristas. Sobre Walfredo, ele diz:

Elle, o phariseu de batina, outra coisa não fez senão consolidar mais ainda a oligarchia Machado, polvo sinistro a sugar com os seus tentaculos todas as nossas energias e vitalidades. Pois bem, quando está se procurando rumar a Republica por outros caminhos, fazendo-a deste modo entrar em os seus devidos eixos, é que o dr. Álvaro Machado lança ou mandar lançar semelhante candidatura. Em verdade, para montar guarda a sua oligarchia ninguém melhor e mais apto de que o monsenhor Walfredo Leal. Nós, porém, os parahybanos presentemente aqui, que estamos dispostos a reagir contra semelhante escarneo, desde já levantamos o nosso grito de revolta, apellsado (?) para tudo e para todos. (sic) (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 21 dez., 1911, p.1)

O texto de Arthur Santa Cruz resume bem o que era exposto diariamente pelo *Estado da Parahyba*, que a Paraíba não poderia ser a exceção, ao se deixar governar por homens totalmente em desacordo com a tendência nacional de revigoramento político. No entanto, fica claro que tudo não passava de falácia, da encenação de um papel de “salvador”, pois os elementos políticos que compunham os grupos “salvacionistas”, em todo o país, em muito pouco se diferenciavam dos oligarcas, além disso aqueles que atingiram o poder de fato nenhuma mudança política substancial realizaram, não “salvaram” nada, continuando com as mesmas práticas comuns aos grupos oligárquicos.

Quanto à manifestação do *A União*, após a vitória de Dantas Barreto, o *Estado da Parahyba* diz que os alvaristas o saudaram e justificaram sua vitória por ser, Dantas, o candidato do Partido Republicano Conservador, ou seja o candidato do partido que consideravam ser o único a ter o respaldo popular em todo o Brasil. Mas antes assim falavam da política pernambucana: “O sr. dr. Rosa e Silva, retornando da Europa, seguira diretamente para a Capital do Paiz, curar dos interesses políticos do seu grande partido, perturbado no momento por uma *cafila de cavadores de empregos*; ...” (A UNIÃO apud ESTADO DA PARAHYBA, 17 nov., 1911, p. 1)

Além de enfatizar a contradição, portanto, em que caía o *A União*, ora condenando, ora saudando a ascensão de Dantas Barreto ao governo de Pernambuco, os democratas ainda apontaram outro fato que demonstraria a posição contrária dos alvaristas com relação à eleição do general. A questão era que, estando Augusto Santa Cruz em Pernambuco, o governo paraibano, dizendo enviar policiais para persegui-lo, tinha, segundo o jornal democrata, enviado na verdade para convulsionar a eleição. Essas afirmações eram usadas pelos democratas para corroborarem as iniciativas de atingirem o reconhecimento, por parte do governo federal, de que eram eles que partilhavam, na Paraíba, do mesmo ideário político que o presidente.

No início, é lançada a candidatura do próprio presidente do Partido Democrata, Lima

Filho, que era visto por seus correligionários como “o incansável lutador contra a nefanda olygarchia. (...) que tem suas raízes, não no coração do povo, mas no sabre policial e nos cofres do thesouro, em cuja arca mettem mãos criminosas e audazes.” (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 08 dez., 1911, p. 1) A defesa do nome de Lima Filho para presidente da Paraíba não estava assentada na apresentação de ações efetivas de sua carreira política no Estado, mas simplesmente no recurso a uma retórica bem construída de ataques aos governistas e de elogios grandiloquentes ao democrata.

Buscava-se convencer e arrebanhar adeptos puramente por meio de enunciados marcados pela dramatização política, que delimitavam papéis no teatro do poder, persuadindo os leitores a acreditarem no fato de que se Lima Filho era “o incansável lutador” contra as oligarquias, era o nome a ser sufragado por todos os paraibanos, em prol da melhoria do Estado. No entanto, Lima Filho acabou desistindo. Não obtivemos informações precisas sobre a desistência de Lima Filho da candidatura por meio do *Estado da Parahyba*, pois até o fim de dezembro de 1911 ela era mantida, e nos jornais de fevereiro de 1912 já aparece o nome do coronel do exército José Joaquim do Rego Barros, como candidato do Partido Democrata para a presidência da Paraíba. A busca por um candidato militar teria sido uma forma de tentar garantir o apoio de lideranças nacionais e do próprio presidente da República.

Linda Lewin, por exemplo, não faz nenhuma menção à candidatura, e desistência, de Lima Filho, nem expõe como se chegou ao nome do Coronel Rego Barros, mas diz que “O ex-Senador Coelho Lisbôa, que rompera com Álvaro e Valfredo em 1908, quando da escolha de João Machado para governador, coordenou o apoio salvacionista a Rêgo Barros no Rio de Janeiro, enquanto Lima Filho fazia campanha entre os Antigos Liberais dos sertões para o candidato do seu Partido Democrático.” (LEWIN, 1993, p. 264)

A escolha do candidato alvarista resultou, segundo Lewin, da primeira queda de braço entre Walfredo Leal e Epitácio Pessoa, em disputa pelo controle do Partido Republicano Conservador da Paraíba. Em fins de dezembro de 1911, Álvaro Machado, se encontrando bastante doente, pediu ao presidente Hermes da Fonseca que decidisse sobre a escolha do candidato. De um lado, Walfredo insistia em ser o escolhido, do outro, Epitácio pensou em indicar o nome de seu irmão, Antônio Pessoa, mas voltou atrás. No final, Hermes da Fonseca aceitou o nome de João Pereira de Castro Pinto, aliado antigo de Epitácio, que já havia sido indicado para o cargo de senador, por Álvaro Machado. A partir disso, a importância e a influência de Epitácio Pessoa só tenderam a crescer.

A primeira eleição disputada entre Castro Pinto e Rego Barros foi a de senador, ocorrida em janeiro de 1912, na qual o primeiro saiu vencedor. Mas a eleição que marcou a

disputa entre os dois candidatos ainda estava por vir, era a de presidente do Estado.

3.2 A campanha eleitoral na Paraíba em 1912: da defesa da ordem e do progresso à salvação da opressão.

Rego Barros, natural de Mamanguape, era o inspetor da 1ª Região Militar do Amazonas, passou a ser representado pelo *Estado da Parahyba* como aquele que seria o libertador, o salvador do povo paraibano, dentro do contexto instaurado pelas “Salvações Hermistas”. Neste sentido, o jornal passou a lhe atribuir uma carreira militar bem-sucedida, coragem e determinação, características apresentadas como fundamentais para lutar contra as oligarquias. Rego Barros, apesar de ter ocupado o cargo de deputado e membro da Assembléia Constituinte em 1892, não era um nome amplamente conhecido pela maioria dos paraibanos, advindo daí a necessidade dos democratas lhe revestirem de qualidades, algo feito puramente no campo da retórica, sem fornecer qualquer elemento que justificasse o “talento” de Rego Barros para exercer a governança do Estado. Mas o ponto principal é o fato de que a campanha de Rego Barros foi construída com base não só no apelo ao apoio do povo, mas como sendo algo emanado do próprio povo, pois, como o jornal coloca

A candidatura do Coronel Rego Barros proclamada pelo povo subjugado, representa, mais que uma aspiração, o direito de liberdade a conquistar-se com o proprio sacrificio do sangue; não é somente um acto de civismo a ennobrecel-o, é um dever imperioso e forte, imposto pela propria honra e pela propria vida. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 13 fev., 1912, p. 1)

O jornal democrata ao elaborar para Rego Barros a imagem de herói, passou a construir, no cenário político, a identificação entre o povo e seu “herói”. Tratava-se de caracterizar Rego Barros como o homem que estaria na linha de frente da luta contra as oligarquias, aquele que vinha, portanto, “salvar” os paraibanos da política “corrompida”, “desmoralizada” que os governava. Elaborava-se, assim, toda uma retórica que trazia novamente, para o debate político, a figura do *Salvador*, daquele “que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva.” (GIRARDET, 1987, p. 66)

Mais uma vez, a oposição recorria à instituição de um “herói”, de um “salvador”, que tinha agora a missão de redimir, de expurgar da política paraibana todos os seus vícios, impingidos pela oligarquia alvarista. Neste contexto, o povo paraibano passou a ser o elemento que conferia legitimidade à campanha reguista, um povo que, para o *Estado da Parahyba*, era vítima da opressão dos alvaristas. Assim, o jornal oposicionista continuava na mesma linha retórica, no debate “oprimidos *versus* opressores” que intensificou,

principalmente, a partir da revolta de Augusto Santa Cruz em 1911.

Mas quem seria esse “povo”? É atribuída à oligarquia alvarista a opressão, a subjugação da população da Paraíba de forma geral, mas os exemplos que o *Estado da Parahyba* comumente expunha eram de “perseguições” a correligionários dos democratas ou a pessoas que, segundo os opositoristas, não compactuavam com a política oligarca. Assim,

uma parte da sociedade configurada em determinados grupos sociais tenta se passar por inteira, evocando algumas investidas clássicas presentes nas noções de povo, nação e massa. Estas são espécies de figuras de salvação, que funcionam principalmente em momentos de conflito ou situações nas quais se torna necessário realizar a operação simbólica de construção da idéia de totalidade. (BARREIRA, 1998, p. 124-125)

A antropóloga Irllys Barreira, em seu estudo sobre as campanhas eleitorais no Brasil, apresenta o “povo” como um elemento comumente focado como protagonista nas campanhas. Além disso, o “povo”, assim focado, é um ator político que aglutina, em torno de si, a idéia de ruptura e mudança. Partindo desse pressuposto, na visão do jornal democrata, o “povo paraibano” englobava todas as pessoas que estavam preocupadas com a mudança no comando político do Estado, que estavam preocupadas em se insurgir contra a opressão da oligarquia, pois todos, que a esta se submetiam, buscavam, na visão do jornal, simplesmente benefícios pessoais, daí que

O peso e a ignominia da escravidão a que se submetteram muitos, atrofiaram, pouco a pouco, a noção de seus direitos e o valor moral de suas individualidades!
Seguir o governo, seja de quem for e como for, é a regra do grande numero dos accommodaticios, habituados a impor-se pelas bajulações, pela passividade, pelas vilezas do servilismo, enfim.
São estas as causas retardatarias do movimento iniciado para a reivindicação de nossos fôros de homens livres, dispostos a reconquistar a liberdade, custe o que custar, com flores ou com sangue, se a tanto nos forçar a perversidade dominante.
(...) Nossos antagonistas podem, desde já, contratar carpideiras, para acompanhar o esquife da olygarchia, se ella, n'este tempo, ainda tiver carregadores para conduzi-la á vala do esquecimento.
O Partido Democrata não vestirá luto por isto; mas dar-lhes-ha repetidos pesames. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 14 fev., 1912, p. 1)

Na verdade, os democratas passaram a defender, com base em bem urdidadas peças de retórica - conforme o teor da fala acima -, o combate direto ao que chamavam de “coligação oligarca”. Tal “coligação” se referia a presença fundamental de Epitácio Pessoa na condução dos assuntos políticos da Paraíba. A partir de 1912, o Alvarismo, entrou em declínio no sentido de que os grandes nomes do grupo foram perdendo decisiva e paulatinamente sua força de comando, em contraposição à ascensão de Epitácio. O ano começou com um forte golpe na oligarquia, que foi a morte de Álvaro Machado em 30 de janeiro de 1912, sendo que seu “fiel escudeiro”, Walfredo Leal, não era visto, por muitos partidários de seu grupo político, como uma liderança bem inserida nas instâncias federais, mas sim “como um político ‘que não tinha prestígio no Rio, não sabendo sequer entrar nos ministérios’ na capital federal.” (LEWIN, 1993, p. 242)

A força política de Epitácio Pessoa, cada vez mais bem sedimentada em nível nacional, aliava-se ao prestígio que Walfredo tinha no âmbito estadual, entre as bases do poder erigido por Álvaro Machado, com sua ajuda. Mas Epitácio aparecia como um fôlego novo para o grupo dos antigos alvaristas, representando para os políticos paraibanos, segundo Linda Lewin (1993), principalmente a possibilidade de se assegurar a aquisição de recursos federais para obras e incentivos econômicos para a expansão algodoeira. Segundo o *Estado da Parahyba*,

O Dr. Epitacio para os novos christãos, é a vida, a esperança, - o Deus e as garantias do futuro, sob as quaes aquelles que vieram como humildes vassallos, pretendem conquistar as honras dos senhores.

E n'esta expectativa que vemos tudo nos ares.

Walfredistas e Epitacistas atiram retalhos de nuvens contra a corrente, obstruindo-lhe o leito, como unico recurso de não morrerem affogados.

(...) A substituição de uma batina por uma casaca, poderá inverter a elegancia da forma; mas não prejudicará a essencia do programma e que ambas viveram entrelaçadas, visando o mesmo ideal.

(...) os que não foram vender a dignidade pessoal, ajoelhados sobre o balcão dos mercadores que, ha 19 annos, aviltam a moral, a justiça, a lei e a liberdade d'este povo opprimido, estarão condemnados por si mesmos, a viver sob o jugo das obrigações sem direitos.

É este o triste futuro que nos aguarda, si nossos conterraneos preferirem a covardia e a indiferença que os degradam, aos deveres civicos que os dignificam. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 24 fev., 1912, p. 1)

Neste contexto, a campanha de Rego Barros era apresentada como a vontade de um povo corajoso, forte, digno frente aos desmandos oligárquicos. Idealizava-se, portanto, de um lado, um povo destemido, aglutinado em torno de um candidato que representava tudo de diferente em relação aos políticos do grupo de Epitácio Pessoa e Walfredo Leal. Rego Barros era o candidato que representava a volta da moralidade à política paraibana, ao contrário dos situacionistas, acusados de corromperem a democracia, instituindo um poder pautado na injustiça e no descompromisso com o povo.

Sendo Rego Barros o “salvador” do povo paraibano perseguido, oprimido, cabia aos democratas atribuírem a Epitácio Pessoa, ironicamente falando, o papel de “salvador” da oligarquia, dos “polítiqueiros” que só se preocupavam com seus interesses pessoais. A leitura dos jornais *A União* e *Estado da Parahyba* revela que tanto os oposicionistas, quanto os governistas, elaboraram visões de si e dos rivais, construíram seus papéis, formularam as identidades que deveriam caracterizar cada um, delimitando bem o lugar a ser ocupado por seu candidato e por seu opositor. Estabelecia-se, assim, a defesa de uma concepção política concomitantemente à destruição de outra, até porque “a construção da figura do representante é feita com o processo de desconstrução simbólica de seu opositor.” (BARREIRA, 1998, p. 44)

Os textos do *Estado da Parahyba*, em sua grande maioria, não apontavam

características pessoais de Rego Barros, apenas informavam, algumas vezes, que seu trabalho, no Amazonas, era alvo de constantes elogios. O mote da campanha, reiterado diariamente, era conchamar o povo a permanecer irmanado em torno do candidato democrata. Era a busca incessante de colocar o povo como o enfrentante maior na luta contra a oligarquia, demonstrar que do povo é que estava partindo todo o movimento que escolheu Rego Barros como candidato. O povo aparecia como uma espécie de outro “herói”, como o elemento que fornecia todo o apoio, toda a razão de ser para a campanha do “salvador” Rego Barros.

O jornal oposicionista passou a pregar que a mudança política na Paraíba ocorreria de todas as formas, “custe o que custar!”, estando Rego Barros pronto para enfrentar o que viesse, pois

Não resta a menor duvida; a vontade do povo soberano, que, em passados tempos, permanecia escravizada e nenhum raio do sol da liberdade politica recebia pelas frestas das Urnas eleitoraes, hoje, nas mesmas Urnas e fóra d’ellas, ostenta-se resistente, a renovação do inaudito escândalo, que a deshonrava, proclamando, com antecedencia, o nome d’aquelle que deve represental-a, custe o que custar!

A Parahyba repelle a colligação oligarcha, como repellia, sempre por seus filhos independentes a velha oligarchia, que tanto nos bateu por conservar escravizada a autonomia do Estado.

O povo paraybano não consente e nem autorisa combinações que afogentem da cadeira de presidente do Estado o Exm. coronel José Joaquim do Rego Barros, o patriota emerito illustrado o amigo capaz de sacrificios pela liberdade da Patria e pela felicidade da comunhão. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 15 mar., 1912, p. 1)

A legitimidade da campanha reguista era retirada, portanto, da “insatisfação popular” com os representantes da politica dominante na Paraíba. Mas o apoio popular também era o alicerce da campanha alvarista, em prol de seu candidato Castro Pinto. Ocorria que o “povo” era o elemento que conferia peso às campanhas de ambos os lados. Transformado quase que em “herói”, o “povo” era o elemento fundante das duas retóricas em jogo, em disputa pelo poder político na Paraíba, apesar de ser figura ausente, muitas vezes alheia às decisões eleitorais.

Desde o início de 1912, com as eleições para o legislativo, os situacionistas justificavam o sucesso que sempre tiveram, nas urnas, enfatizando que este era o resultado do apoio irrestrito que o povo lhes dava. Diante disso, toda a campanha oposicionista era tida, por eles, como sem fundamento, pois não contava com o respaldo popular. Sendo assim, os governistas faziam questão de anular, pelas páginas do *A União*, qualquer importância política dos democratas, colocando que

Não nos domina o desespero de causa que avassala os adversarios lhes conturbando o espirito e vendo phantasmas por toda a parte a gritar - vota ou morre!

Não; o eleitor é independente e vota com o partido pela sua disciplina politica, pelo seu amor ao progresso, ao engrandecimento do Estado. guiados por esta situação bemfazeja que todo o Estado admira e louva.

O bem estar de que gosamos é a força motora que conduz o eleitorado às urnas a dar o seu voto ao partido Republicano Conservador da Parahiba. (sic) (A UNIÃO, 27 jan., 1912, p. 1)

O povo, na campanha de Castro Pinto para presidente do Estado, era o elemento que conferia, ao candidato, a confiança, a esperança de que a Paraíba não deixaria de seguir o curso do progresso instaurado interruptamente pelos governos alvaristas. Nas páginas do *A União*, o povo paraibano era representado por aqueles que estavam preocupados com a “anarquia” que os democratas estavam buscando incitar na população, por meio da pregação do “sacrifício do sangue”, do “custe o que custar”, para eleger Rego Barros. A partir disso, os governistas instituíram como mote de sua campanha a defesa da ordem, do bem-estar das famílias paraibanas, bem como da continuação do progresso. Tudo isso passava a ser os objetivos da campanha de Castro Pinto, objetivos meramente retóricos, palavras de efeito usadas para impressionar, sensibilizar e conseguir apoio.

Partindo desse pressuposto, os democratas encarnam, nos textos do *A União*, o papel de arquitetos da destruição, que só queriam a implosão da prosperidade paraibana. A campanha oposicionista era representada como a manifestação da “inveja” dos democratas diante dos sucessos contínuos dos governistas. Não conseguindo para si a soberania da vontade popular nas urnas, os oposicionistas teriam partido para a pregação da anarquia como forma de desestabilizar o governo.

Rechaçando o discurso de defensores dos oprimidos que os democratas tomavam para si, os governistas questionavam o porquê de seus opositores não revelarem suas reais intenções, dizendo que

(...) si nossos oppositores não o fazem, é porque não o podem, é porque torturando a boa e sã razão, elles, victimas imbelles da ambição desmedida e sem freio, deixaram o verdadeiro caminho das opposições bem organisadas, para empenharem-se na mais ingrata e deploravel das campanhas - anarchisar a famylia parahybana.

Embebedos nas miragens enganadoras de não sabemos que planos destruidores, julgaram possivel levantar o povo contra o nosso governo, sem nenhuma consideração, pela phase de prosperidade que vamos palmilhando, á custa dos esforços de administrações honestas, pacificas e intelligentes. D'ahi as investidas menos delicadas contra os illustres parahybanos dr. Epitacio Pessôa e Monsenhor Walfredo Leal, que de mãos dadas, unidos pelo mesmo acrysolado amor ao torrão natal, rumaram os negocios políticos parahybanos, pela ampla, rasgada, e illuminada porta da paz e da concordia.

Essa obra generosa de harmonia, tão symphatica a indole de nosso povo, e que sempre foi acariciada pelo nosso nunca esquecido amigo e chefe Alvaro Machado, é o desespero de nossos adversarios, é o remorso vivo que lhes punge n'alma, quando procuram por todos os meios alimentar a discordia no seio da Parahyba. (sic) (*A UNIÃO*, 15 mar., 1912, p. 1)

A “coligação oligarca”, como o *Estado da Parahyba* intitulava a união política entre Epitácio Pessoa e Walfredo Leal, era significada pelo *A União* como a demonstração do desejo dos governistas em manter a Paraíba próspera, como a conjunção de forças contra qualquer tentativa de instaurar o desgoverno. Para conferirem esta significação a tal união política, era necessário que os governistas criassem mais uma encenação sobre o perigo que rondava o Estado se eclodisse a insurreição popular, contra o governo, que diziam estar sendo

alimentada pelos democratas. Ou seja, o *A União* voltou a nutrir o temor, como em 1911, em torno da idéia de que os democratas estavam tentando convencer os paraibanos a se revoltar contra o governo. Mas era, de fato, pura encenação, pois jamais os oposicionistas contaram com um apoio popular forte, que viesse a ameaçar o governo. Tratava-se apenas de criar um cenário favorável à sedimentação da idéia de que eram os governistas os protetores da paz no Estado.

Durante os dias que antecederam a primeira visita do candidato democrata, os textos do *A União* apelavam para que fosse mantida a ordem, para que a chegada de Rego Barros, na capital paraibana, não fosse motivo para manifestações de desrespeito por parte dos democratas. O jornal coloca que

Fóra dos limites em que se devem manter essas manifestações não poderá haver condescendencias, mas estamos convencidos que esses limites não serão ultrapassados pois o respeito a auctoridade é um dever do homem civilizado e nós não estamos em epocha de barbaria, em que por ventura se pretendesse estultamente aniquilar o direito e a lei anarchisando a pacifica familia parahybana. Tudo pela paz, pela ordem e pela tranquilidade dos lares. (sic) (*A UNIÃO*, 21 mar., 1912, p. 1)

Assim, mais uma vez o jornal recorria, em seus textos, ao apelo à “tranquilidade dos lares”. Desta forma, os governistas novamente assumiam o papel de protetores da família paraibana, algo feito durante o desenrolar das ações de Santa Cruz em 1911, como já visto.

Enquanto o *A União* clamava pela “paz”, o *Estado da Parahyba* conclamava todos a irem recepcionar Rego Barros. Além de tradicionais correligionários como Afonso Campos e Clementino Procópio – políticos campinenses –, e também do agora bem inserido Miguel Santa Cruz, na recepção de Rego Barros estariam presentes várias mulheres e crianças. Explicitar isso era uma forma dos democratas demonstrarem que contavam com o apoio de grande parte da população paraibana. Em especial, a presença feminina na campanha reguista foi bastante exposta pelo *Estado da Parahyba*. Três dias antes da chegada de Rego Barros, o jornal democrata relatou que na estação,

Em um vagon especial irão innumeras senhoritas e crianças vestidas de branco com faixas e gorros ricamente preparados com as cores nacionaes, symbolisando esse bellissimo cortejo o sentimento de patriotismo da mulher brasileira, tomando parte activa na manifestação da liberdade contra a tirannia dos falsos apóstolos da Republica. Como tem se destacado em outros Estados onde se ha ferido o combate do direito contra os erros, a mulher parahybana, na vanguarda das manifestações ao salvador do povo opprimido, reveste-se dessa augusta sublimidade, que a fez superior, na vida, em todos os designios. (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 19 mar., 1912, p. 1)

Os democratas recorriam, assim, a toda uma dimensão simbólica para reiterar como seus partidários estavam alinhados com o ideário salvacionista propalado pelo país. Organizar todo um cortejo vestido com as cores nacionais, além de arregimentar mulheres e crianças, fazia parte da encenação de que os paraibanos estavam envolvidos com o movimento contra a “tirania oligarca”, que se espalhava em todos os Estados brasileiros. Ao mesmo tempo em que

o *Estado da Parahyba* vangloriava-se pela presença feminina na campanha reguista, o *A União* utilizava-se de relatos, como o que expomos anteriormente, para satirizar tal campanha. Neste sentido, o jornal governista diz que

os amigos do “Estado” andam, de alguns dias, comprando ganga amarella e verde para, como papagaios, se mostrarem anantes do symbolo nacional. Reduzidos a mais não poder, em numero e em qualidade, elles para figurarem de saos elementos moralisadores e apaixonados pelas coisas civicas, apparecerão aos olhos desarmados do coronel como uns pássaros pintalgados de amarello e verde, mal sabendo balbuciar, em civismos, *o meu louro, você me conhece*, dos nossos papagaios péssimos faladores...

Amanhã darão bom pasto á vis comica popular os *democratas* do “Estado”, tão familiares ao povinho provinciano, apapagaiados por amor á Patria e ás instituições. (sic) (*A UNIÃO*, 21 mar., 1912, p. 1)

As sátiras, metáforas e dramatizações também estavam presentes nos textos dos jornais em 1912. Sobre a estadia de Rego Barros na capital paraibana, durante o dia 22 de março, o *Estado da Parahyba* além de publicar os telegramas de apoio recebidos de várias cidades da Paraíba, fez questão de enfatizar que “O entusiasmo era extraordinario, não obstante a chuva pesada e forte que durou todo o dia e noite de 22. Notava-se no semblante de todos uma alegria indescriptivel, parecendo correr nas veias do povo, sangue de uma nova vida.” (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 27 mar., 1912, p. 1) Aqui o drama político é representado pelo povo que se transfigura, se enche de novas forças para o embate a ser travado contra seus “opressores”.

O jornal democrata não publicou o discurso do candidato Rego Barros, durante a reunião com seus aliados, mas expôs, em uma de suas colunas, o discurso de Catarina Moura, que foi, posteriormente, aclamada presidente da Liga Feminina Pró-Rego Barros. Catarina, que era bacharelanda em Direito, de início enfocou o preconceito que estava vencendo ao tomar coragem para proferir tais palavras, pois muitos ignoravam a mulher enquanto um ser que pudesse participar ativamente da política. Sobre a candidatura de Rego Barros, ela diz:

Estou persuadida de que nada conseguirá afastar-vos da nôrma de conducta que vos traçastes, quando o agudo estertor, o apello dos que aqui agonizam, chegou aos vossos ouvidos nas longinquas plagas que o magestoso Amazonas. vosso irmão em força e impetuosidade, fertilisa e enche de encantos.

Como o Amazonas vos viestes para fertilisar e encantar esta nobre Parahyba. ora tão cheia de aridez e pobre de encantos. (sic) (*MOURA* apud *ESTADO DA PARAHYBA*, 27 mar., 1912, p. 1)

Enquanto a Rego Barros era atribuída, pelos democratas, uma força análoga a do rio Amazonas, ou seja, capaz de levar prosperidade às terras por onde passa, os governistas buscavam assentar a imagem de união para o seu grupo. Em face da morte de Álvaro Machado, Walfredo Leal passou a ser a representação maior do passado de “glórias” da Paraíba, durante o predomínio do domínio alvarista. Neste sentido, o *A União* invocava o povo a reconhecer este passado e a continuar apoiando os situacionistas, sendo que a

Walfredo

A elle que é o nosso timoneiro, em substituição ao inesquecível parahybano Senador Alvaro Machado, cujo nome é uma bandeira de honra, deve o povo parahybano afirmar como em todas as suas ocasiões, a sua solidariedade, o seu apoio, confortando-o na luta pela nossa salvação. Estreitemos-nos constituindo a única força de que precisamos para impormos aos nossos adversarios, o nosso valor moral e político, assentado em um longo passado cheio de glorias e dos mais reaes serviços prestados com honradez e patriotismo á causa publica.

(...) [Walfredo Leal é] o grande obstáculo para as conquistas adversas porque representa com o Presidente Benemerito que nos governa o pensamento do partido que se mantem coheso para enfrentar os maiores embates.

União seja sempre o grito de guerra nosso a que apavora o acampamento inimigo. (sic) (A UNIÃO, 27 mar., 1912, p. 1)

A sugestiva *união*, que o jornal estatal pregava para os governistas, continuava a ter a benção de Álvaro Machado, pois, mesmo depois de morto, ele permanecia na vigília da política paraibana, só que agora transformado em “anjo”, a interceder pelo bem do povo e a interceptar a desordem que os oposicionistas queriam instaurar no Estado. Teatralizavam, assim, mesmo em torno do falecido Álvaro Machado. A própria escolha do nome de Castro Pinto, para candidato do grupo situacionista, era classificada com uma das últimas obras de Álvaro, em prol do progresso da Paraíba, uma vez que

(...) em quanto a desordem alçava o collo, tentando planos sinistros, o anjo tutelar desta bôa terra destendia, ainda uma vez, as suas azas protectoras. No Rio de Janeiro os proceres da política nacional prestigiavam os nossos melhores elementos políticos, resolvendo-se a questão presidencial, ponto de convergência da allucinação dessa demagogia barata dos democratas.

O nome do senador Castro Pinto, esse grande nome de politico impolluto, surgiu coberto dos applausos de todos quanto amam a paz e a prosperidade da Parahyba.

Era o momento solemne de nossa vida política: em quanto o nosso inolvidável chefe o senador Alvaro Machado, cançado pelo extraordinário afan de preoccupar-se com os negócios de sua terra, cahia vencido em sua preciosa saude, (...) nova columna surgia para, ao lado de um Walfredo Leal e de um dr. João Machado, vir offerecer todo o fecundo e precioso auxilio de seu apoio incondicional. Era o Ex.^{mo} Sr. Dr. Epitacio Pessoa.

(...) Si materialmente finou-se Alvaro Machado, o seu nome, a sua obra, o seu reconhecido amôr á nossa terra, ahi sobrevivem, ensinando-nos a rumar os nossos destinos, sob a egide feliz do accordo celebrado para salvar a sua política, o que importa dizer, salvar a felicidade do torrão que nos serviu de berço. (sic) (A UNIÃO, 30 mar., 1912, p. 1)

Com a morte de Álvaro Machado, o alvo maior das críticas do *Estado da Parahyba* passou a ser outro. Não foi, no entanto, Walfredo Leal, nem tão pouco João Machado, mas sim Epitácio Pessoa. Percebemos, por meio de seu jornal, que os democratas creditavam a Epitácio o papel de articulador maior da política governista, aquele que utilizava seu prestígio para fortalecer um poder enfraquecido diante do novo contexto político nacional, ou seja, o poder oligárquico diante das “Salvações Hermistas”.

A união de Epitácio com os alvaristas demonstrava, segundo os democratas, a ânsia pelo poder que sempre esteve latente no jurista e que foi retardada pela ascensão do Alvarismo em contraposição ao Venancismo, já que Epitácio era um antigo aliado de Venâncio Neiva. Em 1912, porém, Epitácio representava uma força impulsionada pela

ambição do poder, que buscou se consolidar através da aliança com seus antigos adversários, postura que se desvirtuava totalmente do que o *Estado da Parahyba* pregava para alguém que havia chegado ao posto de presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ao dizer que

Agora, porem, que o caudal politica dos acontecimentos impulsionara-se pelo inflamado patriotismo que vibrou o primeiro golpe nas oligarchias do norte, surge inexperadamente o dr. Epitacio Pessôa, maculando sua toga de juiz que se cobre com os trapos da oligarchia Machado, a qual, num surto de elevado entusiasmo e de ambição, estendeu o braço salvador, firmando com a tirannia um pacto de sangue contra os seus conterraneos opprimidos.

É deante desta monstruosidade que não eleva, nem enaltece, que os incondicionaes rendem homenagens ao novo Nero, falso amigo daquelles que abraça para feril-os de perto.

A aguia desse Warterloo que se prepara, desce de seu alto posto de sentinella avançada contra o crime, a porta do augusto templo da justiça, para confundir-se com os que deviam-lhe inspirar nojo e asco, tal a natureza da epoca que os tem em aberto scenario.

(...) A sua sêde não é de amor a patria e nem ao berço natal; é de sangue, e que elle jorre de todos os peitos onde não bata o coração do escravo e do incondicional.

(...) O valor e o patriotismo do Marechal Hermes cortarão, de certo, as azas desse condor audaz e atrevido. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 02 abr., 1912, p. 1)

Epitácio Pessoa se tornou um dos principais assuntos dos embates travados entre o *Estado da Parahyba* e o *A União*, durante a campanha eleitoral. Os debates não se davam no campo da apresentação de propostas concretas de desenvolvimento, melhoria para o Estado da Paraíba. O apoio da população, seja a Rego Barros, a Castro Pinto, ou aos políticos que os apoiavam, era invocado por meio de acusações recíprocas entre democratas e governistas. Estas acusações eram expostas, sempre, por meio de ataques retóricos, apresentados pelos jornais como referendadas pelo povo, sendo elaborados por meio de uma linguagem grandiloquente, comumente dramática. Daí que na defesa de Epitácio Pessoa, feita pelo *A União*, o jornal o coloca como o defensor-mor da família paraibana, pois

Distanciado da política, absorvido por tão altas cogitações, para ella voltou-se em bem da harmonia da família parahybana e, enquanto os carbonarios atassalham-lhe a reputação dianantina, as mães, os paes de familia, agradecem-lhe o beneficio inestimavel de sua intervenção em nossos negocios publicos.

Que importa as loucas investidas dos despeitados si mil bençãos sobem ao espaço, em louvor ao parahybanao que veio para os seus patricios, n'um momento de angustia, para salvá-o no amplexo do amor, da paz e da concórdia?

(...)Elle quer sangue, trabalhando pela paz, e o que desejam e aspiram os carbonarios, que organisaram levas de cangaceiros para o saque ás povoações pacíficas inermes do interior?

O que desejam e aspiram os que escreveram as portas de nossos correligionarios, com ameaças de dynamite, kerozene e forza nos lampeões das vias publicas? (sic) (A UNIÃO, 04 abr., 1912, p. 1)

Epitácio Pessoa aparecia, no jornal estatal, como aquele que, mesmo tendo toda uma carreira bem sucedida na capital federal, se voltava para seu Estado natal, com o intuito de usar seu prestígio para amparar os paraibanos diante da desordem que ameaçava as famílias, que preocupava aos cidadãos ordeiros. Assumia, portanto, um *status* de “salvador”. Os governistas instituíram, no âmbito da retórica, um novo “salvador” para o povo paraibano, para defendê-lo das ameaças de seus antigos “algozes”, ou seja, os democratas.

O *A União* utilizava as críticas feitas a Epitácio Pessoa, pelo *Estado da Parahyba*, e o

rebate que fazia a elas, para demonstrar e arregimentar continuamente o apoio popular para os situacionistas, para os que dizia estarem salvaguardando a paz e não a pregação da desordem. Os governistas diziam que, como homens de bem que eram, contavam com o apoio da população atenta a tudo que vinha se passando. Em editorial, o jornal coloca que

Os homens de responsabilidade da Parahyba, os seus filhos que anhelam o seu progresso de sua terra, querem paz.

O governo do Estado, identificado com os seus interesses vitais, que jamais tem poupado esforços e sacrifícios para a manutenção da ordem publica, nunca descuidando de impulsionar o progresso de nossa terra, como está no domínio da opinião publica, quer a paz.

Sangue desejam aquellos a quem aproveita a perturbação da ordem; sangue querem os pescadores de águas turvas; sangue querem os carbonarios que mandam seus correligionários distribuir em boletins na praça publica, nas ruas, nas esquinas, julgando assim exaltar o povo, exaltar o espírito publico, provocar a sedição, a conspiração ou a revolução contra os poderes constituídos do Estado.

O nosso programa, o nosso escopo desde 1892 até hoje tem sido pregar a paz, porque somente com ella poderemos chegar ao fim que desejamos obter e que é um consecuencia feliz que emana da vida normalisada deste pedaço de nossa Patria - a PROSPERIDADE, desdobrando-se pela acção conjuncta de todos os ramos da actividade humana. (sic) (A UNIÃO, 04 abr., 1912, p. 1)

Percebe-se, portanto, que os dois grupos políticos, governistas e opositoristas, acusavam-se mutuamente de desejarem o confronto, a conflagração entre os paraibanos. Os democratas apresentavam a opressão, exercida pelos oligarcas, como a causa da intranquilidade, do sofrimento de muitos paraibanos, despojados de direitos, perseguidos em seus empregos, se tivessem orientação política divergente da governista. Essa opressão era apresentada como o motivo desses paraibanos se insurgirem contra o jugo oligarca, apoiando a candidatura Rego Barros.

Já para os governistas, os democratas alardeavam, aos quatro cantos, perseguições que não existiam, sendo que, governo após governo, a Paraíba vinha ganhando melhoramentos, como estradas de ferro e o recém-inaugurado sistema de abastecimento de água da capital. De fato, era bem mais fácil para os governistas alegarem representar o “progresso”, a “prosperidade” para a Paraíba, uma vez que detinham a máquina pública. Todas estas afirmações, de parte a parte, produziam um teatro sedimentado em torno do papel do “salvador”, do “herói”. A campanha eleitoral se desenrolava sobre um palco movediço, que diante de qualquer deslize poderia pender e favorecer o lado dos opositores. É justamente neste contexto, “nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador.” (GIRARDET, 1987, p. 89)

O fato de Rego Barros aparecer como o “salvador” contra a “opressão oligarca”, na visão dos democratas, e Eptácio Pessoa o “salvador” contra a desordem, a anarquia no Estado, na visão governista, revela como o papel do “herói” é elaborado de acordo com as

circunstâncias históricas do momento de sua produção, pois

Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. (GIRARDET, 1987, p. 82)

Neste sentido, para os democratas, interessava salientar o contexto nacional de questionamento ao poder das oligarquias. Daí a preocupação de delegar a Rego Barros o papel de “moralizador”, de “restaurador” da política na Paraíba. Já para os governistas, o alicerce para a edificação do “salvador” Epitácio Pessoa era a defesa da ordem, do progresso, da paz no Estado. Eram estas retóricas que encorpavam os textos dos jornais, em meio à constante troca de acusações de lado a lado.

Os oposicionistas, por exemplo, não cansavam de expor ações da polícia, transferências de cargos, ou demissões, como exemplos da “tirania oligarca”. Ações como estas eram, muitas vezes, atribuídas ao mando do próprio Epitácio Pessoa. No entanto, no entendimento do *A União*, as “perseguições” elencadas pelo *Estado da Parahyba* eram invencionices criadas para incutir na população uma visão ruim do governo e de seu grupo político.

Até parece que era das investidas constantes contra Epitácio Pessoa que o *A União* tirava elementos para defendê-lo, pois a “ira” oposicionista era significada como a insatisfação dos democratas diante do reconhecimento popular das benfeitorias, para a Paraíba, que Epitácio representava. Os próprios democratas teriam tentado arregimentar, segundo o *A União*, Epitácio Pessoa para suas hostes, mas este teria preferido a união com os alvaristas e seus feitos revelavam que

A força inocultavel que sua alliança veio trazer aos sinceros paladinos da felicidade desta região, causa efficiente do implacavel rancor que lhe manifestam os nossos oppositores, é bastante para compensal-o das injustiças que o alvejam.

Dominamos tranquilamente a situação, amparados pelos mais poderosos elementos.

A victoria de nossa causa é indubitável e segurissima.

Os aventureiros odeiem os que cooperam efficazmente para tamanha fortuna e nós os homenagearemos com a solidariedade inquebrantavel do povo, em nome de quem podemos falar desassombrados porque temol-o ao nosso lado agradecido e satisfeito. (sic) (*A UNIÃO*, 09 abr., 1912, p. 1)

A todo esse debate, que vinha se desenrolando desde os primeiros meses da campanha, somou-se, a partir de abril, a intensificação das discussões em torno da participação do presidente Hermes da Fonseca no processo eleitoral paraibano. Os dois grupos políticos deixavam entrever, em seus jornais, que contavam com o apoio do presidente, os democratas o invocavam abertamente, os governistas implicitamente. Era um apoio fundamental diante do contexto político no momento, daí os dois grupos teatralizarem em busca dele, ou seja, construir um jogo de cenas para demonstrar o merecimento deste apoio e justificar o

seu recebimento. Assegurar aos leitores que tinham o apoio, a confiança de Hermes da Fonseca, era a forma utilizada pelos políticos também para demonstrar força e que eram os que melhor governariam a Paraíba.

O nome de Hermes da Fonseca passou a aparecer, constantemente, nos jornais *A União* e *Estado da Parahyba* a partir de um certo acirramento da campanha, iniciado após a primeira visita de Rego Barros, ocorrida em março. Segundo o *Estado da Parahyba*, durante a visita do candidato democrata, alguns militares do exército, que serviam na capital paraibana, se mostraram favoráveis a Rego, sendo dois deles, dias depois, removidos da Paraíba.

A remoção dos militares foi atribuída, pelo jornal democrata, à ingerência de Epitácio Pessoa junto ao Marechal Hermes, ao mesmo tempo em que o *A União* discutia a possibilidade de um rompimento do presidente com os democratas. Ocorria que o *Estado da Parahyba* considerava a remoção uma ação isolada, que não comprometia a relação da oposição paraibana com o presidente da República, pois

As exigencias resultantes da desordem incontestavel que agita e desnorteia a politica geral, a cargo das altas influencias dos partidos, não podem deixar de influir, favorecendo ou perturbando a liberdade de acção do Marechal Hermes da Fonseca, manifestadamente bem intencionado e coagido muitas vezes a acceder, aparentemente, às velcidades e caprichos dos politiqueiros que o assediam!...

Se houve rompimento do partido Democrata, não foi nem podia ser com o Marechal Hermes, cuja integridade, firmeza e grande alcance politico, estão attestados pelo formal desempenho que elle vem dando aos compromissos tomados em sua plataforma governamental.

Se o que dissemos, porem, for devidamente applicado ao dr. Epitacio Pessoa, de quem estamos divorciados desde sua passagem subterranea, transpondo a linha neutra para chegar ao antro da olygarchia que combatemos, nada temos a contestar.

Relativamente ao Marechal Hermes, por maiores esforços que façam nossos adversarios, por mais engenhosos que sejam os sophismas de suas argumentações, não nos poderão retirar do posto de honra em que nos collocara a confiança, a solidariedade e o dever de segui-lo na gloriosa campanha que elle dirige em nome da lei, contra a tyrannia do despotismo olygarcha!... (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 04 abr., 1912, p. 1)

O *Estado da Parahyba* enfatizava que Hermes da Fonseca, acima de tudo, mantinha-se fiel ao seu programa político, entendido aqui principalmente como o compromisso de apoiar a ascensão de militares no governo dos Estados. Sendo assim, para o jornal oposicionista, cabia somente aos democratas o apoio do presidente, haja visto que eram eles que defendiam o candidato militar ao governo da Paraíba. O que importava era continuar com o jogo de cenas, era continuar com a teatralização em torno do apoio do presidente, para reiterar a imagem de aliados de Hermes da Fonseca, pois, ao mesmo tempo em que faziam isto, os democratas se contrapunham aos governistas, principalmente a Epitácio Pessoa, que não contaria com o amparo federal para a concretização de seus interesses políticos na Paraíba. Ao se postarem como os “verdadeiros” aliados, seguidores do presidente da República, os democratas pretendiam assegurar, à opinião pública, que o apoio federal, independente da influência de

quem quer que fosse, seria para a oposição paraibana.

No entanto, durante todo o desenrolar da campanha, não visualizamos nenhuma ação consistente do governo federal em favor da candidatura de Rego Barros, algo que poderia ter sido fundamental para a vitória do militar. Pelo contrário, o apoio dado, com o desenrolar dos acontecimentos, acabou sendo ao grupo de Eptácio Pessoa, como discutiremos posteriormente. Nem mesmo o presidente de Pernambuco, Dantas Barreto, foi moeda forte na campanha democrata, pois após a notícia de um almoço e reunião entre Rego Barros e Dantas Barreto, em março no Recife, mais nenhuma notícia neste sentido foi exposta.

A recorrência ao nome do presidente da República emergiu, com intensidade, após a eclosão dos primeiros confrontos armados entre partidários do governo e opositores, que atingiram repercussão estadual. Foi a partir deste momento que Augusto Santa Cruz voltou a ser presença cativa no cenário político paraibano, principalmente no papel de vilão, lhe destinado nas páginas do *A União*.

Até então, poucas referências a Augusto Santa Cruz haviam sido feitas. Geralmente, os jornais só remetiam às ações de Augusto para exemplificar a “opressão” imposta pelos alvaristas aos paraibanos – no caso do *Estado da Parahyba* –, ou para exemplificar a “anarquia” que os democratas queriam instalar na Paraíba, no caso do *A União*. Continuavam, desta forma, com o mesmo jogo de representações conferido à revolta em 1911, encenando no teatro de oprimidos e opressores, sanguinários e defensores da paz, da ordem. Mas, de meados de março de 1912 em diante, se intensificaram, na região de Alagoa do Monteiro, os choques entre grupos armados ligados a Augusto Santa Cruz e aliados de Pedro Bezerra. A partir disso, o *A União* voltou a enfatizar que

O Estado da Parahyba há muito tempo planeja anarchisar o interior de nosso Estado. Sedento de sangue, esvurmado ódios, o pessoal que o dirige, não tem entranhas para pregar o extermínio. á bala e á dynamite. de seus adversarios e, conscio de que, poderá impunemente esfaquear a humanidade. vem de longe. de muito longe. apregoando doutrinas subversivas da ordem em que se esteiam as sociedades amparadas pela lei. Há cerca de dois annos. planos os mais sinistros foram daqui mandados para Alagoa do Monteiro (...) e a pobre população daquella zona malfadada allí ficou a soffrer as consequências da furia sanguinaria dos mais perversos e dos mais hediondos faccinoras. De então até hoje. o orgam opposicionista não alimenta outras esperanças sinão no convulsionamento das regiões sertanejas. não dita outros conselhos que não sejam o assassinato, o massacre e a morte. (sic) (*A UNIÃO*, 27 mar., 1912, p. 1)

Entretanto, sobre estes conflitos, apenas o *Estado da Parahyba* expôs um relato transcrito de um jornal pernambucano, que não teve seu nome informado. Tratava-se de uma entrevista concedida por um soldado da polícia paraibana, que acabou preso por homens do bando de Augusto Santa Cruz, durante um confronto, sendo depois libertado. O soldado relatou que eram constantes e violentos os encontros entre os grupos armados e a polícia, e

que foi liberto por Augusto Santa Cruz, que exigiu que ele seguisse em direção de Pernambuco. O *Estado da Parahyba* não fez nenhum comentário à notícia, apenas a reproduziu.

Afora este relato, não encontramos, nas edições pesquisadas do *Estado da Parahyba*, mais nenhuma menção a Augusto Santa Cruz durante o mês de abril. Já no *A União*, as referências a Santa Cruz aumentaram na medida em que este partiu para a invasão de várias cidades paraibanas. Em tal empreitada, Augusto Santa Cruz não estava só, aliou-se a Franklin Dantas Correia de Goês, que se revoltou contra o Alvarismo após ter sido destituído do comando político de Teixeira, seu município natal, tendo, além disso, que conviver com a escolha de Dário Ramalho de Carvalho Luna, seu principal opositor, para prefeito e chefe político local. A família Dantas dominava politicamente a cidade de Teixeira desde o período imperial. O pai de Franklin, Manuel Dantas Correia de Góes, chegou a se eleito presidente da Paraíba, mas acabou não assumindo por conta do advento da República.

Augusto Santa Cruz continuava com um grande contingente de homens em seu bando armado, juntando-se aos de Franklin Dantas somavam quase quinhentos homens. Após estarem praticamente “senhores da parte rural do município do Monteiro e circunvisinhas (sic) como os distritos de Serra Branca, S. José dos Cordeiros e Desterro” (PIMENTEL, 1953, p. 22), Augusto Santa Cruz e seu grupo armado partiram para a invasão das seguintes cidades: Taperoá (25 e 30 de março de 1912), onde, não encontrando o chefe local Félix Daltro, o bando tratou de desmoralizá-lo, exibindo roupas íntimas de sua esposa, tendo parte da população se unido aos cabras; Patos (24 de maio), cidade em que os atos dos invasores tiveram maior gravidade, uma vez que os cabras teriam saqueado o comércio, além de muitas famílias terem sido obrigadas a hospedar muitos deles, Santa Luzia do Sabugi, que a poucos dias havia sido atacada por Antonio Silvino, tendo a população não resistido ao ataque, mas recebido bem os revoltosos para que não ocorresse danos piores, não havendo aí nem saques nem violência; Soledade (29 de maio), que adotou a mesma tática de Santa Luzia, recebendo os revoltosos com hospitalidade. (PIMENTEL, 1953, p. 48)

O destino final de Augusto Santa Cruz era Campina Grande, restava antes passar por São João do Cariri, onde chegou na tarde do dia 31 de maio de 1912. Aí foi o palco final dos conflitos armados do bacharel, uma vez que a resistência da polícia, no momento em que já escasseava a munição, adotou a estratégia de atacar a retaguarda do bando de Augusto Santa Cruz, o qual assustado, pensando ser uma das tropas do exército em socorro à polícia, dispersou-se. Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas se refugiaram em Pernambuco, sem que ocorresse nenhum confronto de seu bando com forças do exército, as quais só ficavam

sabendo da ocorrência das invasões após o bando ter deixado as cidades.

A partir de então, Augusto Santa Cruz voltou a ser alvo dos textos do *A União*. O jornal além de expor o relato da invasão a Taperoá, retomou o processo de construção da imagem de sanguinário para Augusto, o representando como o “sanguinário” que continuava a confabular com os democratas em prol de anarquizar a Paraíba. O jornal governista enfatizava que

Santa Cruz, o bandoleiro bacharel de historia tristemente negra, tem sido o empresario maldito posto em campo para a perturbação da ordem, com o ensanguentamento do lar da familia parahybana.

Querem vencer e para isso não escolhem mcios, não medem consequencias!

Ha dias foi o assalto ao Monteiro, a investida ao Teixeira, o ataque a Taperoá. Mais outros viriam certamente si a acção forte e energica do governo não viesse promptamente em auxilio dos nossos patricios. (sic) (A UNIÃO, 04 abr., 1912, p. 1)

Augusto Santa Cruz, o bandido, era uma espécie de “anti-herói” a ser combatido pelos governo. Para isso, os situacionistas voltavam a assegurar que o governo do Estado permanecia forte, seguro diante das tentativas de convulsionar a Paraíba, estando pronto para impedir sua concretização. Além disso, o jornal *A União* buscava passar a imagem de que o governo manteria a ordem sem necessitar pedir auxílio às instâncias federais do poder. Salientava que

Quem procurou convencer o publico de que têm intervenção federal em seu favôr foram os nossos contendores, que justamente para fundamento de semelhante invencionice levantaram a candidatura de um militar, desde muitos annos affastado inteiramente da politica parahybana.

Nós nunca solicitamos nem carecemos auxilio para vencer os exploradores que viviam a ameaçar-nos com pitombas e papinhas.

(...) Que o sr. Rego Barros já assumiu o seu cargo na fortaleza Santa Cruz é cousa que toda gente sabe e só fingem ignorar os que vivem a inventar mentiras para se os suppor amparados por um prestígio que jamais tiveram.

(...) Que o marechal Hermes distingue com a sua alta estima e confiança ao dr. Epitacio Pessoa e que se desvanece com a valiosissima collaboração politica do preclaro brasileiro, somente contesta o sr. Lima Filho, que não dissimula a raiva originada pelo destaque dos que lhe excedem em merecimentos e serviços. (sic) (A UNIÃO, 09 abr., 1912, p. 1)

Os governistas teatralizavam, a seu modo, em torno do apoio de Hermes da Fonseca. Compreendemos que não reivindicavam abertamente o apoio do governo federal, para não dar margem a especulações acerca do controle do governo de João Machado sobre a ordem pública no Estado. Mas, ao mesmo tempo, faziam questão de se colocarem como aliados do presidente da República, destinando a Epitácio Pessoa o posto de maior proximidade com o governo federal. Sendo assim, assumindo o papel de aliados de Hermes da Fonseca, os partidários de Epitácio Pessoa afirmavam implicitamente que se o presidente viesse a intervir nos assuntos políticos da Paraíba, seria de comum acordo com os governistas. Não pediam apoio, mas se este tivesse de vir seria para eles.

Para os democratas, restava o descrédito político, o insucesso da campanha reguista, que não contava com eleitores, nem com o apoio do governo federal. O jornal *A União* buscava

instituir essa descrença na candidatura de Rego Barros, salientando que os próprios democratas estavam abandonando o campo das discussões políticas e das demonstrações de apoio a seu candidato e partindo para o incentivo direto do estabelecimento da anarquia no Estado.

Quando da segunda visita de Rego Barros à Paraíba, o *A União* aproveitava para ironizá-la, assim anunciando:

O que é certo é que elle ahi vem de novo. Mas como tudo passa! Da outra vez, foi aquelle frenesi na opposição, como uma expectativa de *messias*; agora, é o indifferentismo frio e ingrato, como quem diz - para que mais?
 Nem um signal de regosijo! Nem um preparativo de recepção! Nem mesmo a festa dos *maracanans*, que o milho está muito longe! ...
 (...) V. S. não encontrou quem lhe desse batalhões para a matança de seus patrícios, não venha até cá, que os seus não tem o que lhe dar! ...
 Muito pelo contrario, desde que souberam que o *salvador* anda á mingua de prestigio, que os próceres não deram ouvidos, que a corrente do Rio é contra sua candidatura, elles já mudaram de tom.
 Não lhe preparam recepção!
 Escassaram os *cobres* ou morreu a esperança?
 Como tudo passa! ... (sic) (*A UNIÃO*, 14 abr., 1912, p. 1)

O *A União* desacreditando Rego Barros da adesão que este teria à sua candidatura, nada mais fazia do que lhe desqualificar no teatro político paraibano frente à opinião pública. Era, sobretudo, um jogo de cena no processo de convencimento sobre o melhor nome a governar a Paraíba. O jornal governista defendia a idéia de que a escolha do nome de Rego Barros, para candidato do Partido Democrata, era resultado apenas de sua posição como militar, algo que não era suficiente para conseguir o apoio do povo e que o próprio Rego Barros perceberia a impopularidade em que sua candidatura estava assentada. Rego Barros teria recebido, nas palavras do *A União*, um “presente de gregos”.

No entanto, o *Estado da Parahyba* transparecia entusiasmo pela chegada do candidato democrata à Paraíba, relatando a satisfação popular na sua recepção e salientando que

A dor, nas suas eternas variantes, tem também a sua sublimidade e os seus transportes que atrahem, dignificando-a. O povo, portanto, cansado de supportar o jugo desses governos que tem feito a sua infelicidade, experimentou ante hontem, confiando no valor moral e nas energias do emérito Coronel Rego Barros, uma satisfação indescriptivel, esquecendo o martírio de muitos annos, sem direito, sem justiça e sem liberdade. (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 20 abr., 1912, p. 1)

Mais uma vez, o povo é invocado no texto jornalístico para referendar a idéia de que Rego Barros é o melhor para a Paraíba, e para consubstanciar o discurso de que o candidato democrata representa, no cenário político estadual, a garantia do respeito à cidadania, à justiça e à liberdade dos paraibanos. Ou seja, recorrer ao “povo”, ao apoio popular a Rego Barros, era pura retórica, jogo de palavras para impressionar e criar um ambiente favorável à campanha reguista.

O discurso de Rego Barros se caracterizou por repetir as teses defendidas diariamente pelo *Estado da Parahyba*, ou seja, a luta que travavam contra os oligarcas e em favor dos cidadãos oprimidos. Segundo o jornal, Rego Barros

Disse, que os mystificadores oligarchas, não conseguirão jamais os seus intuitos, illudindo o povo em proveito de seus inconfessáveis interesses; e que a sua honra de militar e cidadão ficava naquelle momento empenhada pela victoria da causa da democracia contra a escravidão de quatro lustros, pesados de mais para o brio e o caracter de seus conterrâneos vilipendiados e escarnecidos á vontade suprema dos despotas covardes.

As últimas palavras do insigne e brioso militar foram interrompidas por palmas e vivas aclamações.

(...) Disse que o seu desejo não era outro senão trazer aos seus concidadãos um governo de paz e de tolerância, não guardando ódio e prevenções, que a política exclusivista cabe as oligarchias, que não se formam somente com familias mas com poucos amigos; e terminou brindando a commissão executiva do partido ao lado da qual estava a sua propria vida. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 abr., 1912, p. 1)

Percebe-se, aqui, claramente o teor dramático do discurso da campanha, ao ser colocada em contraposição à prepotência, ao despotismo dos oligarcas, a honra de militar de Rego Barros, sedimentada na prestação de serviços pelo Brasil, que muitas vezes o levava a por sua vida em segundo plano. Rego Barros representava, no roteiro escrito e encenado pelos democratas, o homem, o político que não temeria ameaças à sua própria vida pelo bem do Estado. Vê-se, portanto, o jogo de cenas pelo poder, montado a partir da diferenciação dos papéis dos protagonistas políticos. A diferenciação feita entre Rego Barros e os governistas, no entanto, nunca atingia o candidato da situação, ou seja, Castro Pinto, era sempre feita em relação a nomes como João Machado, Walfredo Leal e Eptácio Pessoa.

Castro Pinto, nas poucas vezes que aparecia nos combativos textos do *Estado da Parahyba*, era sempre representado como o membro do grupo situacionista posto ao “sacrifício” diante do insucesso que o Partido Republicano Conservador teria nas urnas. Em geral, ele era o “senador iludido”, convencido a ser o candidato do grupo que só se preocupava com os seus interesses pessoais. As críticas, ferrenhas de fato, nunca eram dirigidas a Castro Pinto e isso era usado pelo jornal *A União* para afirmar que até mesmo os democratas reconheciam o valor do candidato da situação, pois

É verdade que espiritos impacientes, ligados a desconhecidos interesses, defendem em “Seções Alheias”, a candidatura do sr. Rego Barros, apresentando-a como uma fatalidade da epocha, como uma necessidade inadiavel da vida nacional, condemnando d’est’arte, indirectamente, a apresentação do Senador Castro Pinto.

Mas, se não ousaram repudiar, essa apresentação, franca e abertamente, é porque respeitam o candidato: se não ousam discuti-la sem rodeios, é porque julgam-no digno do cargo, e, em taes condições, claro está, que a nossa escolha foi acertadissima, de accordo com os melhores principios da politica moderna, que ensina aproveitar o merito e a virtude d’aquelles que souberam conquistar a confiança popular, a estima de seus contemporâneos. (sic) (A UNIÃO, 17 abr., 1912, p. 1)

Os governistas retiravam do próprio discurso democrata elementos para elaborar o papel

a ser desempenhado por Castro Pinto, na campanha eleitoral. Ele representava o candidato ímpoluto, inteligente, repleto de qualidades, mas que, no entanto, não teve uma participação atuante na campanha. Era o candidato, mas nem de longe foi um dos protagonistas do processo eleitoral.

A campanha de Castro Pinto, apesar deste nunca ter vindo à Paraíba durante o processo eleitoral, também contou com a realização de manifestações públicas de apoio, como foi o caso da instalação da Liga Pró-Castro Pinto. A Liga era composta pelos simpatizantes da campanha situacionista em todo o Estado, o próprio João Machado esteve presente em sua seção de abertura, realizada no Teatro Santa Rosa, na capital paraibana. Os grandes nomes do Partido Republicano, presentes ou não, não se manifestaram verbalmente, mas foram assentadas as bases da campanha, de forma feral. O programa pautava-se, assim, na defesa da ordem pública e do bem-estar do paraibano, tantas vezes invocado nas páginas do *A União*, ou seja, pura retórica elaborada para arregimentar apoio à candidatura governista.

O relato da festiva reunião dos membros da Liga enfatizou o grande número de pessoas que estariam presentes no evento, termômetro para a medição do apoio popular ao candidato Castro Pinto. O *A União* informou que

Outros testemunhos nos faltassem, de modo de sentir da opinião a respeito da causa a que nos batemos - a Parahyba livre, fugindo aos planos sinistros dos mashorqueiros e o incomputavel numero de pessoas que se apinharam ante-hontem no Santa Rosa seria sufficiente para nos encorajar e levarmos avante a campanha que iniciamos de defesa á ordem publica, á paz que sempre reinou no Estado, aos principios de sua constituição, dos quaes nunca nos apartamos. O local designado para a eloquentissima festa civica, que outra cousa não foi a reunião de ante-hontem, apresentava uma característica empolgante: aos effeitos da luz, nas cores da ornamentação, nas vestes das nossas distinctissimas patricias que occorreram a abrihntar reunião, levando o testemunho irrefutável de sua solidariedade á causa da legalidade e do povo, juntava-se a impressão de incontido contentamento que cada um sentia por ver de que forma eram abraçadas pela Parahyba em peso, as suas próprias crenças politicas, os seus mais puros augurios de patriotas. (sic) (A UNIÃO, 03 maio, 1912, p. 1)

O jornal do governo difundia, portanto, a crença de que o ideário da campanha de Castro Pinto consubstanciava-se com o sentimento que a esmagadora parcela dos paraibanos nutria com relação ao futuro do Estado, ao instarem impacientes pela vinda de um tempo de paz e progresso. A campanha pode claramente ser percebida, portanto, como “um ritual de construção da representação envolvendo a apresentação de princípios e personagens capazes de encarnar os ideais de uma comunicação entre o campo social e o campo político.” (BARREIRA, 1998, p. 39) Buscava-se, assim, criar um elo de identificação entre candidato e povo, pois o texto que Castro Pinto endereçava aos paraibanos alicerçava-se também na invocação da paz e do progresso. Foi a única fala do candidato que encontramos nas páginas do *A União*.

O mesmo texto foi publicado, algumas vezes, durante o mês de maio até a eleição em 22 de junho. A fala de Castro Pinto não carregava o mesmo tom, pesado do jornal *A União*, não apontava diretamente críticas a ninguém, sendo interessante quando ele diz que

Não preciso declarar que terminada essa campanha em torno das urnas, não procurarei senão fomentar o progresso da pequena pátria parahybana onde a necessidade fundamental é a paz e a ordem á sombra da lei, para todos e para cada um, nacionaes ou estrangeiros, sem privilegio outro que não seja inilludível e insophismavelmente o merecimento da causa em litigio perante o futuro governo do Estado, sem me honrarem com essa investidura.

Isso não importa, é claro, da minha parte, a mais ligeira disciplina na politica parahybana, a qual se acha agora e há de ficar exclusivamente sob a direcção dos chefes consagrados e queridos, sob cujo patrocínio a Parahyba tem conseguido escapar a mais temerosa das anarchias e a mais deplorável das situações. (sic) (CASTRO PINTO apud A UNIÃO, 16 maio, 1912, p. 1)

Castro Pinto enfatizava, assim, que seu papel enquanto presidente da Paraíba seria o de administrar e conduzir o Estado em um caminho de prosperidade, se abstendo de interferir nas discussões políticas partidárias. Reconhecia, desta forma, a supremacia dos “chefes consagrados”, ou seja, Walfredo Leal e principalmente Epiácio Pessoa, na tomada de decisões do partido.

Percebemos que havia uma total falta de debate entre os candidatos propriamente. A respeito da campanha em prol do Partido Democrata, Pimentel (1953) esclarece que

Em Itabaiana e Campina Grande, as manifestações ao coronel Rego Barros tiveram um cunho de moeda forte. O corpo oposicionista, nesta cidade, reunira, para recepção ao seu candidato, as melhores figuras do partido: João Lourenço Porto, Afonso Campos, Floripes Coutinho, Salvino Figueiredo, João Batista Leal, Américo Porto, José Agra, e outros azes de ouro da colméia excomungada pelos elementos governistas. (p. 71)

De fato, os elementos que compunham a oposição em Campina Grande eram nomes de peso, mas, como o próprio Pimentel evidencia, “excomungados” pelo governo, não tinham à disposição uma série benesses que lhes ajudariam a arregimentar eleitores e consequentemente votos para o Partido Democrata. Na maior parte das cidades paraibanas, a candidatura reguista não conseguiu aliados que fornecessem realmente um coeficiente eleitoral grande.

Os ânimos de opositores e situacionistas se exaltaram com a ocorrência de um possível “atentado” contra Rego Barros, durante visita que este fez a cidade de São João do Cariri. Teria ocorrido uma discussão entre o chefe da policia local e um tenente que acompanhava o candidato, os quais chegaram a empunhar as armas. O fato foi significado pelo *A União* como resultado do descontrole de ambos os envolvidos, salientando que não existia, por parte do governo, nenhum plano de atentado contra a vida de Rego Barros.

Mas o “incidente” provocou no candidato democrata uma ira ferrenha, principalmente contra Epiácio Pessoa, aquele que, segundo Rego Barros, não descartava nenhuma atitude se fosse em prol de seus interesses. Rego Barros diz

E é para tanto alcançar que este marca 3 FF (fatuo, futil e fôfo), está praticando toda a sorte de misérias junto às autoridades da Republica e sacrificando ao Sr. Castro Pinto, pobresinho, incapaz de desvencilhar-se das garras daquelle abutre.

Quem quer que prive com esta individualidade balôfa ficará logo enauçado de tanta bosofia e pretenção, indicativas da pequenez de seu espirito. (sic) (REGO BARROS apud ESTADO DA PARAHYBA, 11 maio, 1912, p. 1)

Rego Barros trazia, de volta à discussão, a acusação da influência “maligna” que Epitácio Pessoa estaria exercendo junto às autoridades federais. O fato era que, a esta altura dos acontecimentos, já havia sido enviada uma força do exército para auxiliar a polícia da Paraíba na guarnição das cidades do interior. Os democratas, mesmo diante da chegada do contingente militar, vindo de Natal, ainda mantinham-se como aliados do Marechal Hermes da Fonseca, que mais uma vez podia ter sido influenciado pela “conversa” de Epitácio Pessoa.

Percebe-se, assim, que a oposição, mesmo diante de indícios claros do apoio federal aos governistas paraibanos, continuava montando seu jogo de cena em torno do apoio que teriam do presidente da República, pois para os democratas, os militares enviados a Paraíba não representavam a vontade de Hermes da Fonseca, classificando como mentira o que diziam ser as afirmações dos governistas de

que o Presidente da Republica transmitiu ordens terminantes para levar aquelle contingente do exercito ao extermínio do povo, sempre que este levantar-se, protestando pacificamente ou repellindo pela força, ás extorsões favorecidas pelas ilegalidades que prestigiam o poder estadual fora da lei.

(...) Em nome d'esta mentira transportada insistentemente, a todos os municipios do interior, á custa do Thesouro do Estado, estão nossos adversários diffundindo o terror, mystificando o eleitorado e acirrando a animosidade de seus esbirros para que não triumphe, pelo livre exercicio do direito do voto, a causa do candidato opposicionista. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 24 abr., 1912, p. 1)

Para desmentirem a idéia de que Hermes da Fonseca estaria apoiando a caça do voto livre, por meio do exército, os democratas fizeram uso de toda uma linguagem dramática. Para desdizerem tal informação, dramatizaram o acontecimento, ao falarem em “extermínio do povo”, para impressionar mais uma vez ao povo, que estaria, assim, ameaçado se tal fato fosse verdade. Mas os ataques de Rego Barros aos republicanos e, principalmente, a Epitácio Pessoa também não ficaram sem resposta. O *A União* os classificou como “linguagem desrespeitosa e provocadora” que demonstrava o despreparo do candidato democrata, sujeito a se deixar levar por impulsos e desprovido das “características essenciais da capacidade directora - a isenção de animo, a moderação e a sensatez, para agir com serenidade, tolerância e firmeza” (A UNIÃO, 15 maio, 1912, p. 1)

Diante da demonstração da falta de tais qualidades, o próprio Rego Barros levava, segundo o *A União*, a que todos percebessem a sua incapacidade para governar a Paraíba. Mas o descrédito maior conferido à campanha democrata advinha da ligação, que lhe atribuíam,

com as ações de Augusto Santa Cruz, uma vez que estas teriam como objetivo pressionar os chefes locais republicanos a passarem a apoiar o nome de Rego Barros como candidato, fazendo para isso o uso dos mais “hediondos” meios, como o saque e as depredações. O *A União* se dirigindo a Rego Barros diz

Existem effectivamente na Parahyba criminosos que não cahiram ainda sob a acção da justiça publica. Mas, estes, sr. coronel, são os que vivem acastellados em Immaculada, protegidos pelos seus correligionários, com elles convivendo na maior camaradagem, e distinguidos com o titulo de patriotas, pelos seus chefes; estes, são os que formam o exercito de bandidos que o bacharel Santa Cruz tem ás suas ordens, aos quaes é commetida pelos seus correligionários a faculdade de roubar os haveres, destruir as propriedades e assassinar barbaramente os amigos do governo; (...).

Não queremos descer a retaliações porque o nosso ideal é diverso do que visa o coronel Rego Barros. Temos a responsabilidade da manutenção da paz publica e evitamos por isto excitar os espiritos com discussões violentas. Aos que nos combatem é que aproveita a anarchia porque só pela desordem poderão apparentar existencia, como representantes de uma corrente partidaria que na Parahyba todos desconhecem quaes os elementos de que dispõe na opinião popular. (sic) (*A UNIÃO*, 07 maio, 1912, p. 1)

Os governistas, batendo sempre na tecla da inexpressiva importância partidária que atribuíam aos democratas, não deixavam de estabelecer os papéis no teatro do poder, sempre se contrapondo aos democratas, tidos como promotores da desordem, da anarquia no Estado, que, diante disto, jamais poderiam lograr contar com o apoio popular. Puro jogo de cenas, sempre invocando o povo. Além disso, reiteravam sempre que as invasões realizadas, pelo grupo armado de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, eram a demonstração maior do descaso dos oposicionistas com o bem-estar dos paraibanos. Já os democratas, até fins de maio, mantinham-se calados quanto às invasões a Taperoá, Santa Luzia, Patos, não publicavam nenhuma referência a tais ações de pessoas ligadas ao seu partido.

O *Estado da Parahyba* se restringia a atacar as ações dos militares do exército, sem, no entanto, se contrapor ao Marechal Hermes da Fonseca. A posição dos democratas era extremamente dúbia, criticavam membros do exército, acusando-os de prejudicarem a campanha de um candidato militar do próprio exército. Ainda assim, não deixavam de sonhar com a intervenção do presidente Hermes, seja na remoção de tais militares, seja assumindo explicitamente o apoio à candidatura militar na Paraíba.

As críticas dos democratas concentravam-se no capitão Adolpho Massa, comandante da força enviada à Paraíba, para quem o *Estado da Parahyba* dizia que

os geraes applausos pela correção e imparcialidade de sua conducta partem exclusivamente dos thuriferarios do governo que S.S. serve, incondicionalmente, abusando do cargo que occupa sem se aperceber talvez da ridicula e antipathica posição que fica perante seus camaradas.

(...) Pois bem, S.S. respirando em semelhante athmosfera e destoando por completo das normas republicanas, tem posto em pratica os meios coercitivos de que dispõe no intuito de abafar as manifestações de sympathia a causa do Coronel Rego Barros, por parte de algum dos seus subordinados que nem são parahybanos, nem eleitores aqui. (sic) (*ESTADO DA PARAHYBA*, 07 maio, 1912, p. 1)

O jornal democrata deixava a entender que o capitão Adolpho Massa, servindo aos interesses dos políticos da situação, tentava suprimir as manifestações de apoio dos paraibanos a Rego Barros, tendo que lidar com tais manifestações entre os seus próprios comandados. Tal afirmação era usada, pelos opositoristas, para fundamentar a aceitação que a candidatura de Rego Barros teria no meio militar, mas tudo no campo das conjecturas, sem a apresentação de fatos concretos, ou seja, pura retórica.

Os governistas contraditoriamente, não consideravam o auxílio do exército, à polícia paraibana, uma ameaça à autonomia do Estado, muito menos uma intervenção federal propriamente dita, pois

Nos ultimos acontecimentos políticos atravez dos Estados da Federação, tem sido patente haver o sr. Presidente da Republica conservado em toda a linha a mais louvavel altivez e imparcialidade compativel com as funcções constitucionaes, que lhe são attribuidas, (...) sustentando o principio federativo da autonomia dos Estados, prestigiando a autoridade e somente intervindo com a força federal á requisição devida de pleno accordo com a lei.

(...) E s. Exc.^o o sr. Marechal Hermes da Fonseca, que tanto tem trabalho pela unidade e maximo desenvolvimento da Republica, não deixa de lançar suas vistas para o nosso Estado, salvaguardando os interesses do nosso povo e prestigiando em toda sua linha o ex.^{mo} sr. dr. João Lopes Machado, seu abnegado presidente, contra uma opposição desregrada e reduzida que sonha, saltando pelo sangue empoçado de seus conterrancos, galgar a direcção politica do Estado. (sic) (A UNIÃO, 12 maio, 1912, p. 1)

O jornal *A União* reafirmava não ter existido nenhum pedido formal de ajuda, ao governo federal, por parte do presidente João Machado, uma vez que o governo paraibano passava ainda a imagem de força e competência na administração do Estado. Diante disso, dizia não poder existir, portanto, intervenção federal. Mas o *A União* fazia questão também de reiterar que teriam o apoio do presidente da República, se precisassem, já que

Admittido mesmo que faltem recursos promptos ao Governo do Estado para abafar qualquer movimento que realizem os cangaceiros estimulados e dirigidos pelos chefes opposicionistas, é patente que não se fará demorar a acção do Governo do paiz no sentido de restituir inteiramente a ordem social na Parahyba. (sic) (A UNIÃO, 26 maio, 1912, p. 1)

Para os governistas, a preocupação maior era fixar a idéia de que contavam com o apoio incontestável do presidente Hermes da Fonseca, o qual, estando ao lado da ordem pública, não poderia deixar de ficar ao lado do governo paraibano. Elaboravam, assim, pura teatralização, encenando o tema do estabelecimento da “ordem”, da “paz” no Estado.

A partir da última semana de maio, os relatos sobre as ações do grupo armado liberado por Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas se intensificam. Era o início da reta final da campanha, quando os jornais *A União* e *Estado da Parahyba* passaram a fazer uma exposição maior dos confrontos armados ocorridos no sertão e cariri paraibano.

Ainda no dia 26 de maio, o *A União* relatou:

(...) Os factos até agora conhecidos por communicações dirigidas ao Governo são o ataque ao municipio de Patos por quatrocentos cangaceiros, tendo á frente os srs. Augusto Santa Cruz e

Franklin Dantas e as investidas contra Teixeira. Apoderando-se do telegrapho n'aquella localidade os desordeiros deixaram oito bandidos guardando a referida repartição, prohibindo a transmissão de qualquer despacho. Cortaram o fio entre Patos e Teixeira para evitar naturalmente o auxilio das forças estacionadas nesta villa àquella cidade. (sic) (A UNIÃO, 26 maio, 1912, p. 1)

Os relatos do *A União*, sobre os ataques às cidades, enfatizavam sempre a destruição dos bens dos aliados do Partido Republicano, a exigência de dinheiro e a série de “humilhações” cometidas contra os que se negavam a apoiar a candidatura Rego Barros. O jornal, em sua edição de 28 de maio de 1912, informa que os homens do bando invadiam as casas, quebravam móveis e, no caso da cidade de Patos, chegaram a destruir todos os instrumentos da banda de música local.

Não sabemos se, de fato, tudo isto aconteceu durante as invasões, não tivemos o contraponto da oposição quanto a isto, pois o *Estado da Parahyba* não relatou propriamente os conflitos, fazia menções, ensaiou uma defesa, mas nunca assumiu explicitamente a causa dos líderes do “movimento revolucionário”, como eles chamavam. Publicou, no entanto, o telegrama enviado por Augusto Santa Cruz, Franklin Dantas e outros políticos ao governo do Estado, que consistia no seguinte:

Vossos mandatarios matam incendeiam. insultam senhoras. Juramos pela nossa dignidade que forcemos os salteadores fardados a respeitarem a mulher, nossas propriedades, direitos feridos pelas recentes affrontas em Teixeira e Batalhão e infame attentado em S. João do Cariry que serão vingados.

Iniciamos acção tomando hontem Patos. José Ramalho, commandante da guarnição policial correu vergonhosamente.

Deveis promover-o a posto superior, conforme vosso habito. Repelircemos qualquer accordo proposto pelos homens indignos e traidores que chefiam nosso Estado. Contra mercenarios opporemos voluntarios.

O Coronel Rego Barros governará o nosso Estado. O povo quer e nos queremos. A Parahyba tem opposição. Não nos curvaremos ao jugo da tirania.

Liberdade ou morte.

Pedimos publicar - Saudações

Santa Cruz, Franklim Dantas. João Dantas. Dantas Netto, Plinio Dantas, Saldanha, Lafayette. (sic) (SANTA CRUZ et. all. apud ESTADO DA PARAHYBA, 28 maio. 1912, p. 1)

Os líderes “revolucionários” dramatizavam em torno do desrespeito à mulher, desqualificavam os governistas, salientando que seu corpo policial era “covarde”, além de reiterarem a “voluntariedade” do movimento que encabeçavam, em contraste com os “mercenários” do governo. Toda uma linguagem que apelava para símbolos como o respeito à mulher, a coragem, e, como não poderia deixar de ser, o apoio do povo. O teor do telegrama não era de acordos, não existia a intenção de apresentar e discutir, com o governo do Estado, queixas formais. Muito menos, eram expostas razões fundamentadas que justificassem o propalado apoio do povo a Rego Barros. Percebe-se, claramente, que o tom era de afronta, de intimidação. Os oposicionistas anunciando a vingança pela opressão, humilhação que diziam sofrer do governo paraibano.

O *Estado da Parahyba* apenas publicou o telegrama, não emitiu nenhum comentário, mas no dia seguinte apresentou uma contraposição às acusações dos governistas de que os democratas eram os patrocinadores da desordem na Paraíba. O órgão oposicionista coloca que

Entretanto, são os opressores que, silenciando os massacres e a pratica ostensiva de toda ordem de perseguições á pessoas e familias dos revoltados, atiram um repto capcioso ao orgam do partido adverso, perguntando se ainda queremos sangue?!

Para respondermos a este lance hypocrita de sua tragedia, necessitamos que o Dr. João Machado e seus proceres nos digam - onde e quando o partido Democrata derramou sangue de nossos conterraneos.

(...)[Além disso] Qual a procedencia da guerra de exterminio movida pelo Presidente do Estado contra o Dr. Augusto Santa Cruz?

Que delicto do partido Democrata, fel-o levar ao desespero a familia Dantas no Teixeira?

(...) Ahi fica uma serie de interrogações presas a muitos factos indicativos da procedencia expontanea do movimento revolucionario, surgindo inexperadamente do seio da população. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 29, maio, 1912, p. 1)

Os democratas pedem a exposição de fatos concretos que os liguem a Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, mas os governistas não podiam os apresentar, até porque as ações dos “revolucionários” nunca foram vinculadas, por quaisquer dos envolvidos, a premeditações do Partido Democrata, uma vez que o desejo era de enfatizar justamente o contrário, ou seja, a espontaneidade com que o movimento teria surgido da população, espontaneidade existente somente no âmbito da teatralização, da encenação política. Os governistas criavam essa vinculação puramente na retórica, se aproveitando do fato da “revolução” defender a candidatura de Rego Barros, além disso, não apresentaram efetivamente nada que alimentasse tal acusação.

A velha justificativa era trazida, novamente, à tona, ou seja, o levante armado era resultado das perseguições desenfreadas desenvolvidas pelos governistas contra seus opositores. A mesma justificativa, portanto, que o *Estado da Parahyba* deu para a eclosão da revolta de Augusto Santa Cruz em 1911, a velha encenação “perseguidos” *versus* “perseguidores”, “oprimidos” *versus* “opressores”. Só que agora o “movimento revolucionário” abrangia outros chefes políticos que eram “vítimas” do “despotismo oligarca” e que viam, na ascensão de Rego Barros à presidência do Estado, a possibilidade de acabar o domínio político do grupo agora liderado por Eptácio Pessoa.

Da mesma forma que em 1911, o *A União* desqualificava o levante e as tentativas do *Estado da Parahyba* de justificá-lo, pois, para o jornal estatal, o órgão da oposição estava a “escarnecer do publico, chamando de revolucionarios aos covardes que, evitando toda a resistencia, a modo de Antonio Silvino, escolhem os logares desguarnecidos para saquearem a vontade e depois os abandonam receiosos da acção vingadora das forças legaes.” (sic) (A UNIÃO, 29 maio, 1912, p.1)

O fato do bando armado apenas invadir e saquear, não permanecendo nas cidades, contribuía para que os governistas classificassem o movimento como ação de bandidos que, ao não terem o apoio da opinião pública, só queriam anarquizar o Estado, apesar de que, uma vez invadidas, as cidades permaneciam ainda prisioneiras do medo da iminência de um novo ataque. Assim, mesmo ausente fisicamente, o bando permanecia presente nas cidades.

Como o *Estado da Parahyba* não expôs nenhum relato, nas edições consultadas, sobre a estadia do grupo armado nas cidades invadidas, não questionando sequer as informações que o jornal *A União* apresentava sobre os saques, resta-nos dúvidas quanto às ações concretas do grupo nas cidades. De qualquer forma, salientar a possível ocorrência de tais saques servia para enriquecer a dramatização dos fatos. Os governistas podiam, com isto, estar apenas querendo causar um efeito mais aterrorizador nos leitores. O *A União* publicou o telegrama enviado pelo juiz de Patos após a invasão. No telegrama, Fenelon Nóbrega, além da “violência” praticada pelo bando, informa que “Em grandes levas cangaceiros percorrem ruas, erguendo infernaes vivas Rego Barros.” (sic) (NOBREGA apud A UNIÃO, 29 maio, 1912, p. 1)

Essa cena teria se repetido em todas as cidades, o que para o *A União* não era suficiente para caracterizar o movimento como político, muito menos como revolucionário. Segundo o *A União*,

São bem conhecidas as figuras que fazem essa singularissima revolução. cujo fim tem sido até agora procurar as cidades mais ricas para assaltar os estabelecimentos commerciaes, arrambar as gavêtas e conduzir o dinheiro encontrado. com o entusiasmo de quem obteve uma victoria suprema.

(...) Dinheiro e sangue é o que pretendem os *revolucionarios democratas*.

Elles não praticaram até agora nenhum acto que denuncie o character politico de suas proesas, alem dos vivas infernaes erguidos ao coronel Rego Barros, depois que a cachaça solvida em solemnisção ao ultimo feito alcançado escalda-lhes o cerebro.

(...) Se isto constitue para os nossos contradictores uma característica dos movimentos revolucionarios, está bem definida a intuição esclarecida dos homens que aspiram as posições sociaes da Parahyba. (sic) (A UNIÃO, 31 maio, 1912, p. 1)

O jornal *A União* e o *Estado da Parahyba* não debateram sobre o que cada um caracterizava como *revolução*. Para o jornal democrata, entendemos que o termo se referia a um movimento que buscava a mudança política, movimento que nascia da insatisfação popular com os seus governantes, principalmente, surgindo a partir de sentimentos e interesses comuns entre os que o nutriram. Essa idéia é o que fica subentendido nas entrelinhas do jornal, uma concepção que vinha muito a calhar, diante da preocupação do *Estado da Parahyba* em negar a participação do Partido Democrata na organização do plano de invadir algumas cidades paraibanas. Analisando a última citação do *Estado da Parahyba*, percebemos essa preocupação, pois ao dizer que o movimento surgiu “inesperadamente do

seio da população”, os democratas se abstinham de qualquer ligação com as ações de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas.

O *A União* não tinha a preocupação de esclarecer aos leitores o que considerava ser próprio de uma *revolução*. O que interessava era desqualificar o movimento. Os governistas diziam não haver motivo nenhum que justificasse o fato de “dois homens formados”, com centenas de homens armados, ameaçarem as vidas de milhares de paraibanos, enfatizando que tais ameaças estavam com os dias contados, pois

(...) para garantir a justiça e fortalecer e amparar os nucleos sociaes, promptas, energicas, decididas e multiplas estão vindo medidas do governo federal, por intermedio do exmo. sr. General Torres Homem, inspector regional, e a dedicação e o desvelo do exmo. sr. Presidente do Estado em attender ás sollicitações dos seus amigos e a empregar todas as forças para reprimir esse attentado brutal á segurança e á ordem publicas. (sic) (A UNIÃO, 01 jun., 1912, p. 1)

A partir de então, o apoio do exército, e consequentemente do presidente Hermes, aos governistas, enfaticamente, era anunciado pelo *A União*. As esperanças de que Hermes da Fonseca viesse a apoiar os democratas já não existiam nem entre eles próprios, que começavam a criticar até mesmo o presidente da República. Não havia mais como negar que o governo federal conferia o seu apoio ao grupo político de Epitácio Pessoa.

Neste contexto, o *A União* elege o general Torres Homem, inspetor da 4ª Região Militar sediada no Recife, como o representante maior da vontade do presidente Hermes. O general foi enviado à Paraíba para acompanhar, de perto, as ações da força do exército, no interior do Estado. Ao anunciar sua saída do Recife, o *A União* diz que ele tem a “nobre missão de restaurador da paz no seio da famylia parahybana, infelizmente atacada em má hora por elementos da peor especie, ao serviço da impatriotica e desorientada gente que nos faz opposição.” (sic) (A UNIÃO, 02 jun., 1912, p. 1)

Torres Homem foi transformado em mais um protetor do povo paraibano, era mais um “homem de bem” a se juntar àqueles que se consideravam os verdadeiros comprometidos com a paz no Estado, se inserindo, assim, no teatro político paraibano. A chegada de um membro do exército de alta patente trazia, para uns, a impressão clara de intervenção federal, para os governistas não, pois a tratavam como um “amparo”, digamos, do presidente da República ao governo paraibano na luta contra o “cangaceirismo”.

A oposição compreendia, nesse momento, que a ação da força do exército era fundamental para a vitória de qualquer um dos lados, republicanos ou democratas. O apoio do exército, a um dos grupos, era considerado como a preferência clara do presidente Hermes da Fonseca por esta corrente e era este apoio, e esta preferência, que os democratas diziam que ia decidir sobre a vitória nas eleições, pois para eles

Já não é a policia desacreditada nem o corpo de cangaceiros officiaes, que poderão decidir da victoria nas urnas a 22 de junho -; é a intervenção do exercito trasendo a vontade do Presidente da Republica.

Consequentemente, se a opposição não for vencedora, não será vencida pelos esbirros com quem se enfrenta.

Poder-se-ha, pois, diser que a Parahyba passou a ser um departamento da Federação, conquistado, por quem de direito deve manter a ordem. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 04, jun., 1912, p. 1)

Percebemos que os democratas, a esta altura dos acontecimentos, já demonstravam desânimo frente às suas possibilidades de vitória. Não assumiam a possível derrota para os republicanos, mas sim para a vontade do presidente da República, o que de certa forma, pode ser entendido como uma saída para não assumirem a sua insuficiente força política, diante da força do grupo de Epitácio Pessoa.

Neste momento, enquanto o *Estado da Parahyba* já não mais evidenciava a preocupação do governo federal em “cooperar” com o revigoramento da política nos Estados, não mais fazia menção ao apoio que diziam ter a candidatura Rego Barros por todo o Brasil, entre políticos e não políticos; o *A União* fazia o contraponto entre a campanha oposicionista na Paraíba e a dos opositores que lograram êxito nos Estados que elegeram militares para governá-los. O *A União* diferenciava tais campanhas dizendo que, na Paraíba,

Invadem os generaes da fracção oposicionista as casas de familia e os estabelecimentos commerciaes e tiram os objectos que podem conduzir a vontade.

(...) No Recife a opposição triumphou: em Ceará, em Alagôas dominaram os opposicionistas, mas, vergonha para os democratas deste Estado, não se registrou um assalto á casa de quem quer que fosse, não se observou o desrespeito ao lar das familias, não se vio o saque aos haveres dos adversarios. (sic) (A UNIÃO, 04 jun., 1912, p. 1)

Sabe-se que foram violentos os choques entre oposicionistas e governistas durante as campanhas eleitorais que culminaram com a vitória de militares. No Estado de Pernambuco, por exemplo, os confrontos tomaram as ruas de Recife por vários dias. A referência às chamadas “Salvações Hermistas”, como a feita na citação anterior, foi uma das poucas que o jornal *A União* fez durante toda a campanha eleitoral na Paraíba e, neste caso, com o único intuito de demonstrar que a campanha dos democratas, ao ser amparada por saques e depredações, era incompatível com o sentimento de proteção à ordem, aos direitos dos cidadãos, pertinente ao espírito dos militares, na ótica dos governistas.

Faltando pouco mais de uma semana para a eleição, o *Estado da Parahyba* falava abertamente da intervenção federal em favor dos situacionistas na Paraíba, deixando bem claro quem de fato passaria a controlar politicamente o Estado. O jornal democrata considerava que

A intervenção Federal, em socorro da velha olygarchia Parahybana, ja não pode salvar-a: mas lança sobre o corpo agonisante d'esta, os pesados fundamentos da organização de outra pior, trazendo os mesmos vicios de origem e mais accentuados caracteristicos de seus intuitos de perversidade vingativa!...

A massa heterogenea, destinada a nova organização da politica dominante, sob o criterio dos impulsos apaixonados e interesseiros do Dr. Epitacio Pessoa, tem a côr da polvora e o cheiro do sangue que elle manda derramar no Estado em que tivera o berço e onde condemna grande parte de seus conterraneos ao exterminio, para poder melhor firmar seu predominio absoluto sobre as miserias alheias. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 13 jun., 1912, p. 1)

Aqui fica exposta claramente a perspectiva de derrota que envolvia os democratas, frente à eleição. Fica também claro, mais uma vez, como a oposição paraibana compreendia o desfecho que o processo eleitoral teria: o apoio federal conseguido pelos governistas era resultado da importância política que Epitácio Pessoa havia conquistado, a partir de todos os cargos públicos que ocupou até então. Sua boa relação com o presidente Hermes da Fonseca, e com os políticos de forma geral no Rio de Janeiro, lhe possibilitou conseguir o apoio deste, em contrapartida à influência que os militares pró-salvações exerciam sobre o presidente. Não obstante a iminente derrota, os democratas permaneciam com seu jogo de cena, desempenhando o papel de delatores, de insurgentes contra o poder oligárquico.

Até 22 de junho, dia da eleição, o *A União* se concentrou em apontar a campanha de “horrores” promovida pelos democratas no interior do Estado, e ao mesmo tempo contrapor as ações dos “bandidos”, que se diziam “revolucionários”, às ações do exército e dos políticos preocupados com a tranquilidade dos paraibanos. Para ilustrar isso, publicou relatos de pessoas que teriam sido submetidas a violências pelo bando de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas. Dentre estes relatos, que enfatizavam justamente tais violências, o de Pedro Pimenta, morador de Taperoá, apresentou uma mensagem que Franklin lhe deixou quando da visita do bando a sua fazenda, durante a segunda invasão à cidade. Na mensagem, o “revolucionário” deixa bem claro em que termos negociavam, com os paraibanos, a adesão a dita “revolução”.

Franklin Dantas não encontrou Pedro Pimenta, pois este se escondeu, deixando sua mulher e outros parentes que presenciaram, segundo Pimenta, o bando apreender o dinheiro que tinham escondido e objetos da casa, além da destruição de instalações da fazenda. Franklin deixou a seguinte mensagem

Sua digna senhora prometteu-me remetter um rifle com munição que V. S. tem.

Com o cumprimento da promessa ficaremos certo da sua neutralidade ou adhesão a nossa causa. É preferivel ser amigo da revolução a ser adepto de um governo salteador e impopular. Os seus soldados desertam e os nossos augmentam diariamente.

De sua conducta depende não voltarmos mais por aqui, e não supponha que a mudança de domicilio temporaria ou definitiva satisfaz os nossos intuitos e aos seus interesses.

Falo como revolucionario.

Franklin Dantas. (sic) (DANTAS apud A UNIÃO, 14 jun., 1912, p. 1)

Franklin Dantas foi direto, intimou Pedro a “ser amigo da revolução”, do contrário ele seria procurado, perseguido. Intimidava, tentando arregimentar o apoio a sua causa, para implodir o governo de João Machado e com ele todo o grupo político remanescente do

Alvarismo, reforçado agora pela liderança de Epitácio Pessoa. Ao mesmo tempo, fazia questão de contrapor os líderes “revolucionários” aos governistas, tentando criar ainda a impressão de que o número de adeptos à “revolução” aumentava a cada dia.

No entanto, este jogo de cena dos “revolucionários” ruiu com a presença do exército, apoiando os governistas. Apesar do número de militares não ser suficiente para guarnecer todas as cidades paraibanas que eram prováveis alvos dos revoltosos, sua presença não deixou de significar uma ameaça concreta às investidas armadas de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas. Percebemos isso no conflito final entre o bando e a polícia, pois, como já exposto, o medo de um ataque do exército, em conjunto com a polícia paraibana foi fundamental para a debandada e a derrota do bando de Santa Cruz e Dantas.

Aos democratas, cabia criticar a atuação do exército e de forma mais branda, e muitas vezes implícita, ao próprio presidente da República. Hermes da Fonseca não era mais visto como o defensor maior da República, da democracia, já teria sido “contaminado” pelo “despotismo oligarca”. Diante disso,

A divulgação da notícia de que o General Torres Homem, no caracter de chefe do Distrito d'esta circumscripção militar, ora com sêde em Campina Grande, aconselhara ao partido situacionista o fechamento das urnas á seus adversários, trouxe a convicção de que esta autoridade, por si, ou de ordem do Presidente da Republica, pretende com a força de que dispõe, contrapor-se a liberdade de voto.

(...) A preponderancia do despotismo occasional, consinta ou não consinta que a opposição vá livremente exercer o direito do voto nas eleições a 22 de junho do corrente, ella permanecerá cohesa, firme e decidida a hostilisar, sem desfalecimento, quem quer que venha para o governo fôra da lei, satisfazer as veleidades do ódio alheio ou as conveniencias proprias filiadas a politiquice inununda d'esta olygarchia desgraçada e sem entranhas. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 15 jun., 1912, p. 1)

Ao lado das críticas aos rivais políticos, restava à oposição paraibana pregar a união entre seus membros e tentar transparecer alguma força, firmeza de propósito a continuar balizando sua atuação política, até porque todas as críticas, que alimentaram o teatro político encenado pela oposição, não poderiam acabar de uma hora para outra. Os democratas continuavam a executar o mesmo roteiro dramático de seus papéis. Já os governistas continuavam vangloriando suas ações, engrandecendo os “protetores” dos lares paraibanos e realizando as “Paradas” próprias da dramaturgia política, como a manifestação de agradecimento realizada na despedida do general Torres Homem, de volta a Recife. Mais uma vez o “povo” teria ficado rejubilado, “consagrado” diante da bravura e do brio com que teria sido defendido.

A campanha terminou assim, tudo caminhando para mais uma vitória do Partido Republicano Conservador. Os democratas encenaram os atos finais que antecederam sua derrota, atribuindo a Hermes da Fonseca a culpa e desmerecendo o general Torres Homem,

pois

Aqui, onde o despotismo e a fraude fundaram, há vinte annos, uma associação de especuladores sempre na posse do poder, seria fácil a reivindicação de nossa liberdade por meio de uma nova conquista de nossos direitos, se além, no centro da federação, podessemos encontrar o sentimento da justiça e a verdade de nossas instituições republicanas.

O general Torres Homem, sobre quem ora despenham-se em ebulição, os blocos apodrecidos da olygarchia Epitácio Walfredo, é apenas um cumpridor de ordens, que não quer ou não pode descer a analyse dos acontecimentos nem conhecer as causas da luta entre perseguidores e perseguidos. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 18 jun., 1912, p. 1)

Os editoriais do *Estado da Parahyba* voltaram a silenciar sobre as ações de Augusto Santa Cruz, mas, tal como em 1911, o irmão Miguel veio em sua defesa, publicando, no jornal democrata, um texto que demonstra bem o estado de ânimo que envolvia a família Santa Cruz. Neste texto, diferentemente do publicado um ano antes, o tom não é de afronta, não é de combate direto ao presidente do Estado, nem a seu grupo político.

Miguel Santa Cruz demonstrava temor, preocupação com o julgamento que seus “patrícios” fariam das ações do irmão, tentava mais uma vez justificá-las. Publicou o texto um dia antes da eleição, era uma defesa que se antecipava ao veredicto das urnas e que continuava com a mesma linha de raciocínio traçada há mais de um ano. Miguel justificou que Augusto e o aliado Franklin Dantas lutavam contra a opressão e em favor da liberdade. Temeroso, pediu serenidade no julgamento dos dois e que lhes assegurassem o direito de defesa. Nas palavras de Miguel,

Para que os meus patricios possam com desassombro de consciencia julgar o meu irmão Dr. Augusto Santa Cruz, e ao Dr. Franklin Dantas, por haverem desfraldado a bandeira revolucionaria no Estado, fez-se necessario estudarem com isenção de espirito os motivos e rasões que os arrastaram a tão dolorosa situação e sobretudo facultarem-lhes o direito de defesa, plenamente assegurado aos accusados no Pacto Fundamental da Republica.

(...) Os Drs. Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, são cognominados hoje, com o titulo de cangaceiros simplesmente porque, ao lado de cidadãos armados, combatem a oppressão e buscam a liberdade.

(...) O Dr. Augusto Santa Cruz é apenas um moço digno e brioso, que com a serenidade de espirito com que vibra a penna e a palavra para defender seus direitos e os dos seus amigos, com esta mesma serenidade empunha a arma, quando, para a defesa dos mesmos direitos, se fará preciso, como na presente emergencia. (sic) (SANTA CRUZ apud ESTADO DA PARAHYBA, 21 jun., 1912, p. 1)

Miguel, mais uma vez, encenou o papel de advogado de Augusto, construindo uma retórica não só para defender o irmão diante da opinião pública, mas também antevendo uma defesa formal, jurídica de Augusto. Miguel Santa Cruz, a esta altura dos acontecimentos, amenizava o tom de seus posicionamentos políticos, não se preocupava mais em se contrapor frontalmente com o governo, mas em tentar justificar e conseguir a absolvição do irmão no julgamento feito por seus “patrícios”, bem como junto à Justiça paraibana. Assim, o cenário do poder ia sendo refeito, ao serem amenizados os discursos para a melhor acomodação dos interesses em jogo.

No dia 22 de junho de 1912, deu-se a vitória de Castro Pinto para presidente do Estado da Paraíba, tendo 15.338 votos e Rego Barros 476. A vitória foi apresentada, pelo *A União*, como a demonstração maior da vontade do povo, da empatia que este sentia com o grupo político situacionista. De acordo com as palavras do jornal, era algo quase “nato”, uma identificação sólida entre povo e governo, pura retórica idealizando uma “realidade”.

A eleição de Castro Pinto significava, para os governistas, o reconhecimento dos serviços prestados por eles à Paraíba, durante anos, e também a confiança em serem eles os políticos capazes de proteger e fazer prosperar o Estado. O *A União* enfatizava que

O eleitorado em peso veio ao nosso reclamo, não só por um arsão de sympathy, não só por um motivo de justiça, não só por um impulso de gratidão, como também por um fundamento mais natural - pelo instintivo de conservação que prefere a politica da ordem e da paz, garantia de todos os direitos e condição de prosperidade do Estado, aos desmandos e ás ambições dos bastardos usciros e veseiros do crime.

Foi de ver, hontem, como o povo já tem a compreensão dos seus deveres civicos e o poder de selecção que sabe discernir, entre o intruso epileptico e o cidadão probo e meritorio, a nullidade de um, para não dizer os maus instinctos, e as virtudes do outro - isso com a espontancidade do voto liberrimo. (sic) (*A UNIÃO*, 23 jun., 1912, p. 1)

Essa liberdade do povo para votar, que o *A União* enfatizava, não existia na opinião dos democratas, mas a eleição de Castro Pinto em si, para governar a Paraíba, não foi alvo das retaliações do *Estado da Parahyba*. Castro Pinto, mesmo depois de eleito, nunca foi alvo das críticas dos oposicionistas, o problema estava nos políticos que lhe davam cobertura, ou seja, Epitácio Pessoa, Walfredo Leal, etc. Eram estes os acusados de alicerçar seu poder na subjugação do povo paraibano.

A representação, para os governistas, de que as ações de Augusto Santa Cruz em 1912 eram um prolongamento do que iniciara em 1911, ou seja, a campanha de anarquia, de desrespeito aos paraibanos de bem, com o único intuito de distribuir o ódio que um “tresloucado” sentia para com o governo, sempre ficou clara. Já a menor exposição que o jornal governista deu aos fatos, pode ser compreendida como uma estratégia mesmo de minimizar a importância dos acontecimentos, para que a opinião pública não viesse a desacreditar da capacidade do governo paraibano de controlar a situação.

Mas a representação dos democratas permaneceu, por todo o tempo, incerta. Apesar de ter como membro do Partido Democrata, Miguel Santa Cruz, os oposicionistas nunca afirmaram que a “campanha” liderada por Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas tinha qualquer ligação com o partido. Nem muito menos fizeram qualquer defesa das acusações feitas pelos governistas a ela. Apenas após quase um mês do fim de todo o conflito, e de ter sido confirmada a eleição de Castro Pinto é que o *Estado da Parahyba* fez algumas pequenas menções às ações de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, assumindo uma postura

estratégica de não questionar frontalmente a eleição de Castro Pinto e de não se indispor com os “revolucionários”, como quando disse que era falso terem se

(...) declarado inimigos do Dr. Franklin Dantas, a quem fazemos a devida justiça, não seja embora elle nosso correligionario politico.

Opportunamente, quando a razão dos factos, expurgar as falsidades que os dectratores engendram contra a conducta d'aquelle nosso ilustre conterraneo, levantarnos-lhe-mos em sua defeza, derruindo as acusações brutaes, iniquas, extemporaneas e propositaes, com quem nossos adversarios deturpam a verdade, investindo contra o partido Democrata, cuja causa o Dr. Franklin defendera, pugnando pela victoria de nosso candidato - o Coronel Rego Barros.

Pouco importa que o odio, as perseguições e as calumnias atiradas presentemente, contra aquellas victimas da olygarchia Parahybana, tenham por fim avolumar as responsabilidades que antecipadamente, lhes attribuem, desde que está no dominio publico, a justificativa do que elles praticaram com o direito de defeza de suas vidas, de suas convicções politicas, familias e propriedades. (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 20 jul., 1912. p. 1)

Como Franklin Dantas não era correligionário dos democratas se havia sido candidato ao Senado pelo partido, para ocupar a vaga de Álvaro Machado? A irrisória repercussão que suas ações e de Augusto Santa Cruz tiveram no *Estado da Parahyba* pode ser entendida talvez como o desejo de não publicizar fatos que pudessem prejudicar a campanha reguista, ao mesmo tempo, não condená-los era uma forma de não se incompatibilizar com os líderes “revolucionários”, que poderiam vir a ser úteis de alguma forma. Os democratas jogaram todo o tempo com o provável, com as incertezas e foi assim que, dubiamente, representaram as ações de Augusto Santa Cruz em 1912. Não as defenderam sempre explicitamente, mas o discurso continuava comum entre os democratas e Santa Cruz, revoltados todos com a “opressão oligarca”.

Quanto a Augusto Santa Cruz, Pedro Nunes relata que ele foi julgado e absolvido, em 1913, por todas as suas ações. Não encontramos nenhum documento sobre esta informação, mas no que se refere a sua absolvição não resta dúvida, pois ele continuou a morar em Alagoa do Monteiro até a década de 1920, já que documentos existentes no Fórum de Monteiro dão conta de que ele continuou advogando para pessoas de toda região, continuou assim tendo a confiança e sendo prestigiado pela sociedade do Cariri paraibano, não se envolvendo mais na política. Seu prestígio teria ainda lhe possibilitado trabalhar como juiz e advogado em várias comarcas de cidades pernambucanas. Faleceu em Limoeiro, Pernambuco, em 1944.

Considerações Finais

A motivação constante, que nos levou a produzir este trabalho, consistiu em perceber todo um sistema de relações que serviu de cenário, de palco para as ações armadas de Augusto Santa Cruz nos anos de 1911 e 1912. Tais ações permaneceram, até o advento deste trabalho, sem qualquer tratamento acadêmico, embora tenha sido focado por Cristino Pimentel ainda em 1953, e por Pedro Nunes, que, em 1996, publicou um trabalho bem mais documentado. Sendo um tema praticamente ausente na historiografia paraibana, este trabalho se configura como uma contribuição à história da Paraíba durante a Primeira República, partindo de um olhar sobre as questões políticas que se desenrolaram a partir do Cariri paraibano.

As ações de Augusto Santa Cruz emergiram do contexto político local, em meio às disputas pelo poder no município de Alagoa do Monteiro, e repercutiram nacionalmente, sendo, revestidas por aspectos da política nacional. O que visamos demonstrar é que o enfrentamento armado empreendido por Augusto Santa Cruz, seja contra seus rivais locais em 1911, seja contra o governo da Paraíba em 1912, foi entrelaçado por diferentes interesses que lhe conferiram diversas representações.

Neste sentido, no primeiro capítulo, nos preocupamos em demonstrar os antecedentes que desembocaram na eclosão do conflito. Analisando os primeiros desentendimentos políticos de Augusto Santa Cruz em Alagoa do Monteiro, bem como os seus próprios escritos sobre suas ações em 1911, percebemos claramente como o alicerce que deflagrou sua revolta não foi a contestação ao governo do Estado, tampouco contestação à oligarquia alvarista. Foi sua exclusão da política local e, por conseguinte, seu desprestígio como líder alvarista em Monteiro, que lhe impulsionaram para um confronto armado com seus desafetos.

Os desafetos de Augusto Santa Cruz se constituíam apenas nas lideranças políticas de Alagoa do Monteiro, principalmente o prefeito Pedro Bezerra, pois em nenhum momento Augusto se contrapôs, em 1911, ao domínio do grupo alvarista. Mas, toda a rica retórica elaborada por ele para conferir uma razão de ser para suas ações, para justificá-las, sempre esteve pautada pela idéia de que ele, Augusto, era vítima de uma onda de perseguição que o ultrajava e que não só o atingia, como a toda sua família e a sua rede de amigos e agregados.

Esta idéia foi o grande mote da defesa de Augusto Santa Cruz. Para tentar convencer todos de que era um injustiçado, submetido aos desmandos dos “déspotas” que conduziam a

política local em Monteiro, Augusto Santa Cruz produziu manifestos que se caracterizaram pelo uso de uma linguagem extremamente rebuscada, elaborada por meio do recurso à dramatização e à grandiloquência, algo que nos remete diretamente a aspectos de uma política teatralizada, tal como enfatizamos em todo o corpo deste trabalho.

Desta forma, Augusto Santa Cruz instituiu para si o papel de revoltado contra a “opressão”, e, ao se insurgir de fato contra os governistas, salientava que era um entre os tantos cidadãos despojados de seus direitos, frente a um governo oligárquico que perseguia a todos que questionassem seu poder. A exclusão política de Augusto Santa Cruz, preterido pelos alvaristas, se inseria, como vimos, na conjuntura de remodelamento do comando político da Paraíba, na medida em que antigos líderes alvaristas foram destituídos do cargo de chefe local do Partido Republicano Conservador, sendo substituídos por políticos ligados ao grupo de Epitácio Pessoa, em ascensão na política paraibana.

Após o rompimento entre Augusto Santa Cruz e Pedro Bezerra, os governistas paraibanos preferiram este último, que era antigo venancista, como aliado, empreendendo assim a inclusão oficial de antigos aliados de Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa no grupo alvarista. Diante disso, Augusto Santa Cruz se viu desprovido da liderança, do poder político que sua família detinha desde os tempos do Império, o qual herdou de seu pai ainda na primeira década da República. Apesar de ter uma vida profissional e financeira plenamente estável, ao se deparar com a iminência do ostracismo político, Augusto passou a arquitetar um cenário de sofrimento para si, desempenhando o papel de *pobre coitado, perseguido*. Ele inaugurou o debate “oprimido” *versus* “opressores”, presente em todos os textos que, por algum motivo, lhe defendiam no teatro político paraibano.

O papel de “oprimido” foi elaborado mediante um constante jogo de cena, uma teatralização permanente dos fatos políticos. Augusto Santa Cruz buscava o convencimento da existência da perseguição de que dizia ser vítima por meio de toda uma dramatização, sensibilização. Apelando para questões como honra, o não cumprimento da palavra empenhada, ou ainda as injúrias e ofensas à sua moral que teriam sido feitas por seus rivais políticos, Augusto Santa Cruz realizou suas ações em um grande teatro do poder, em meio a um *drama* no qual todos os seus atores teatralizavam a partir de um discurso principalmente de sensibilização.

Foi seguindo o mote “oprimidos” *versus* “opressores” que o jornal *Estado da Parahyba* discutiu a revolta de Augusto Santa Cruz em suas páginas diárias. Para este jornal, as ações de Santa Cruz, já em 1911, se configuravam como uma revolta contra o poder oligárquico que comandava a Paraíba, sendo assim se distanciava do que afirmava o próprio Augusto Santa

Cruz, haja vista que este prometia uma certa “submissão” ao governo do Estado, desde que suas exigências fossem atendidas. O que interessava, ao *Estado da Parahyba*, era utilizar a materialidade das ações de Augusto Santa Cruz para construir toda uma rede simbólica de sensibilização dos paraibanos, de acordo com os interesses da oposição.

As ações de Augusto Santa Cruz serviram para alimentar as críticas da oposição aos governistas, daí o interesse em reiterar continuamente que Santa Cruz era um homem digno, destemido, praticamente um “herói”, que apelava para o uso das armas diante da necessidade de se revoltar contra a “opressão oligarca”. Tal significação sobre a atitude de Augusto Santa Cruz, frente a seus desafetos políticos, foi elaborada com a intenção de produzir, retoricamente falando, um cenário político favorável aos democratas, ou seja, aos oposicionistas.

Tratava-se de dramatizar, ao máximo, cada um dos seus passos na cruzada contra a oligarquia, enfatizando que seus direitos de cidadão tinham sido sobrepujados, que seus familiares tiveram que abandonar seus lares, que seus amigos – que permaneceram em Monteiro – sofriam a perseguição do governo. Tudo isso era exposto pelo jornal *Estado da Parahyba* por meio de uma linguagem dramática, que apelava para a sensibilização dos paraibanos em torno do valor da família, da cidadania e de uma política livre do poderio das oligarquias, tudo mera teatralização.

Mas a defesa dramática de tais valores, como discutimos no segundo capítulo, também foi suporte para os enunciados condenatórios do jornal *A União* sobre as ações de Augusto Santa Cruz. Augusto foi classificado como um “sanguinário” que pôs em perigo as vidas de “homens de bem”, pais “humilhados” e “ameaçados” diante de suas famílias. Além disso, sua presença livre pelo Estado era tida como uma ameaça a todos os lares paraibanos. O *A União* rebatia as acusações aos governistas, feitas pela oposição, enfatizando que todos que realmente se preocupavam com o progresso e o bem-estar da Paraíba eram aliados do governo. Teatralizava-se as ações do governo estadual em torno da idéia de que os governistas eram os “reais” defensores do progresso da Paraíba.

De ambos os lados, seja contra ou a favor das ações de Augusto Santa Cruz, dramatizavam-se papéis, falas, tudo em nome da sensibilização e do convencimento do povo em torno desta ou daquela idéia. Entendemos que o “povo” nos textos dos jornais de 1911 era o grande alvo, o destino dos enunciados jornalísticos, algo que mudou em 1912, como mudou a própria repercussão das ações de Augusto Santa Cruz nas páginas do *A União* e do *Estado da Parahyba*.

Como exposto no terceiro capítulo, a discussão acirrada, durante 1912, entre os dois jornais analisados, não contou com a presença constante do debate sobre os atos de Augusto Santa Cruz. Parece-nos que não interessou, para os dois grupos políticos, publicizá-los amplamente, sendo mais vantajoso minimizá-los, no caso dos governistas, como forma de demonstrar que o governo tinha as rédeas da situação; ou simplesmente quase que ignorá-los, no caso dos oposicionistas, temerosos talvez de que as ações armadas de Santa Cruz só viessem a prejudicar os interesses da oposição em galgar o poder no Estado.

O debate entre o *A União* e o *Estado da Paraíba* se concentrou realmente em cultivar um terreno que favorecesse a garantia da vinda do apoio federal na sucessão presidencial na Paraíba. Os dois grupos se qualificavam como merecedores do apoio do presidente da República, Hermes da Fonseca, e dos grandes líderes políticos nacionais. Neste contexto, pudemos perceber como a atuação de Epiácio Pessoa foi importante para o desfecho da campanha, com a vitória do candidato governista, mesmo com o clima das “Salvações Hermistas” a se espalhar pelo Norte do Brasil.

Apesar das investidas de Augusto Santa Cruz em várias cidades paraibanas com o intuito de arregimentar o apoio de líderes locais para o candidato da oposição, o tema que marcou a campanha eleitoral, para presidente da Paraíba, em 1912, foi o apoio, a presença do “povo”, tanto ao lado dos governistas, como da oposição. Os dois jornais não se dirigiam mais ao “povo”, pois diziam não só falar em nome dele, mas sim ser sua própria voz.

O povo paraibano foi o grande “ator” da campanha eleitoral, transformado quase que em “herói” pelos jornais. Obviamente, foi “ator”, foi “herói” no âmbito da retórica, da teatralização do poder empreendida por governistas e oposicionistas, pois, no que tange ao seu poder de decisão, ficou submisso aos arranjos da política dominante.

O próprio desfecho das ações de Augusto Santa Cruz revelou como a conjuntura política dominante, na Paraíba, continuaria a dar as cartas por muito tempo. O movimento de Augusto Santa Cruz emergiu em um período de transição na política paraibana, de passagem do domínio alvarista para o epitacista, caracterizado por descontentamentos, dissidências e conflitos. Mas a absolvição de Augusto, de todas as acusações contra ele levantadas, foi além de um indício de como seria o período político dominado por Epiácio Pessoa. A absolvição de Augusto e o apaziguamento da região de Alagoa do Monteiro inauguraram, a nosso ver, um período, de quase vinte anos, em que interesses políticos diversos foram acomodados sempre em prol da permanente liderança epitacista.

A escolha deste tema para ser nosso objeto de estudo mostrou-se pertinente por ter nos revelado muito sobre as composições políticas na Paraíba de inícios do século XX. Além

disso, a análise de conflitos armados oriundos do próprio interior do sistema oligárquico é um tema pouco explorado na historiografia local, sendo que, ao enfatizarmos como Augusto Santa Cruz era uma cria política de tal sistema, que passou a ser desprestigiado pela entrada em cena de outros interesses, percebemos a dinamicidade que envolvia o poder oligárquico.

É necessário salientar ainda que a análise teórica, a que submetemos o tema, conferiu ao presente estudo mais um diferencial, uma vez que, a partir de fontes oficialmente interessadas, ressaltamos como um conflito armado, gerado no interior da oligarquia alvarista, foi, a todo instante, envolto por retóricas que lhe transformaram em um *drama*. As ações de Augusto Santa Cruz, e as diversas representações a elas conferidas, nos permitiram visualizar como os atores políticos encenam permanentemente no teatro do poder, como recorrem constantemente a papéis e falas de sensibilização e convencimento do grande público, objetivando assim arrebanhar aliados.

A idéia de que todos representam papéis, no campo da teatralização do poder, nos permitiu ainda analisar, embora sucintamente, com o que foi possível levantar em termos de fontes, a atuação dos homens que acompanharam Augusto Santa Cruz em suas ações. Vimos como o desenrolar da revolta também foi vivenciado em meio a práticas que divertiam, ao mesmo tempo em que manifestavam posturas políticas.

Enfim, o movimento armado liderado por Augusto Santa Cruz nos anos de 1911 e 1912 se caracterizou por uma multiplicidade de significações, que atestam bem a dinamicidade do campo da política. O nosso objetivo aqui foi produzir um texto que mostrasse, da forma mais clara possível, tal multiplicidade e que venha a somar na historiografia paraibana.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Nara Maria de Maia. Caras no Espelho: identidade nordestina através da literatura. IN: BURITY, Joanildo. (org.) *Cultura e identidade. Perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 125-141.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2006.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2003.

CAPELATO, M^a Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, Leandro Piquet e KUSCHINR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, n^o 24, 1999 (p. 227-250).

CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 3 ed., Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CITTADINO, Monique. Poder Local, Memória e Cultura Política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba-1966/1971). IN: *Revista Saeculum*. João Pessoa/PB: Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, vol. jan./jun. 2007 (p. 47-57).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ENGEL, Magali Gouveia. Povo, Política e Cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República e livros didáticos. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (p. 289-307).

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. 11ª ed., São Paulo: Globo, 1995. Vol. 2.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia A. Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do Brasil excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (p. 47-88). Vol. 1.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O Conceito de Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2008.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de Identidade, Discurso de Alteridade: a fala do outro. IN: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002 (p. 22-34).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. IN: NAXARA, Márcia Regina e BRESCIANI, Maria Stella. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004, (p. 85-94)

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Trad. Miguel Vale de Almeida. Lisboa: Difel, 1980.

_____. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. IN: _____. *O Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, (p. 182-194).

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. M^{re} Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (p. 43-63).

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

JANINE, Renato Ribeiro. A Política como Espetáculo. IN: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (p. 31-40).

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5 ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEAL, José. *A Imprensa na Paraíba*. João Pessoa/PB: Gráfica A União, 1982.

- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*. 2ª ed., João Pessoa/PB: Editora Universitária/UFPB, 1980.
- MARTINS, Eduardo. *A União Jornal e História da Paraíba: sua evolução gráfica*. João Pessoa/PB: Gráfica A União, 1977.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 7ª ed., João Pessoa/PB: A União, 2002.
- MENEZES, José Rafael de. *Patriarcas de Alagoa do Monteiro*. Recife/PE: Ed. Universitária/UFPE, 1993.
- NUNES FILHO, Pedro. *Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. Recife/PE: Ed. Universitária/UFPE, 1997.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da História da Paraíba*. Campina Grande/PB, 1953.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas/SP: Papiros, 1997. Tomo 3.
- ROSAVALLON, Pierre. Por Uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. Trad. Paulo Martinez. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995, (p. 9-22).
- TAVARES, Francisco. *Alagoa do Monteiro*. Monteiro/PB. S/d.
- TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: _____; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000 (p. 7-72).

Fontes Documentais

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

Jornal O Norte (1911) e Jornal Estado da Parahyba (1911 – 1912)

AZEVEDO, Epaminondas de. Ao Público. IN: *O Norte*, 9 maio, 1911, p. 1.

BAPTISTA, Cícero. Telegrama. IN: *O Norte*, 04 nov., 1911, p. 2.

MACHADO, João. Telegrama. IN: *O Norte*, 08 nov., 1911, p. 2.

MOURA, Catharina. Illustre Coronel. IN: *Estado da Parahyba*, 27 mar., 1912, p. 1.

REGO BARROS, José Joaquim do. Discurso. IN: *Estado da Parahyba*, 11 maio, 1912, p. 1.

SANTA CRUZ, Augusto. (sem título). IN: *Estado da Parahyba*, 7 maio, 1911, p. 1.

_____. Em defesa da honra. IN: *Estado da Parahyba*, 1º set., 1912, p. 1-2.

_____ et. all. Telegrama. IN: *Estado da Parahyba*, 28 maio, 1912, p. 1.

SANTA CRUZ, Miguel. Ao paiz e aos meus conterraneos. IN: *Estado da Parahyba*, 7 jun., 1911, p. 1.

_____. Aos meus patricios: em legitima defesa. IN: *Estado da Parahyba*, 21 jun., 1912, p. 1-2.

SANTA CRUZ, Arthur. Ao paiz: appello patriotico. IN: *Estado da Parahyba*, 21 dez., 1911, p. 1.

SOUZA, Albino de. Entrevista. IN: *O Norte*, 08 jun., 1911, p. 1.

Arquivo do Jornal A União

Jornal A União (1911)

BEZERRA, Pedro. Entrevista. IN: *A União*, 27 jun., 1911, p. 1.

COSTA, Ulisses. Entrevista. IN: *A União*, 17 maio, 1911, p. 1.

GOMES, João. Entrevista. IN: *A União*, 23 maio, 1911, p. 1.

SOUZA, Albino de. Entrevista. IN: *A União*, 08 jun., 1911, p. 1.

VAREJÃO, Inojosa. Entrevista. IN: *A União*, 17 jun., 1911, p. 2.

Arquivo Público do Estado da Paraíba (Fundação Espaço Cultural da Paraíba-FUNESC)

Jornal A União (1912)

CASTRO PINTO, João Pereira de. Aos meus correligionarios. IN: *A União*, 16 maio, 1912, p. 1.

DANTAS, Franklin. (sem título) IN: *A União*, 14 jun., 1912, p. 1.

NOBREGA, Fenelon. Telegrama. IN: *A União*, 29 maio, 1912, p. 1.